

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MICHELLINE ROBERTA SIMÕES DO NASCIMENTO

**JARDIM DE INFÂNCIA JOANA RAMOS: EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE
TOBIAS BARRETO (1969 – 1985)**

ARACAJU – 2015

**JARDIM DE INFÂNCIA JOANA RAMOS: EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE
TOBIAS BARRETO (1969 – 1985)**

MICHELLINE ROBERTA SIMÕES DO NASCIMENTO

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação no Programa
de Pós-graduação em Educação na linha História da
Educação – Universidade Tiradentes.

PROF.^a DR.^a RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO

ARACAJU – 2015

**JARDIM DE INFÂNCIA JOANA RAMOS: EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE
TOBIAS BARRETO (1969 – 1985)**

MICHELLINE ROBERTA SIMÕES DO NASCIMENTO

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação no Programa
de Pós-graduação em Educação na linha História da
Educação – Universidade Tiradentes.

APROVADA EM: __/__/____
BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UNIT)

Prof.^a Dr.^a Giana Lange do Amaral (UFPEL)

Prof.^a Dr.^a Simone Silveira Amorim (UNIT)

ARACAJU – 2015

244p

Nascimento, Michelline Roberta Simões do

Jardim de Infância Joana Ramos: educação infantil na cidade de Tobias Barreto (1969-1985) / Michelline Roberta Simões do Nascimento; Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, Aracaju – Se.

129 p.: il., 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) – Diretoria de Graduação, CITE – Centro de Inovação e Tecnologia Educacional, Universidade Tiradentes, 2015.

1. Educação. 2. Instituições Educativas. 3. Jardim de Infância Joana Ramos. 4. Memórias. 5. Infância. 6. Tobias Barreto. 7. Sergipe
I. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto [orienta.]. II. Universidade Tiradentes.

CDU 37.018.5(813.7)

Bibliotecária Alda Tera Nunes de Freitas CRB-5/1279

Aos meus filhos, Maria Luysa e Caio e ao meu marido Braz Jr.
pelas mais lindas memórias.

AGRADECIMENTOS

Chega uma hora em que as palavras não dão conta de expressar todo o sentimento. Este trabalho de fato teve o sabor da infância, me reconectou com as lembranças mais singelas de uma menina que nos anos aqui rememorados nem imaginava onde um dia poderia chegar. Ao encerrar este ciclo seria preciso externar o meu agradecimento e eis que me deparo com o momento mais difícil da escrita, pois estou completamente movida pela emoção e é por essa emoção que irei me guiar. Assim, inicio agradecendo às pessoas mais importantes da minha vida, meus filhos, Maria Luysa e Caio, obrigada pela torcida e por serem mola propulsora para que eu possa alçar novos e mais altos voos, perdão pela ausência e pela impaciência, elas foram necessárias e algumas vezes a fuga pela culpa de não conseguir ser a supermãe dos contos de fadas e dos desenhos animados. Porém, acreditem, todo este caminho é feito para vocês e por vocês!!!

À minha mãe e seu amor incondicional, obrigada por todos os sacrifícios e, mais que isso, por ser esse exemplo de generosidade a quem invejo tanto. Ao meu companheiro de vida, Braz Jr, obrigada por toda conexão, pela parceria, por segurar a minha mão e por ser o meu porto seguro, o ombro amigo e por me apresentar, assim como diz a música, “a sorte de um amor tranquilo”. Agora, ao fim do mestrado e antes que uma nova fase se inicie, iremos a todas as festas possíveis e lhe darei um carnaval completo de sexta à quarta-feira de cinzas, eu prometo!

À minha orientadora Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, pelo exemplo de profissional, pela generosidade, pelo olhar criterioso, pelo convívio, por ter me conduzido e tornado meu sonho real, sem as suas orientações esse trabalho não teria ganhado a maturidade que atingiu. Raylane tem a sensibilidade e a maestria de perceber desarticulações, ausências e por mais que eu tentasse evitá-las, lá estava ela e sua célebre frase: “aqui a rede caiu, Michelline”. Obrigada por ter me mostrado a rede caída. Por tudo isso e muito mais, eu só posso lhe dizer que valeu a pena, que eu continuo querendo olhar para a história que está calada, adormecida nas memórias dos seus guardiões, a história que poucos conhecem, tão cheia de signos e significados. Historiografar passou a ser para mim algo deliciosamente perturbador e eu seguirei tentando lhe imitar porque você me inspira. As palavras não dão conta de expressar toda a minha gratidão e a imensa honra que tenho em lhe ter como professora, você ficará para sempre nas minhas melhores memórias.

Aos meus familiares pela torcida, por vibrarem juntos a cada conquista, em especial às minhas irmãs Lisa e Narjara, sei o quanto torcem por mim. Aos companheiros de orientação Anderson, Laisa, Luziane e Joaquim, que sorte tivemos em compartilhar a mesma orientadora e as tardes no Instituto Tobias Barreto, onde entre uma orientação e outra pudemos rir, nos ajudar, torcer uns pelos outros. Deus dê o céu a todos vocês (e vocês merecem)!!!

Aos amigos do mestrado, parceiros de alegrias e de lamentações, muitas vezes foi revigorante saber que nossas dores eram recíprocas e que estávamos todos no mesmo barco. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, pela partilha, pelas experiências, vocês me ajudaram a voar alto. À querida Betizabel Vilar, minha professora da graduação no curso de Pedagogia e primeira a me incentivar a seguir na pesquisa, obrigada por me mostrar que um dia seria capaz de chegar até aqui, que bom ter cruzado o meu caminho com o seu.

A todos os entrevistados, vocês me emocionaram e me ajudaram a voltar ao meu “País das Maravilhas”. A Antônio de Souza Ramos e Dona Terezinha, sua esposa, pela receptividade nas inúmeras visitas para rememorar o Jardim, foram tardes maravilhosas. Ao Sr. Antônio Ramos toda a minha admiração, o seu Jardim fez a minha infância mais feliz. Às professoras Giana Lange do Amaral e Simone Silveira Amorim pelas preciosas contribuições, obrigada pelo carinho desde o primeiro contato. A todos vocês o meu mais sincero agradecimento, pois ao longo da vida tenho aprendido que a gratidão é a memória do coração.

RESUMO

Neste trabalho tive por objetivo desvelar a implantação da educação infantil e os aspectos educacionais da primeira entidade pública no município de Tobias Barreto/SE no período de 1969 – 1985. Para tal busquei compreender os motivos de criação, a forma de organização e o funcionamento no período delimitado, traçando o perfil profissional dos atores e as práticas educativas presentes, bem como analisar a cultura escolar que norteava o cotidiano desta instituição de educação infantil e a sua contribuição no atendimento infantil do referido município. O estudo pautou-se numa perspectiva histórica e insere-se na linha de pesquisa Educação e Formação Docente, sob o tema de investigação atrelado à instituição educativa e infância. O referencial teórico e metodológico que orienta este trabalho está ancorado na história cultural (CHARTIER, 1990), pela qual passo a entender a criação, as práticas e representações desta instituição. No que se refere à metodologia, além da pesquisa bibliográfica e documental foi necessário o uso da metodologia da história oral (ALBERTI, 2004), pois esta aponta um leque de possibilidades na construção do fazer historiográfico, desta feita, ancorada nos conceitos de Instituição Educativa (MAGALHÃES, 2004) e de Infância (ARIÈS, 2004). Ao iniciar o presente estudo, as minhas inquietações surgiram e cresceram. Assim, com a intenção de desvelar uma história, busquei responder: como se configurou o processo educacional no município de Tobias Barreto e quais eram seus atores? Até que ponto a criação de uma instituição de educação infantil favoreceu o processo de escolarização no município e quais os ideais de educação que nortearam estas práticas pedagógicas? Em suma: O que representou o Jardim de Infância Joana Ramos para a cidade de Tobias Barreto? Procurar responder a tais questionamentos permitiu o esclarecimento não só a estas, mas a outras questões pertinentes à História da Educação, bem como lançar um olhar sobre o que aconteceu na cidade de Tobias Barreto, localizada na região do Centro-Sul sergipano, situando a criação do Jardim de Infância Joana Ramos, primeira instituição para crianças pequenas da cidade.

Palavras-chave: Instituições educativas. Jardim de Infância Joana Ramos. Memória. Infância.

ABSTRACT

In this paper I aimed to reveal the implementation of early childhood education and educational aspects of the first public entity in the city of Tobias Barreto/SE in the period of 1969-1985. To that end I sought to understand the reason of creation, the form of organization and operation in the delimited period, tracing the professional profile of the actors and the present educational practices, as well as analyzing the school culture that guided the daily practice of early childhood institution and its contribution to the child care of that municipality. The study is guided from a historical perspective and is part of the line of research of Education and Teacher Training, under the research theme linked to the educational institution and childhood. The theoretical and methodological reference framework that guides this work is anchored in cultural history (CHARTIER, 1990), by which I understand the practices and representations of this institution. Concerning the methodology, in addition to the bibliographic and documental information retrieval, it was necessary to use the methodology of oral history (ALBERTI, 2004), because it points to a range of possibilities in the construction of historiographical making, therefore being based on concepts of Educational Institution (MAGALHÃES, 2004) and Childhood (ARIÈS, 2004). By starting this study, my concerns have emerged and grew. Thus, with the intention of revealing a story, I try to respond: how did the educational process in the municipality of Tobias Barreto was set up and who were its actors? To what extent the creation of an early childhood institution favored the educational process in the city and what are the ideals of education which guided these pedagogical practices? In short: What Joana Ramos Kindergarten represented to city of Tobias Barreto? Finding answers to these questions allowed to clarify not only these, but other relevant issues to the History of Education and to have a look at what happened in the city of Tobias Barreto, located in the South Central region of Sergipe, setting the creation of Joana Ramos Kidergarten, the first institution for young children of the city.

Keywords: Educational institutions. Joana Ramos Kindergarten. Memory. Childhood.

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 – O MEU “PAÍS DAS MARAVILHAS”: JARDIM DE INFÂNCIA JOANA RAMOS.....	14
1.1 Chegou Fia de Fonsinho! Era assim que eu era recebida todas as tardes.....	18
SEÇÃO 2 – DOS TEXTOS AO CONTEXTO: O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E AS INICIATIVAS DE OFICIALIZAR O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR.....	37
SEÇÃO 3 – JARDIM DE INFÂNCIA JOANA RAMOS: ABRINDO OS PORTÕES DA ESCOLA.....	58
3.1 Das ideias à materialidade.....	62
SEÇÃO 4 – ENTRE O SONHO E A REALIDADE SIMBÓLICA: A HERMENÊUTICA DO JARDIM DE INFÂNCIA JOANA RAMOS.....	96
4.1 – O tempo, o espaço e as práticas do Jardim de Infância Joana Ramos.....	101
POR FIM: Volto ao começo.....	116
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS.....	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Governador Dr. Lourival Batista em discurso, após descerramento da placa de inauguração em 23/10/1969.....	60
Figura 2 – Imagem de uma das turmas do Jardim de Infância Joana Ramos (1970).....	63
Figura 3 – Equipe de docentes do Jardim de Infância Joana Ramos (1970).....	70
Figura 4 – Turma do Jardim III com a professora Jocilene Maria de Jesus (1970).....	73
Figura 5 – Interior do casarão após a reforma prédio (1970).....	74
Figura 6 – Fachada do casarão antes da reforma (s/d).....	76
Figura 7 – Fachada do casarão após reforma (1969).....	77
Figura 8 – Interior da sala de aula (1970).....	79
Figura 9 – Turma do Jardim II com a professora Jocilene Maria de Jesus (1970).....	83
Figura 10 – Pelotão com as crianças segurando a bandeira nacional no desfile em comemoração ao Dia das Crianças (1970).....	85
Figura 11 – O ex-aluno Tarcísio Oliveira Santos uniformizado de soldado, no desfile em comemoração ao Dia das Crianças (1970).....	85
Figura 12 – Pelotão de frente do primeiro desfile cívico (1970).....	88
Figura 13 – Desfile em comemoração ao Dia da Crianças (1970).....	90
Figura 14 – Planta Baixa do JIJR reconstruída a partir dos relatos orais e do uso de fotografias da época.....	105
Figura 15 – Obras do Jardim de Infância Joana Ramos (1969).....	108
Figura 16 – Uma das apresentações da área onde ficava o palco (s/d).....	109

LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

DNCr – Departamento Nacional da Criança

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IPAI – Instituto de Proteção e Assistência à Infância

JJIR – Jardim de Infância Joana Ramos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPED – Programa de Pós-Graduação em Educação

UFS – Universidade Federal de Sergipe

O livro *Alice no País das Maravilhas* conta a história de uma menina que viu um coelho branco apressado tirar do bolso de seu paletó um relógio repetindo em alto e bom som: estou atrasado, estou atrasado, estou atrasado!!! Movida pela curiosidade, tão peculiar das crianças, Alice seguiu o coelho e acabou caindo num túnel que a levaria a uma aventura enigmática e que a faria cruzar com fantásticos personagens. Assim, ao adentrar no seu mundo mágico, chamado por ela de País das Maravilhas, Alice encontra o sorridente Gato de Cheshire, a Rainha de Copas, a enigmática Rainha Branca, os gêmeos Tweedledee e Tweedledum, o Chapeleiro Maluco, a Lagarta Absolem entre outros personagens que a ajudam a compor o enredo das suas aventuras. Enquanto pesquisadora utilizo a metáfora do livro de Lewis Carroll e seus personagens como um suporte metodológico, é claro que um coelho apressado de paletó, segurando um relógio, parece improvável aos “olhos da realidade” e ao “rigor da pesquisa”, porém a magia da literatura infantil, dos contos de fadas e das fábulas tão presentes nas atividades do Jardim de Infância Joana Ramos, me fez buscar uma escrita lúdica que pode ser percebida em alguns trechos deste trabalho. Tomada pelo gosto da infância e pelos momentos vividos enquanto aluna desta instituição, tento compor a escrita acadêmica com a emoção de revisitar as minhas memórias e as memórias dos que me auxiliaram na tessitura desse trabalho. Assim como Alice, também vivi uma história que agora dou a ler.

SEÇÃO 1 – O MEU “PAÍS DAS MARAVILHAS”: JARDIM DE INFÂNCIA JOANA RAMOS

O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?

“Isso depende muito de para onde você quer ir”, respondeu o Gato.

“Não me importo muito para onde...”, retrucou Alice.

“Então não importa o caminho que você escolha”, disse o Gato.

Para iniciar a presente dissertação tomo de empréstimo a história de *Alice no País das Maravilhas*, escrita em 1865 por Lewis Carroll, em que a personagem, não sabendo qual caminho percorrer, encontra-se com o Gato de Cheshire, que afirma à Alice que o caminho a percorrer está relacionado ao lugar onde se quer chegar. A curiosa história tem os elementos característicos dos contos de fadas, animais que falam, rainhas, mudanças de tamanho em um passe de mágica, personagens enigmáticos que aparecem e desaparecem. Tais características fizeram com que o enredo de *Alice no País das Maravilhas* saísse das páginas do livro, virasse desenho animado, filme e corresse o mundo seguindo um caminho talvez nunca imaginado pelo seu escritor.

Passo a partir dessa história utilizada metaforicamente como recurso para refletir sobre o percurso que me propus ao ingressar no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes, e na busca por me constituir como uma pesquisadora. Assim, no labor da investigação, passo a conhecer a forma artesanal, os métodos e as técnicas que se constroem com um ritmo próprio e particular ao se escolher um objeto de pesquisa. Entre idas e vindas vou desvelando o caminho que se delineia a cada passo, abrindo passagem para chegar ao “País das Maravilhas”. Mais uma vez volto a fazer referência à Alice, mais especificamente a sua curiosidade e disponibilidade em mergulhar na busca do novo, do desconhecido, e assim eu também fiz.

O iniciar de um texto dissertativo resulta de opções, reflete escolhas, caminhos a serem percorridos e riscos a serem assumidos. Entendo aqui, que diferente do livro que mistura o mágico, o real e o irreal, o que busco é apenas a história, que de forma metafórica me serve de mote para adentrar no processo de investigação, neste caso, na história do Jardim de Infância Joana Ramos (JIJR). No “maravilhoso mundo da pesquisa” os personagens, de

forma direta ou indireta, compõem o enredo da história que quero “contar”¹, sejam eles um coelho e sua pressa cronometrada que me orienta pelos caminhos do País das Maravilhas/orientadora; a enigmática Rainha Branca/Curso que período a período descortinava uma nova disciplina a ser cursada; a Rainha Vermelha/programa, me cobrando e lembrando da decapitação; os irmãos gêmeos Tweedledee e Tweedledum, que assim como as fontes e os documentos me confundem o tempo todo; a lagarta Absolem/ Kuhlmann Jr. e sua enigmática sabedoria, a quem busco através do seu oráculo chegar ao mais fiel entendimento sobre todo o percurso histórico da educação infantil; o Chapeleiro Maluco/referencial teórico que fundamenta este trabalho e que me explica sobre este novo mundo; e o Gato Risonho/referencial metodológico norteando o meu caminhar, e que me ajuda a “historiografar” o Jardim da minha memória.

O encontro com esses personagens, não necessariamente encantados como no mundo de Alice, motivam diálogos e alguns deles tornam-se matéria-prima para o trabalho de pesquisa, pois suas narrativas apresentam um universo de possibilidades a serem investigadas. Busco na história a ser aqui contada me reconectar a um mundo em que já vivi. Por isso volto ao meu “Jardim” na ânsia de reviver, recuperar aquilo que está guardado em minhas memórias e na memória de outros que por ali passaram. Jacques Le Goff (1996), membro da terceira geração da Escola dos Annales, em sua obra *História e Memória* deixa claro que a “[...] memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. É esse passado que busco.

Eu, tal qual Alice no País das Maravilhas, dou a este trabalho de investigação o enredo que por tanto tempo me instigou, intrigou e me faz pensar sobre o Jardim de Infância Joana Ramos, da cidade de Tobias Barreto, criado em 1969, o meu “País das Maravilhas”. Agora gente grande que sou, dou a ler a sua história e, assim como Alberti (2005), busco

[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (ALBERTI, 2005, p. 19).

¹ O termo é aqui utilizado como âncora para o uso da metáfora e faz alusão ao livro *Ouvir Contar*, de Verena Alberti, que é utilizado como referencial metodológico no tocante ao uso da metodologia da História Oral.

Com esta percepção passo a demandar aproximação, contato, intimidade com o objeto de estudo, volto às minhas memórias e às memórias dos entrevistados, na tentativa de voltar ao Jardim de Infância e, neste processo, reencontro os cheiros, os sons, as músicas, as festas, as fotografias, e, assim como aconselha Del Priore (2007, p. 15), busco: “[...] dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais concretas ou mais modestas iluminando as lembranças mais apagadas”.

Iluminar estas lembranças mais apagadas, como sugere Del Priore (2007), cruzar os caminhos, legitimar o JIJR dando notoriedade ao que de mais singular existe dentro da sua história me transportou – assim como ocorreu com Alice ao cair no túnel que a levaria ao País das Maravilhas – a caminhos que me fizeram explorar a história das crianças em idade pré-escolar, uma vez que a análise desse percurso perpassa pela historiografia das instituições de educação infantil e das iniciativas de atendimento a essa fase da criança, e da infância. É certo que ainda há muito a se contar no que se refere à historiografia da educação infantil, muito a se investigar sobre creches, jardins de infância e escolas maternas. E neste sentido acredito que “historiografar” esta instituição de ensino proporciona relevante contribuição à História da Educação, em especial à História da Criança, uma vez que sua trajetória foi marcada por embates políticos e sociais. A este respeito, Silva (2014) ressalta:

Nas pesquisas relacionadas à história da educação brasileira, mais especificamente, quanto ao ensino primário, normalmente, destaca-se a tendência de abordar a infância a partir do momento em que a criança ingressa no ensino de primeiras letras, assim, deixando de lado, ou para segundo plano, a discussão da história das crianças pequenas. Tem-se, então, a impressão de que os estudos relacionados à história dessas crianças e as pesquisas em torno das instituições de ensino que se dedicam à educação dos pequenos são pouco relevantes para a história ou para a educação. (SILVA, 2014, p. 13).

De encontro a essa tendência, o presente trabalho se insere no movimento que reconhece a educação infantil e os seus historiais, as múltiplas trajetórias possíveis de serem narradas, pois “[...] ao pesquisarmos a Educação Infantil brasileira, há que levar em conta o processo histórico por meio do qual ela foi constituída.” (SILVA, 2014, p. 13). Neste sentido, o presente trabalho apresenta as vozes da memória de uma instituição de educação infantil que ficou em mim, guardo deste Jardim os aromas, o toque, o som, as cores, o sorriso de Zé do Jardim² ao nos receber no portão, o abraço quente da professora, a melodia das músicas que aprendi e que embalam meu coração com emoção, esse é o Jardim dos meus olhos, esse é

² José Paulo dos Santos, porteiro da instituição no período estudado.

o Jardim que ficou em mim. Reviver esse tempo, mergulhar na minha própria história e entender a possibilidade de desvelar estes fatos me faz acreditar que o Jardim de Infância Joana Ramos representou para aqueles que o frequentaram um cenário lúdico, encantado, assim como os reinos que estampavam suas paredes.

Assim, a primeira oportunidade em reviver o cotidiano do referido Jardim se deu no curso de graduação em Pedagogia, quando o escolhi como objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso. Estava então no ano de 2002 e motivada pelas leituras sobre educação infantil que subsidiaram o estágio nesta modalidade de ensino e buscando caracterizar a instituição em que esse seria desenvolvido, tive a oportunidade de conhecer a história do Jardim de Infância Augusto Maynard³. A partir desse momento fiquei me questionando como teria se dado o processo de institucionalização de uma das mais conhecidas escolas da minha cidade, o Jardim de Infância Joana Ramos ou, como é popularmente conhecido, Jardim.

Motivada pelas questões pertinentes à educação, sobretudo àquelas ligadas à forma como o processo educacional vem se desenvolvendo ao longo dos séculos, bem como pela minha formação acadêmica no Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes, e por ser ainda a História da Educação uma área de grande interesse pessoal busquei, naquele trabalho, compreender a história da referida instituição, procurando conhecer a implantação da educação infantil e os aspectos educativos da primeira entidade pública de educação infantil no município de Tobias Barreto⁴, cidade do interior sergipano.

O fato de nascer e residir durante 34 anos no município e de ter sido aluna da instituição foi, por certo, a principal motivação que tive para mergulhar ainda mais no universo daquele jardim, desta feita com um olhar mais maduro, cheio de interrogações e com o intuito de dar a ler uma história ainda não “contada”. Assim, dentro de outra perspectiva, mas ainda com o olhar voltado para o Jardim de Infância Joana Ramos, parto agora, no Mestrado em Educação da mesma instituição, para desvelar a implantação da educação infantil e os aspectos educacionais da primeira entidade pública no município de Tobias Barreto no período de 1969 – 1985. Para tanto busco compreender os motivos de criação, a

³ Inaugurado em 17 de março de 1932. Sua existência deve-se à iniciativa de professoras recém-formadas pela Escola Normal Rui Barbosa que solicitaram do Governo o patrimônio para sua fundação.

⁴ O espaço geográfico e histórico do município de Tobias Barreto está atrelado à lenda do aparecimento da imagem de Nossa Senhora onde se edificou uma capela e ao seu redor as primeiras moradas. Esta povoação recebeu o nome de Paraíso e anos mais tarde seria a Vila de Campos do Rio Real. Sua fundação, datada entre os anos de 1599 e 1622, teria se dado pelo desbravador Belchior Dias Moreira, capitão de Cristóvão de Barros. Pela Lei 550 a Vila ganha status de cidade em 23 de outubro de 1909 e pelo Decreto Lei Estadual nº 377 de 31 de dezembro de 1943 passa a denominar-se de Tobias Barreto. No que se refere aos aspectos geográficos, o município de Tobias Barreto possui uma área de 1.115 km² e se localiza no Centro Sul do Estado, na mesorregião do Agreste Sergipano. O município de Tobias Barreto faz divisas com os municípios sergipanos de Itabaianinha, Tomar do Geru, Riachão do Dantas, Poço Verde e com o estado da Bahia.

forma de organização e o funcionamento no período delimitado, traçando o perfil profissional dos atores e as práticas educativas presentes na instituição, bem como analisar a cultura escolar que norteava o cotidiano dessa instituição de educação infantil.

Não tenho a pretensão de contar ou reescrever a história da educação da cidade de Tobias Barreto tal qual aconteceu, o que pretendo é fazer uma releitura tendo como personagem central da história o Jardim de Infância Joana Ramos, pois a referida instituição educativa inaugurou na cidade o atendimento educacional às crianças a partir dos 3 até os 6 anos de idade. A escolha do limite temporal da pesquisa é o ano de 1969, data da criação do Jardim, estendendo-se a 1985, quando surgiu a segunda instituição de educação infantil pública, o Pré-Escolar Rosinha Felipe, unidade vinculada à rede estadual de ensino. Assim, nesse período de 16 anos, o Jardim de Infância foi a única instituição pública a atender esta modalidade de ensino na cidade.

Busco “historiografar” o JIJR tendo em vista a necessidade de apreender, interpretar e compreender a sua trajetória histórica explorando os vestígios encontrados e assim como Alice, que não temeu em seguir o coelho inquieto que corria contra o tempo, sigo em busca dos vestígios e da materialidade dos fatos histórico dessa instituição.

O tempo passou... eu cresci, mas as lembranças do que vivi me transportam para o roteiro de um filme onde a minha história e o enredo se misturam. Voltar ao “País das Maravilhas” para registrar em letras as cenas que habitam a minha memória e dar voz aos personagens, às histórias, aos acontecimentos me faz caminhar por lugares férteis no desígnio de reviver momentos tão especiais e que sempre retornam ao meu íntimo. Assim, para explicar a existência histórica do Jardim de Infância Joana Ramos, tornou-se necessário recorrer à digressão, isso porque toda história tem um começo.

1.1 Chegou Fia de Fonsinho! Era assim que eu era recebida todas as tardes

Acordar e perguntar: “mãe hoje eu vou para o Jardim?”, era obrigatório. O ato de olhar a farda, a saia vermelha delicadamente plissada, a blusa branquinha com o escudo do Jardim e o Topo Gigio⁵ pintado no bolso, a lancheira combinando com a saia e o laço de fita se repetia diversas vezes até a hora de finalmente sair de casa em direção àquela instituição de ensino.

⁵ Personagem infantil criado na Itália, em 1958, no Brasil fez sucesso em programas apresentados por Agildo Ribeiro em 1969.

O prazer em sair pela avenida principal e chegar ao portão da escola era algo indescritível, chegar e ser recebida por Zé do Jardim com a frase “Chegou fia de Fonsinho,” já fazia parte da rotina das atividades que aconteceriam no decorrer da tarde. No trajeto, de posse da minha merendeira vermelha, com as meias brancas bem esticadas, saía desfilando. Era comum cruzar com outras crianças e seus pais, algumas de rostos conhecidos, outras que eu só identificava pela farda. Visualizar todo o movimento do comércio e de longe avistar o abrigo de Zé Batateiro⁶ sinalizava que eu já estava a poucos passos da escola, passar pela sapataria de Assis me fazia imediatamente soltar a mão da minha mãe, pois já estava no Jardim. Atravessar o portão e ser conduzida até o pátio para fazer oração era, sem dúvida alguma, a coisa mais importante da minha vida.

Ao recorrer a estas lembranças me amparo na hermenêutica dos fatos aqui narrados, pois eu e o meu objeto somos produto e produtor e juntos contribuímos com a memória da educação infantil na cidade de Tobias Barreto. À luz de Magalhães (1996), percebo que: “[...] As instituições educacionais, assim como as pessoas, são possuidoras de uma memória. Uma memória factual, assente na transmissão oral, uma memória fixista e por vezes justificativa e assinalada de exageros de inúmera ordem.” (MAGALHÃES, 1996).

A partir de tal afirmativa apreendo que no campo da história da educação as experiências vividas enquanto ex-aluna do JIJR e dadas a ler neste trabalho revelam-se na singularidade das memórias e que contribuem com a historiografia desta instituição. Explicitar de onde falo, pensar a narrativa como uma trajetória não linear, cheia de curvas e ondulações, construída a partir das minhas experiências e da experiência daqueles que deram vozes às suas lembranças dando a ver e a ler suas narrativas foi instrumento imprescindível na construção desse trabalho.

Assim, quando me transporto para o cenário das minhas lembranças chego muito claramente à rotina de atividades que começavam sempre com todos os alunos enfileirados no pátio, os maiores atrás e os menores à frente. Uma das professoras fazia uma oração que todos nós repetíamos. Fecho os olhos e chego a escutar perfeitamente o final destas orações, em que pedia sempre a Papai do Céu para proteger “papai, mamãe e os meus irmãozinhos”, eu acrescentava sempre a esta lista a minha avó Terezinha, falava bem baixinho já que as avós não estavam na lista da professora e eu não iria desobedecer. Prometíamos também ser bem comportados e “não brigar com os coleguinhas”. Esse momento era sempre encerrado com

⁶ Como era conhecida a Sorveteria Central, famoso ponto de referência da cidade de Tobias Barreto, inaugurada em 1963.

uma música de roda, ficava sempre torcendo para ser a da Dona Baratinha. A tia Marly⁷ sempre começava a música questionando: “Quem quer casar com a Dona Batatinha?” e todos em seguida respondiam: “que tem fita no cabelo e dinheiro na caixinha”, depois disso cantávamos no mais alto tom:

A barata diz que tem
 Sete saias de filó
 É mentira da barata
 Ela tem é uma só
 Ah... ah... ah... oh... oh... oh...
 Ela tem é uma só (BIS)
 A barata diz que tem
 Um anel de formatura
 É mentira da barata
 Que ela tem a casca dura
 Ah... ah... ah... oh... oh... oh...
 Que ela tem é casca dura (BIS)
 A barata diz que tem
 Sete saias de balão
 É mentira ela não tem
 Nem dinheiro pra sabão
 Ah... ah... ah... oh... oh... oh...
 Nem dinheiro pra sabão (BIS)

Era a minha música preferida, acho que eu me identificava com a Dona Baratinha e sua fita no cabelo, pois era assim que todos os dias eu ia para o Jardim, com fitas e laços impecáveis. Depois de algumas canções éramos conduzidos às salas para o início da aula, cada professora conduzia sua turma, saíamos ordenadamente até chegar à sala e sentar. Lembro-me do prazer em ocupar uma das mesinhas vermelhas combinando com a minha saia, puxar a cadeira (chego a ouvir o barulho das cadeiras de ferro sendo arrastadas), e aguardar o início das atividades. Como era prazeroso produzir essas atividades que iam desde o trabalho com massa de modelar, pinturas, contação de histórias até as atividades de cópia. Era tão importante receber a folha de ofício que acabara de sair do mimeógrafo ainda cheirando a álcool. Todo o meu esforço no capricho com o meu “dever” era sempre recompensado com um elogio e eu me esforçava muito para recebê-los sempre. Em uma dessas atividades tive um trabalho elogiado e apresentado aos demais colegas de turma como um exemplo. Ainda lembro-me da mistura de sentimentos, vergonha, alegria, ansiedade e euforia, tudo por ter sido o meu trabalho escolhido como exemplo aos demais. Era uma atividade com massa de modelar. Diferente das outras crianças, ao invés de esticar a massa ou simplesmente enrolar,

⁷ Marly do Carmo Barreto foi contratada em março de 1974. No ano de 1979 assumiu a direção da escola.

resolvi dar forma e criei pequenas xícaras, ao apresentar à tia Marly e dizer o que havia criado fui surpreendida pela sua admiração, me senti a mais feliz de todas as crianças naquele momento.

Erasmus de Rotterdam⁸, já no século XVI, apresenta em sua obra intitulada *De Pueris (Dos Meninos) – A Civilidade Pueril* (1996), na qual retrata sua visão de mundo, de homem, de educação, de infância e de criança apontando a educação como meio pelo qual o indivíduo realiza sua humanidade, pois o homem não nasce completo, mas sim com uma natureza racional caracterizada pelas potencialidades a serem desenvolvidas. Entender hoje este processo de escolarização que acontecia no Jardim de Infância à luz de Erasmo de Rotterdam me fez ampliar os conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil, uma vez que este autor ressaltou o cuidado de não sobrecarregarmos as crianças com atividades que exigem um esforço maior que sua condição naquele momento. Erasmo de Rotterdam (1996) afirmou que a educação deve ser algo agradável, isto é, prazerosa tanto para quem aprende quanto para quem ensina. Para ele:

Os anos de infância são como a primavera ridente em branda vegetação que se transforma em plantas de alegre viço com a chegada outonal dos anos viris, quando os celeiros transbordam de frutas sazonadas. Tal como seria descabido procurar uvas maduras durante a primavera, ou rosas no outono, assim incumbe ao preceptor atentar para o que convém a cada idade. À criança se ofertam sempre coisas alegres e amenas. Em qualquer hipótese, que fique longe da escola toda espécie de amargura e violência. (ROTTERDAM, 1996, p. 92).

O tipo de educação desenvolvido no JIJR desperta ainda mais o meu interesse na historiografia desta instituição uma vez que, debruçada sobre a história da infância, encontro evidências de que a ampliação da visão sobre a criança e de seu desenvolvimento resultou das mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas através dos séculos. O entendimento dos conceitos de criança como indivíduo e infância como período ou fase vivida pela criança e a ampliação da visão do seu desenvolvimento resultaram das mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas ao longo do tempo. Os estudos do francês Philippe Ariès em *História social da criança e da família* (2012) retratam o alargamento sobre a consciência das particularidades infantis à luz das mudanças ocorridas na sociedade. Para ele, até o século XVII as crianças eram consideradas adultos em miniatura e só passavam a ter uma identidade própria, a serem consideradas como indivíduos na comunidade social, quando conseguiam

⁸ Educador holandês, nascido em 1469, humanista e filósofo, crítico do dogma católico romano e da imoralidade do clero.

fazer coisas semelhantes aos adultos com os quais estavam misturados. Junto aos adultos e outras crianças com as quais conviviam, aprendiam a se tornar membros do grupo, a participar das tradições e a dominar os conhecimentos necessários à sua sobrevivência material e enfrentar a vida adulta.

Até o século XVII não existia a preocupação com as crianças menores. As condições gerais de higiene e saúde não contribuíam com as etapas do seu desenvolvimento nos moldes de hoje. A fragilidade das crianças pequenas era, assim, muito grande, de tal maneira que essas morriam facilmente, haja vista o momento histórico aqui referido. Seus pais não deixavam de ficar penalizados, mas viam sua morte como um fenômeno natural: a criança morta poderia ser substituída por outra recém-nascida. E assim, ao longo de suas vidas, as mulheres davam à luz a muitos filhos, tendo como certo que muitos deles não sobreviveriam à primeira infância. Ainda segundo Philippe Ariès (2012), a partir do século XVII, com o advento da escola, a criança deixou de ser misturada aos adultos e passou a ser mantida a distância, numa espécie de enclausuramento, a este processo deu-se o nome de escolarização.

De acordo com Ariès, ainda no século XVII, por conta dos movimentos de moralização do homem promovidos pelos reformadores protestantes e contra reformadores católicos que viam na escolarização o instrumento para corrigir as crianças, vítimas do pecado, que precisavam ser encaminhadas para o caminho do bem, foi possível verificar uma mudança na forma de encará-la e de educá-la sendo preciso conhecer melhor a mentalidade infantil e adaptar os métodos de educação ao seu nível de desenvolvimento. Nesse contexto histórico, passou-se a se desenvolver ideias de renovação pedagógica. Comenius⁹ foi um dos precursores desta nova forma de abordagem. Defensor de uma educação igual para todos e capaz de promover a igualdade social, defendia a necessidade de encontrar urgentemente novas maneiras de ensinar.

Para Comenius (1997), era necessário que todos conhecessem um pouco de tudo. Neste sentido, o ensino deveria ser gradual, começando com ensinamentos elementares, sendo aprofundado aos poucos. Ele trouxe a ideia da gradualidade, ou seja, aprender aos poucos e no tempo certo. Segundo ele, não bastava ensinar, era preciso que o aluno aprendesse, e para que isso acontecesse o ensino deveria respeitar o ritmo individual de aprendizagem. A respeito desta questão, assim se posicionou: “Quem ensina uma criança a ler não deverá pôr-lhe prontamente diante dos olhos todo o contexto de um livro, mas começar com os primeiros

⁹ João Amós Comenius nasceu em 1592 na Morávia, completou seus estudos superiores na Alemanha, pertenceu à Igreja Reformada e morreu em 1670 em Amsterdã. Escreveu muitos livros, sendo o principal a Didática Magna, primeiro livro ilustrado publicado em 1657.

elementos, tomando as letras uma a uma, reagrupando-as depois em sílabas, em palavras e finalmente em frases.” (COMENIUS, 1997, p. 246).

Guardadas as devidas proporções, Comenius deixou claro que a infância é um momento privilegiado no desenvolvimento da criança, e por isso, subsidiada pelas leituras deste autor, passo a entender o que acontecia no “Joana Ramos”. Nas atividades desenvolvidas, era comum levar as crianças até o pátio onde existia um palco e aconteciam as apresentações com teatro de fantoches. Tal atividade prendia a atenção de todas as crianças e me impressionava: como poderia um boneco emitir voz? Como faziam aqueles movimentos? Era algo que me intrigava e encantava ao mesmo tempo. Hoje percebo que tais atividades eram utilizadas como recursos metodológicos no desenvolvimento do planejamento que era pensado de forma lúdica.

As temáticas das apresentações eram as mais variadas possíveis, contemplavam desde a contação de histórias e fábulas até as atividades de coordenação motora. O que remete à importância dada ao lúdico pelos educadores da referida instituição que, consciente ou não, direta ou indiretamente desenvolvia os ensinamentos de Erasmo de Rotterdam, para quem “[...] é bem assim que se leva a criança ao aprendizado proveitoso sem nenhum tédio” (ROTTERDAM, 1996, p. 92). Realmente, tédio era algo que não cabia ao cotidiano das atividades do Jardim de Infância. Estávamos sempre envolvidos em uma atividade desafiadora, existia sempre uma novidade para cada aula, um novo desafio, a magia desses momentos traz a mim vozes e silêncios que gritam e pulsam procurando respostas que agora busco responder emergindo no fazer historiográfico da referida instituição.

Nas memórias do que vivi o recreio era algo à parte, assim que começava a melodia: “Merenda boa, bem gostosinha, quem foi que fez, foi a mamãezinha”, era chegada a hora de mais uma vez sair em fila para lavar as mãos. No caminho até o lavatório outras canções que ficaram gravadas nas minhas lembranças – como “meu lanchinho, meu lanchinho, vou comer, vou comer... pra ficar fortinho, pra ficar fortinho... e crescer, e crescer” – eram cantadas até que todos estivessem de mãos lavadas, de posse das lancheiras e da esteira que era estendida no chão do pátio onde ficávamos sob a observação das professoras e de “Zé,” que estava sempre por perto auxiliando no que fosse necessário enquanto cada um fazia seu lanche. Por fim começavam as brincadeiras, adorava a de passar o anel, as brincadeiras de roda,

principalmente quando cantava Samba Lelê¹⁰, Bom Barqueiro¹¹. Tudo era mágico aos olhos nos meus 5 anos de idade.

A música integrava todas as atividades da escola. Era comum nas apresentações de datas comemorativas em que as crianças cantavam para o público, que normalmente lotava o interior do Jardim. Os eventos promovidos pela instituição mobilizavam toda a comunidade, um dos mais esperados era a quadrilha junina¹², e o desfile de carroças que tomava toda a Avenida 7 de Junho, o que fazia com que os moradores, com suas cadeiras postas à porta, esperassem o cortejo das carroças, com as crianças caracterizadas de caipiras. Lembro-me que no meu primeiro desfile de carroças, a ansiedade tomou todo o meu dia, provei o vestido várias vezes, até chegar o momento de não mais tirá-lo. Vestido quadriculado, bem rodado, cheio de babados, rendas e fitas e ainda um avental com uma fogueira pintada, chapéu de palha decorado com as mesmas rendas do vestido, maquiagem como mandava o figurino, batom vermelho, pintas na bochecha. Eu me sentia a mais bonita de todas as crianças. Cheguei à escola acompanhada por meu par, também tipicamente trajado. O cortejo das carroças seguia a Avenida 7 de Junho, passando pela Rua Gumercindo Bessa, Praça da Matriz de onde tomava a direção da Rua João Alves Filho até retornar novamente à Avenida 7 de Junho e finalizar em frente ao Jardim. Nesse momento a ansiedade tomava conta, pois entendia que era chegada a hora da apresentação da quadrilha junina.

Hoje consigo entender a representatividade desse desfile para a sociedade tobiense, tendo em vista que o trajeto percorrido é o mesmo das grandes procissões religiosas, algo bastante significativo para uma cidade interiorana com população predominantemente católica. Entendo estes fatos buscando em Magalhães (1996) e os seus apontamentos, quando afirma:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa, sem deixar de integra-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, e por fim sistematizar e (re) escrever o itinerário da vida na sua multidimensionalidade, conferindo sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p. 135).

¹⁰ Samba Lelê tá doente/ Tá com a cabeça quebrada/ Samba Lelê precisava/ É de uma boa lambada/ Samba, samba, samba, ô Lelê/ Samba, samba, samba, ô Lalá/ Samba, samba, samba, ô Lelê/ Pisa na barra da saia, ô Lalá.

¹¹ Bom barqueiro/ Bom barqueiro dá licença de passar/ Carregada de filhinhos para acabar de criar/ Três, três passará, mas algum há de ficar/ Se não for o de diante a de ser o de trás.

¹² Tradição folclórica e cultural do nordeste, as quadrilhas juninas são apresentação de danças típicas dos festejos juninos.

A atmosfera lúdica que existia nesses eventos não se perdeu na minha memória e, à luz do que Magalhães (1996), escreve o itinerário e a multidimensionalidade do que ocorria nesses eventos conjectura-se com os modos de vida da população dessa cidade.

Depois do cortejo pelas ruas, chegava-se novamente ao Jardim, lá se apresentava a quadrilha junina na presença dos pais e da comunidade. Os ensaios para esse momento eram exaustivos, pois se assumia aquilo com muita responsabilidade. Todos os passes de uma típica quadrilha junina eram apresentados, “pisa no milho”, “olha a chuva”, “vamos quebrar o caranguejo”. E lá estava eu e meu vestido rodado, tentava não desviar minha atenção para não errar nenhum dos movimentos, mas sempre que era possível tentava localizar minha mãe em meio ao público. Ao final da apresentação eram servidas, às crianças e às suas famílias, comidas típicas. Nesse momento recebíamos os elogios pelas roupas e pelo desempenho no evento.

Outro evento realizado pela escola, reconhecido pelo luxo e pela perfeição, era o desfile Cívico de 7 de setembro. Nessa ocasião os pelotões com as crianças eram ensaiados para que tudo saísse perfeito ao adentrarem na avenida. Cada pelotão parava em frente ao palanque onde estavam as autoridades locais e era saudado com aplausos por todos os presentes. As crianças desfilavam garbosamente sob os olhares da população que lotava a avenida principal. O Jardim de Infância Joana Ramos sempre abria o desfile por ser a única escola destinada às crianças pequenas, conquistando esta prioridade que se mantém até os dias atuais. As turmas eram divididas em pelotões que tinham temas variados. Lembro fielmente do desfile do qual participei, desfilei no pelotão que homenageava a Espanha, tipicamente vestida como espanhola. Para este evento fui levada por minha mãe para o salão de Zelita Cabeleireira para fazer maquiagem e penteado, lembro-me da alegria em ir a um salão de beleza pela primeira vez, saí de lá como se estivesse desfilando em uma passarela, já saí do salão vestida com a fantasia, o que tornou a ocasião ainda mais especial. Recordo-me de cada passo em direção ao Jardim, da parada em frente à praça para tirar uma fotografia e eternizar esse momento.

Percebo que a representatividade desse desfile está conectada aos ideais de uma sociedade, atrelada aos pressupostos de organização, formação social e de representação de valores que visavam à reorganização do espaço público. Atrelada a esses aspectos estava a disseminação do sentimento de nacionalidade e a divulgação de uma cultura cívica e de um discurso desenvolvimentista. É neste contexto que o Jardim de Infância e suas crianças representavam esse novo momento vivido pela nação. Nos desfiles havia sempre espaço para

o pelotão das crianças com o fardamento da escola, e um dos mais representativos era o pelotão com as bandeiras, dentre essas, a bandeira nacional.

Também chamava atenção, pela organização e luxo, a semana da criança que culminava com o desfile do Dia das Crianças, cujas fantasias contemplavam os mais diversos temas, eram bailarinas, heróis, mágicos, soldados, entre outros que saíam em cortejo pelas ruas da cidade. Nessa data, cada mãe fantasiava seu filho com muito luxo. Além do desfile, eram realizados corrida de velocípedes e concursos de dublagem. Apoiada no que anuncia a História Cultural e em especial a sua 4ª geração, que tem como um dos seus representantes Roger Chartier, que em seu livro *História Cultural* aponta os conceito de práticas e representações, percebo hoje toda a simbologia desse evento, tendo em vista que passo a enxergar esta “passagem” através dos seus signos, dos atos, dos objetos, das figuras, das representações coletivas que naquele momento expressavam valores e escolhas. Isso porque, para Chartier (1990):

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

A relevância de entender Chartier a partir da ideia de representação enquanto utensílio teórico-metodológico se faz necessária, tendo em vista que apreender em um campo histórico particular e internalizar simbolicamente os eventos realizados no Jardim de Infância Joana Ramos significa compreender as relações externas entre tais eventos e o que de fato representavam para a sociedade local, uma vez que elas representam a consciência e as vontades individuais de quem as produziu dentro de determinado campo social.

Tal reflexão me faz rememorar o encerramento do ano letivo, momento em que era realizado outro evento de destaque, a formatura do ABC. Esse evento representava um rito de passagem, revestido de toda uma simbologia, que ia da preparação da festa, confecção da beca até a compra do anel. A partir desse momento, os pequenos eram consagrados aptos a cursar a 1ª série do ensino primário. Nesta data, os “formandos” recebiam seu diploma e um anel gravado com as letras ABC.

Os eventos realizados na escola eram pensados e realizados com todo “capricho e perfeição” para que tudo saísse como planejado. A presença de políticos locais nas festividades realizadas no Jardim de Infância sempre foi marca registrada, ficando clara a popularidade das festas e comemorações. À época que estudei, os políticos eram sempre enaltecidos nos discursos e ocupavam lugar de destaque nos eventos, o que lhes conferia notoriedade, uma vez que esses eventos tinham uma grande participação da sociedade local servindo como palco de exposição de seus feitos e intenções. A relevância dessas datas pode ser verificada na notícia publicada em jornal local:

Ao término das atividades escolares, a direção e o corpo docente do Jardim de Infância Joana Ramos realizaram a formatura de 46 crianças que estudavam o ABC.

O fato ocorreu no dia 05/12/85 às 10:00h da manhã com uma celebração na Igreja da matriz seguido de um coquetel que foi oferecido aos formandos e aos pais no Clube Cultural Recreativo Sede.

O coquetel foi oferecido pelo Sr. prefeito Antônio Ávila dos Reis e pelo futuro prefeito Luiz Alves de Oliveira Filho. (Jornal de Campos, ano IV, 2.^a fase, n.º 85).

Os indícios me fazem acreditar que o Jardim de Infância, pela visibilidade social que propiciava, também servia de cenário para os políticos e os candidatáveis chegarem aos mais distintos públicos que o frequentam, utilizando este *lócus* como território de divulgação dos seus feitos e pretensões. Nesta configuração, interrogo-me: o que de fato motivava politicamente reverenciar uma instituição de educação infantil num cenário em que este tipo de ensino ainda estava atrelado às ideias de brincadeiras? Quais as reais intenções estavam embutidas nestas “aparições”?

A ludicidade das atividades desenvolvidas no Jardim de Infância Joana Ramos me remete a Froebel¹³ e suas considerações sobre a necessidade dos jardins de infância (*kindergartens*). Este autor acreditava nos jardins como um instrumento de preparação para a vida intelectual e social desde a infância. Era defensor do caráter lúdico e de um currículo por atividades como forma para levar espontaneamente as crianças ao conhecimento como determinante da aprendizagem, seus preceitos educacionais apontavam para mudanças nas concepções sobre as crianças. Conforme descrito, a organização de tais atividades demonstra a preocupação com as rotinas pedagógicas, pois existia uma disposição das ações a serem desenvolvidas cotidianamente pelas professoras, que variavam desde as atividades de sala,

¹³ Friedrich Froebel, educador Alemão nascido em Oberweissbach. Criador do primeiro *kindergarten* na Alemanha em 1840.

recreação, lanche até as atividades no pátio, o que me faz perceber, amparada em Froebel, que a organização de tais atividades estava ancorada no pensamento inovador do referido educador mesmo que de forma inconsciente por parte dos atores que faziam o Jardim de Infância naquele momento.

Tal reflexão suscitou também uma análise sobre a formação de professores para o exercício do magistério, uma vez que as professoras do JIJR tiveram sua formação em escolas normais e por certo suas práticas reverberaram no fazer docente. Sergipe teve como precursor o Instituto de Educação Rui Barbosa¹⁴. Os estudos sobre esta instituição apontam-no como *lócus* de formação de professores não apenas para o ensino primário. De acordo com o Decreto-Lei nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946, que traz como finalidades prover a formação do pessoal docente, habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas e desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. Conforme descrito no art. 8º, o curso de formação de professores primários estaria organizado em três séries anuais e seu currículo estava alicerçado numa formação generalista, mas que já apresentava indícios de uma formação alicerçada nas práticas pedagógicas, sendo possível nesse momento ter sofrido influências dos ideais escolanovistas que circulavam no País e que previam um ensino mais prático.

Neste documento encontro a indicação das disciplinas que compreendiam o currículo, sendo na Primeira série: Português, Matemática, Física e Química, Anatomia e Fisiologia Humanas, Música e Canto, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física, Recreação, e Jogos. Na Segunda série: Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Higiene e Educação Sanitária, Metodologia do Ensino Primário, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto e Educação Física, Recreação e Jogos. Por fim, na Terceira série: Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, História e Filosofia da Educação, Higiene e Puericultura, Metodologia do Ensino Primário, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, Prática do Ensino, Educação Física, Recreação e Jogos. Ao analisar o currículo, evidencio que em sua maioria as disciplinas estavam voltadas para a formação de regentes para o ensino primário. Nota-se que o conjunto de disciplinas aponta para o predomínio de disciplinas de formação geral.

Para tal, procurei entender melhor o perfil profissional das educadoras formadas pela Escola Normal Rui Barbosa, para que fosse possível evidenciar o quadro docente que fazia parte do Jardim de Infância sem perder o olhar para a formação feminina. Para tal, busquei

¹⁴ Criado em 1877, recebeu 1923, a denominação de Escola Normal Rui Barbosa, por iniciativa do Presidente Graccho Cardoso, como “homenagem póstuma do sábio precursor da reforma de ensino”.

nas investigações da professora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, que no livro *Vestidas de Azul e Branco*¹⁵ revela a formação docente. Em seus escritos, ela ressalta:

As escolas normais constituíram um espaço de formação socialmente aceito, responsável pela profissionalização de um grande número de mulheres. A possibilidade de exercer uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realização e independência social e financeira. (FREITAS, 2003, p. 37).

Tais evidências apontadas por Freitas (2003), corroboram a relevância ao Jardim de Infância Joana Ramos: o fato do quadro docente que compunha a primeira equipe de professores ser composto por normalistas, indo de encontro ao cenário educacional daquele momento. pois foi possível evidenciar, através do Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Tobias Barreto/Sergipe (1972), que faz a seguinte referência a formação docente do período: “Registra-se em Tobias Barreto, a existência de um Jardim de Infância funcionando desde 1969. Os três professores do Jardim de Infância possuem o curso normal completo.” (Ministério do Interior, 1972, p. 7).

Este mesmo documento traz a falta de informação das redes de ensino e apresenta a seguinte síntese do período:

A rede de ensino primário, em 1971, era formada por 47 estabelecimentos escolares, sendo, 37 municipais, 9 estaduais e 1 particular com 2.282 alunos matriculados. Para atender as suas necessidades, contava a rede de ensino primário de Tobias Barreto, com 68 professores. Segundo a Agência Estatística do I.B.G.E. local, apenas 29% dos professores, possuem o curso normal completo. Como se pode observar há predominância de professores leigos. (Ministério do Interior, 1972, p. 17).

Ao analisar tais documentos percebo a especificidade do JIJR dentro do panorama educacional do município de Tobias Barreto, além de entender o quão significativo foi o seu surgimento na referida cidade, tendo em vista que o atendimento infantil para crianças de 3 a 6 anos representou para a população local, principalmente para as mulheres, que nesse período ganham espaço no cenário produtivo da cidade em virtude da expansão do comércio local através da produção de bordados e costuras, um espaço em que as mães pudessem confiar seus filhos. Acerca deste fato faz-se importante ressaltar que apesar deste contexto

¹⁵ [...] em nível nacional, em 1946, o Curso Normal recebeu uma ampla regulamentação, através da Lei Orgânica do Ensino Normal (nº 8.560, de 2/01/1946). Nos moldes desta Legislação, foi elaborada a Lei Estadual nº 30 de 4 de dezembro de 1947. (FREITAS, 2003, p. 80).

social os registos fotográficos nos mostram que nas primeiras turmas do JIJR estavam os filhos das famílias mais abastadas da cidade, como será apresentado à frente.

Tais evidências me motivam e impulsionam a continuar compondo o cenário da História da Educação do Estado de Sergipe e em especial da cidade de Tobias Barreto, pois tenho por certo a importância de se investigar o atendimento às crianças pequenas no decurso da História da Educação, esforço de trazer os dilemas que perpassam a História da Educação Infantil no Brasil, sobretudo, no interior do Estado de Sergipe.

Ainda investigando a legislação educacional da época, percebo que com a implantação da LDB n° 4024/61, pouco se alterou no perfil de formação docente, posto que a mesma apenas sancionou a estrutura didática do curso normal disposta na Lei Orgânica de 1946, demonstrando a carência de uma política de formação de professores. Segundo Barros (2013, p. 19), “a Escola Normal, em Sergipe, passou pelo período de implantação da LDB N° 4024/61 sem sofrer substanciais modificações em seu currículo”. Deste modo, torna-se oportuno evidenciar o perfil de formação profissional que amparava as professoras do JIJR tendo em vista que as atividades por elas desenvolvidas fugiam à rotina meramente conteudista e mecânica.

Para historiar o JIJR enquanto instituição educativa e entender sua representatividade dentro da sociedade do município de Tobias Barreto e para que lhe seja conferido um sentido histórico foi necessário entender o que Magalhães (1996), nos aponta:

A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço. Desenvolve-se, desde os aspectos morfológicos, funcionais e organizacionais até aos aspectos curriculares, pedagógicos e vivenciais, numa complexa malha de relações intra e extramuros, cuja evolução se apresenta profundamente marcada pela sua inscrição nas conjunturas históricas locais. (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Assim, o estudo pauta-se numa perspectiva histórica e insere-se na linha de pesquisa Educação e Formação Docente, sob o tema de investigação atrelado à instituição educativa e infância. Como referencial metodológico o trabalho constará de pesquisa bibliográfica, documental e da metodologia da História Oral. Assim sendo, mediada nos procedimentos metodológicos da História Oral, busco na memória dos sujeitos históricos que vivenciaram o processo de formação desta entidade educacional, na tentativa de conhecer melhor o momento de implantação, bem como preencher as lacunas pelas quais nem a documentação, nem a bibliografia puderam preencher acerca das minhas inquietações. As memórias aqui projetadas

e materializadas são entendidas à luz das experiências pessoais, sendo imprescindível para a apropriação da escrita deste trabalho. Mediada pela leitura de Ferreira e Amado (2006) em *Usos e Abusos da História Oral*, as autoras apresentam a História Oral como:

[...] mais que uma decisão técnica ou de procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para o processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise à iniciativa dos historiadores do futuro.

Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações *qualitativas* de processos históricos-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na *visão e versão* que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais. (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 16).

Na busca por narrar a histotografia desta instituição de modo a contar uma história através dos indícios e vestígios, me fez entender ainda Chartier (1990, p. 83), ao expor: “Fica claro que as escolhas feitas entre as diferentes escritas históricas possíveis – e que relevam do gênero narrativo – constroem modos de inteligibilidade diversos de realidades históricas pensadas de maneira diferente”.

Por certo analisar documento e narrativa é escolher uma entre as diferentes formas da escrita histórica e adentrar na pesquisa a partir da oralidade, e conseqüentemente das narrativas de quem viveu e/ou presenciou os fatos que compõem a história da instituição investigada, levou-me a informações ímpares e cheias de significados. Para tal, as entrevistas são entendidas aqui como um fio condutor. Segundo Alberti:

[...] há nela uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outros modos parecem tão distantes. E, ouvindo-os falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções; reações, observações, indiossincrasias, relatos pitorescos. (ALBERTI, 2007, p. 14).

A pesquisa se coloca no campo da história das instituições educacionais, amparada no que apresenta Justino Pereira de Magalhães (2004), que mostra, nos seus estudos, a

importância de investigar os fenômenos educativos como fator importante para identificar o modo como em diferentes momentos e lugares essas instituições surgem para satisfazer as necessidades humanas. Para o referido autor:

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Entender o conceito de instituição educativa apresentado por esse autor corroborou para que fosse possível compreender a importância de examinar o espaço educativo de uma instituição escolar, analisando, a partir das memórias e da identidade construída, o lugar que a mesma ocupa. Este processo de construção de identidade das instituições escolares e a análise da sua organização permite entender uma renovação no campo de estudos sobre a escola. Esta inovação cria um leque de oportunidades de investigação que, à pauta da Escola dos Annales, permite outro olhar sobre a História. Esse olhar, por sua vez, dentre muitos outros aspectos nos torna capaz de descortinar uma série de outras possibilidades dentro de derivações da própria historiografia. Como nos aponta Fonseca (2008), seus fundadores se recusaram a acreditar em uma história meramente política e trouxeram à tona diferentes dimensões criando uma ampliação nas formas de apropriação dos temas a serem abordados.

A recusa de Bloch e Febvre à história *événementielle*, essencialmente política e épica, levou-os na direção da história social, com atenção voltada para as diferentes dimensões da vida dos homens no tempo. Essa preocupação acabaria levando ao privilegiamento das condições de vida material, das formas de viver, de pensar e de sentir, significando a proposição de novos objetos de investigação. (FONSECA, 2008, p. 49).

Esta “Nova História” proporcionada pelo movimento dos Annales, um movimento que se contrapunha ao modelo da historiografia tradicional, ampliou o leque de temas nas pesquisas, o que possibilitou uma maior diversidade e abrangência nos temas estudados. A história da infância é um exemplo da diversidade dessas temáticas. O francês Philippe Ariès, membro de sua terceira geração, utiliza dessa diversidade ao examinar o sentimento de infância, no prefácio do livro *História social da criança e da família*, o autor aponta:

A história das mentalidades é sempre, quer o admita ou não, uma história comparativa e regressiva. Partimos necessariamente do que sabemos sobre o comportamento do homem de hoje, como de um modelo ao qual

comparamos os dados do passado – com a condição de, a seguir, considerar o modelo novo, construído com o auxílio de dados do passado, como uma segunda origem, e descer novamente até o presente, modificando a imagem ingênua que tínhamos no início. (ARIÈS, 2012, p. 22).

Neste sentido, Nascimento (2010) relata acerca das pesquisas em Sergipe:

[...] observar o modo como a pesquisa em História da Educação evoluiu nos últimos 15 anos permite verificar a maneira como se modificaram preocupações e olhares dos pesquisadores, as temáticas exploradas, os períodos históricos focalizados e seus critérios de seleção, as interrogações feitas às fontes e os modos de explicar a História daí decorrentes. (NASCIMENTO, 2010, p. 105).

Tal afirmação me apresenta outro aspecto relevante para escolha do tema que é o fato de estudos sobre instituições versarem mais sobre grupos escolares e cursos de formação de professores do que sobre a educação infantil. Em virtude desta verificação, tentei buscar pistas que pudessem confirmar a minha constatação.

Através da pesquisa de trabalhos publicados no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e da sua Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁶, ao buscar o termo “Jardim de Infância” localizei dez trabalhos. Desses, apenas três trabalhos trazem o histórico de instituições de educação infantil, o que demonstra um percentual pequeno, tomando como referência o volume de publicações em todo o território nacional.

No Estado de Sergipe, no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), poucos estudos voltaram-se para esta temática, a exemplo das dissertações de mestrado das professoras Rita de Cássia Dias Leal – *O primeiro jardim de infância de Sergipe: contribuições ao estudo da educação infantil (1932 – 1942)* – e Solyane Silveira Lima – *“Uma maneira de educar e proteger”: a Casa Maternal Amélia Leite (1947 – 1970)* –, ambas tratam de instituições para crianças em idade pré-escolar na capital sergipana. Assim, mediante uma análise mais detalhada dos trabalhos elencados, percebe-se que nenhum trata do tema no interior do Estado. Também no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes não foi localizado nenhum trabalho dentro desta perspectiva, sendo que até o momento o rol de dissertações apresentadas versa em sua maioria

¹⁶ Na pesquisa realizada em 21/09/2014 foram localizados os trabalhos *Reconstruindo uma experiência em educação infantil: a história do jardim de infância* Suzana de Paula Dias (Uberlândia, 1967-1972); *Culturas infantis: crianças brincando na rua e em uma pré-escola na cidade da Praia* (Cabo Verde); e *A Irmandade da Misericórdia de São Paulo e a assistência aos expostos: recolher, salvar e educar* (1896-1944).

sobre estudos biográficos e de instituições educacionais, porém nenhum tendo uma instituição de educação infantil como temática central.

Ao iniciar a presente investigação, as minhas inquietações surgiram e cresceram. Assim, com a intenção de desvelar uma história, busco responder: como se configurou o processo educacional no município de Tobias Barreto nos anos de 1969 a 1985 e quais eram seus atores? Até que ponto a criação de uma instituição de educação infantil favoreceu o processo de escolarização no município e quais os ideais de educação que nortearam estas práticas pedagógicas? Em suma: O que representou o JIJR para a cidade de Tobias Barreto? Procurar respondê-las permitiu o esclarecimento não só a estas, mas a outras questões pertinentes à História da Educação, bem como lançar um olhar sobre o que aconteceu na cidade de Tobias Barreto, localizada na região do Centro-Sul sergipano¹⁷. Busco entender o que apresenta Magalhães (2004), e o que traz suas considerações sobre instituições, assim sendo, com o auxílio deste autor faço uma análise sobre o “Joana Ramos” como instituição educativa, pois para ele “[...] as instituições educativas são organismos criativos, na sua vivência interna, e construtivos, no que se refere à relação com a comunidade e com os públicos a que se destinam”. (MAGALHÃES, 2004, p. 127).

Assim, entender o Jardim de Infância Joana Ramos como um organismo construtivo, regado de memórias que estão agregadas às práticas e às representações do cotidiano desta instituição é, sobretudo, atentar para a historicidade da cidade de Tobias Barreto dando vida a fatos, personagens e lembranças vividos por mim e por outros membros da minha geração que compartilharam do seu universo de ludicidade.

Toda pesquisa proporciona ao seu idealizador uma longa trajetória, normalmente recheada por alguns obstáculos. Não diferente disso, ao mergulhar nesta aventura em busca de reencontrar o meu “País das Maravilhas” me deparei com a carência de documentos tornando-se imprescindível tomar como objeto de análise a memória oral dos envolvidos no processo de implantação do Jardim de Infância Joana Ramos, pois existe hoje uma lacuna muito grande no que diz respeito à sua história, já que no período compreendido entre os anos de 1992 a 1996, muitos dos registros fotográficos e documentais da instituição foram queimados sendo salvos apenas algumas fotografias, fichas de alunos entre outros, numa iniciativa do Sr. José Paulo dos Santos (Zé do Jardim), funcionário do Jardim à época. Em função disso, como já anunciado, procurei compreender a trajetória da instituição a partir dos relatos orais que foram peças fundamentais na construção desta pesquisa e serviram de base para fundamentar e

¹⁷ A região do Centro-Sul de Sergipe é formada pelos municípios de Tobias Barreto, Riachão do Dantas, Poço Verde, Simão Dias e Lagarto.

reorganizar a história do referido jardim de infância. Além disso, foram feitos levantamentos de dados em jornais locais e estaduais. Segundo Chartier (1990), entendo que: “O conhecimento histórico é assim inscrito num paradigma do saber que não é o das leis matemáticas nem tampouco o dos relatos verossímeis.” (CHARTIER, 1990, p. 82-83). Assim, busco narrar os fatos a partir dos indícios e vestígios que me foram dados a ver.

Neste sentido, Nascimento (2010) afirma que: “Pesquisar é explorar a estrutura do objeto de investigação, a partir das fontes. Como a fonte é a matéria-prima do pesquisador, a investigação é a semente, germe da produção do conhecimento.” (NASCIMENTO, 2010, p. 86).

Os recursos da História Oral serviram como elo de esclarecimento frente aos espaços deixadas pela análise documental, assim sendo, através do “[...] recurso das entrevistas, entendidas aqui como documentos imprescindíveis para estudos da área das ciências humanas” (ALBERTI, 2005, p. 19), tentei captar, dos entrevistados, maiores informações para melhor alcançar os objetivos deste trabalho, deixando prevalecer a memória dos indivíduos que, assim como eu, participaram ou vivenciaram fatos, situações e eventos, o que me possibilitou decodificar e interpretar o que estava nas entrelinhas, considerando que: “A história oral é legítima como fonte porque não induz a mais erros do que outras fontes documentais e históricas.” (ALBERTI, 2005, p. 13).

Desde 1969, ano de sua inauguração, esta instituição tem contribuído para ampliar as oportunidades educacionais no município, abrigando em suas salas de aula pessoas que hoje ocupam posição de destaque na sociedade tobiense. Com tal propósito e por entender que a identidade de um povo é a sua história, por considerar indispensável, do ponto de vista social, evidenciar a participação daqueles que deram vida e empreenderam esforços para esta construção, é que mergulhei na tentativa de trazer à tona os atores, as fotografias, as lembranças, dar luz à memória de uma instituição que ocupa um espaço de referência na tradição de educar crianças na faixa etária atendida pela educação infantil.

Desenvolver um estudo acerca da história do Jardim de Infância Joana Ramos significa situar os primórdios do atendimento infantil na cidade de Tobias Barreto, uma vez que a sua fundação, no ano de 1969, ocorreu em um momento que este ramo de ensino não constituía preocupação dos poderes públicos, sobretudo em municípios de característica agrária. Além disso, até o ano de 1985 o referido jardim constituiu-se na única instituição de educação infantil pública no município. No percurso da pesquisa busquei evidências sobre a existência de outras instituições na região Centro-Sul do Estado e encontrei indícios de que o

Jardim de Infância Joana Ramos tenha sido a primeira escola para crianças pequenas da região, uma vez que as buscas não me fizeram chegar a informações de outras instituições de atendimento exclusivo para crianças em idade pré-escolar.

Em meio a este cenário, com vistas a uma melhor compreensão é oportuno salientar o lugar de destaque ocupado pelo Jardim de Infância Joana Ramos, não somente pela exclusividade no atendimento infantil, sendo uma escola vinculada à rede municipal de ensino da cidade de Tobias Barreto, mas, apesar de ser uma escola pública, o Jardim de Infância Joana Ramos, nos seus anos iniciais caracterizou-se por atender à elite tobiense. Esse perfil elitizado é percebido ao se analisar as fotos das primeiras turmas, lá estavam os filhos dos políticos da época, dos comerciantes locais, dos fazendeiros, das famílias mais abastadas e que ocupavam posição social de destaque. Tais evidências corroboram com a análise feita por Moysés Kuhlmann Jr. (2001), ao anunciar a origem e existências dos Jardins de Infância como instituições criadas para as classes ricas, as classes menos favorecidas estavam limitadas às creches e casas maternais, instituições essas que tinham um cunho assistencialista. Outro aspecto importante é o fato de que no ato da matrícula cobrava-se uma taxa que era utilizada na aquisição de materiais pedagógicos.

Com o propósito de dar luz à história do Jardim de Infância Joana Ramos e compreender a trajetória da educação infantil no interior do Estado de Sergipe, principalmente no município de Tobias Barreto, o trabalho ora apresentado foi organizado em seções. Na primeira seção, aponte o meu encontro com o tema desse trabalho e os aportes que auxiliaram o desenvolvimento da pesquisa. Na segunda seção procurei compreender os motivos de criação e a forma de organização e funcionamento dos Jardins de Infância. Na terceira seção tracei o perfil profissional dos atores e as práticas educativas presentes na instituição. Por fim, na quarta e última seção, focalizei sobre a cultura escolar que norteava o cotidiano dessa instituição de educação infantil.

SEÇÃO 2 – DOS TEXTOS AO CONTEXTO: O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E AS INICIATIVAS DE OFICIALIZAR O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR

A história das instituições educativas inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. A identidade indica para além da internalidade, a inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo, constituído pela rede de instituições congêneres pelo sistema educativo. (MAGALHÃES, 2004, p. 147).

Nesta seção parto da premissa de que um estudo de investigação histórica exige a compreensão dos fatos e por vezes digressões. Isso porque a história se compõe ciência mediante estudos que primaram pela busca das representações e dos fatos ocorridos. Lancei-me então na busca dos registros deixados ao longo do tempo, e no movimento que define os eventos entendidos aqui como significativos para este trabalho. Dar a ler a história do Jardim de Infância Joana Ramos não é somente contar a história da primeira instituição de educação infantil da cidade de Tobias Barreto, sem os seus devidos contextos históricos, por isso é preciso lançar olhar para dentro dos seus muros escolares, bem como para o contexto educacional da educação infantil ao longo dos anos. Diante desta realidade, busco, nesta seção, investigar o cenário da educação infantil no Brasil e as iniciativas de se oficializar o atendimento às crianças em idade pré-escolar, ou seja, compreender os motivos de criação e a forma de organização e funcionamento dos Jardins de Infância e que, por sua vez, recai na criação do Jardim de Infância Joana Ramos no ano de 1969.

Como anunciado na epígrafe acima, para entender a identidade histórica do que conhecemos hoje como Instituição de Educação Infantil, faz-se necessário conhecer seus “históricos anteriores” para que se possa compreender sua “[...] inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo” (MAGALHÃES, 2004, p. 147). Historiar a infância e a educação infantil significa aproximar-me dos momentos nos quais foram criados lugares para cuidar e para escolarizar as crianças, de tal modo, que na historiografia das creches, dos jardins de infância e das pré-escolas pode-se encontrar as páginas da História da Educação brasileira que se reverberam no presente trabalho e, conseqüentemente, contribuem para melhor entendimento da História da Educação de Sergipe. Baseio-me para isso no que assegura Magalhães:

Genericamente historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos de sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Assim, procurei neste capítulo estabelecer ligações entre a legislação que vai da Colônia ao século XIX, buscando o entendimento dos fenômenos históricos educativos. Desta forma, foi possível construir uma linha temporal que exibisse os períodos de transição nos aspectos que envolvem a Educação. Este desenrolar da educação brasileira no período que se estende da Colônia ao Império serve de linha condutora para evidenciar o que acontecia no século XIX e que se constitui imprescindível na construção deste trabalho, pois procuro, além das infinitas possibilidades de viver, historiar e descobrir o Jardim de Infância Joana Ramos dentro dos tempos e da sua historicidade, as origens das iniciativas políticas, de atendimento e legislações que se não explicam, alicerçam a inscrição do Jardim, objeto de estudo deste trabalho. Faz-se necessário ressaltar que analisar a legislação é buscar entender os fundamentos de um processo que ecoou no IIJR de forma a não só legitimá-lo enquanto instituição educativa que atende a um público específico, mas também percebê-lo no movimento histórico que reverbera no atendimento a criança em idade pré-escolar.

Neste sentido, no percurso de tal caminho percebo os diferentes contextos históricos que foram se constituindo na educação brasileira e as conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais pelas quais passou o País. Deste modo, na busca por entender as configurações da educação no Brasil, a digressão a seguir tem a função de delinear os fundamentos e as necessidades do tipo de instituição educativa Jardim de Infância. Assim, foi com a chegada dos primeiros jesuítas, em 1549, e a implantação de suas aulas confessionais e do método da Ratio Studiorum. Este modelo de ensino perdurou até o ano de 1759, quando da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, que instituía as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam substituir os extintos colégios jesuítas. Tal documento constitui-se como um marco ao tratar da educação nas colônias portuguesas, a exemplo do Brasil.

A partir do entendimento de como ficou a educação brasileira com as aulas régias, criadas por Pombal em substituição ao modelo de ensino jesuítico, pode-se perceber a primeira ordem de organização do ensino no Brasil, embora a conjuntura política e econômica da Colônia não possibilitasse, com efetividade, o que estava estabelecido no Alvará de 1759. Fernando de Azevedo (1996), na obra *A cultura brasileira*, aponta que a instrução pública

elementar arrastou-se “através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada.” (AZEVEDO, 1996, p. 556). Tal autor aponta tal período como um “hiato” na educação, embora a historiografia mais recente aponte iniciativas bem sucedidas nesse período. Faz-se necessário relatar que o processo de mudanças trazido pelo Alvará e pelas ideias iluministas de Pombal não levou em consideração as condições concretas para sua efetivação em solo brasileiro e por isso, segundo Nunes (2008, p. 21), “[...] ao lado da escola religiosa, vai surgir a escola leiga, de responsabilidade do Estado, marcando a dualidade de tendências do ensino brasileiro que vem até os nossos dias”.

Sigo meu trajeto pelo em busca das iniciativas, das políticas e das legislações para educação no Brasil e ao me aproximar dos textos constituintes chego às bases legais que tratam da educação no Brasil. Foi assim que encontrei, no Brasil Império, a primeira referência à educação na Constituição Imperial de 1824, no título 8º em que trata “Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros” ao expor no artigo 179: “XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos”. E ainda no inciso: “XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes”.

A expressão dada ao texto constitucional “gratuita a todos”, anunciada na Constituição de 1824, apresenta a necessidade de instituições educativas que possibilitassem à população o acesso à educação, mesmo sem fazer menção à faixa etária. O pleno fervor do período, dados apenas 5 anos de Independência, fez ainda surgir a Lei de 15 de outubro de 1827¹⁸. Segundo a lei, cabia ao Império a tarefa de gerir a educação, e determinava a existência de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas ou lugares mais populosos. A Lei também instituiu o método mútuo de ensino¹⁹, mandou criar escolas para meninas, e taxou os ordenados dos professores sem distinção entre homens e mulheres.

A Lei de 15 de outubro de 1827 apresenta-se como a criadora da instrução primária no País, assim a definem os autores Diana Golçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho

¹⁸ BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827, sancionando Ato do Poder Legislativo. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – Primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 71-73. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J_19.pdf>.

¹⁹ “[...] Em termos de estrutura, o método mútuo exigia que os alunos fossem divididos em classes e subgrupos móveis, flexíveis e diferenciados, resultantes das memórias de ensino e dos exercícios escolares. [...] Pesquisas vêm elucidando a presença do método mútuo no início da década de 1820. Em 1823, o Imperador D. Pedro I, através do Decreto de primeiro de março, criou a escola de ensino mútuo para instruir a população do seu reino. [...] em 1825 foi elaborado pelo Presidente da Província Manuel Cavalcante de Albuquerque um esboço administrativo no qual incluía a adoção do método mútuo de ensino para as escolas de primeiras letras sergipanas e a criação do sistema de instrução primária e secundária para Sergipe”. (SIQUEIRA, 2006, p. 23, 24, 30).

(2005), e ainda apontam o Método Mútuo como: “utilizado largamente na Europa, possibilitava, segundo seus defensores, que um único professor desse aula para até mil alunos. Bastava, para isso, que ele contasse com espaço e materiais adequados e, sobretudo, com a ajuda de alunos monitores” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 47).

Tal qual Alice descobria o “País das Maravilhas”, eu observo no panorama educacional nacional que era intenção do Império organizar um modelo de educação que atingisse o maior número de pessoas possível. Especificamente no tocante à legislação de 1827 a educação estava voltada para o ensino das primeiras letras e para a discussão sobre a inserção do método de ensino nas instituições escolares no País. Segundo Faria Filho,

Essa lei é contemporânea de um momento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual frações importantes da elite concebiam e propunham-se a organizar. (FARIA FILHO, 2000, p. 137).

Vale lembrar que o Brasil passa por um momento de efervescência no que se refere à sua estrutura política e administrativa, levando inclusive à abdicação de Dom Pedro I no ano de 1831. Segundo Castanha (2013):

A abdicação de Dom Pedro I foi uma vitória das forças políticas nacionais contra as portuguesas. Na prática, significou a vitória dos liberais sobre os conservadores. Ao tomarem o controle do poder político, naquele momento, os liberais procuraram implementar as reformas na Constituição relativas à estrutura política e administrativa da Nação. Depois de intensos debates, na Câmara e no Senado, foi aprovada a lei de 12 de outubro de 1832 que autorizou a reforma de alguns artigos da Constituição de 1824. (CASTANHA, 2013, p. 56).

Os ecos de tal conjuntura e a necessidade de criação de novas escolas de primeiras letras chegam a Sergipe e, segundo Thétis Nunes (2008), “o Edital de 03 de dezembro de 1828 abria concurso para todas as cadeiras de Primeiras Letras e Gramática Latina, consideradas vagas, a ser realizado em 21 de janeiro do ano seguinte. [...] Esse Edital é o primeiro da história da educação sergipana.” (NUNES, 2008, p. 48). Ainda segundo a mesma pesquisadora, em fevereiro de 1831, foram criadas, na Capital e nas vilas de Estância, Própria e Laranjeiras, as Cadeiras Públicas para o sexo feminino. Foi nessa época que o governo provincial avocou a responsabilidade de ministrar as primeiras letras à mulher sergipana. (NUNES, 2008, p. 50).

Neste processo de modificações pelas quais passava o Brasil foi instituído o Ato Adicional²⁰, aprovado pela Lei nº. 16 de 12 de agosto de 1834, em que, a partir daquele ano, as Assembleias Legislativas Provinciais passavam a ter a incumbência de legislar sobre a instrução pública e criar estabelecimentos próprios para promovê-la, enquanto o Ministério do Império organizaria e manteria o ensino superior.

Tal referência revela que o referido Ato estabeleceu as diretrizes para a instrução primária normatizando a educação pública, compondo-se como instrumento que trouxe para às províncias a liberdade de legislar sobre a instrução primária e secundária. No entanto, vale ressaltar que essa liberdade restringiu-se à instrução primária, porém não identifiquei evidências ou referências à educação pré-escolar. Nos seus 32 artigos, o Ato Adicional trouxe algumas mudanças significativas, que segundo Fernando de Azevedo (1964):

Do ponto de vista educacional, o Ato Adicional, aprovado em 6 de agosto de 1834 e que resultou das tendências descentralizadoras, dominantes da época, suprimia de golpe todas as possibilidades de estabelecer a unidade orgânica do sistema em formação que, na melhor hipótese (a de estarem as províncias em condições de criá-los), se fragmentaria numa pluralidade de sistemas regionais, funcionando lado a lado, – e todos forçosamente incompletos –, com a organização escolar da União, na capital do Império, e as instituições nacionais de ensino superior, em vários pontos do território. (AZEVEDO, 1964, p. 566).

Nunes (2008), na obra *História da Educação em Sergipe*, faz uma análise acerca da promulgação do Ato Adicional e dos seus impactos na educação sergipana. Segundo seus estudos “[...] ao transferir às Províncias a responsabilidade do ensino primário e secundário, trouxe-lhes a desagregação e o crescimento anárquico, sem obedecer a qualquer plano de conjunto ou a uma tentativa de integração desses dois graus de ensino” (NUNES, 2008, p. 81).

Apesar das evidências apresentadas por Nunes (2008), entendo que nesse momento o que se pretendia estabelecer era uma tendência de projetos de “modernização”, de crescimento e de desenvolvimento no Brasil, apesar de todas as dificuldades de concretude. Talvez por isso, no cenário sergipano, a primeira Lei da instrução primária foi a Lei de 5 de março de 1835²¹, quando efetivamente começou o trabalho de intervenção no campo da instrução primária. A análise de Siqueira (2006) sobre isso esclarece:

²⁰ Emenda à Constituição Imperial de 1824, promulgado em 12 de agosto de 1834.

²¹ Um ano após a promulgação do Ato Adicional em Sergipe foi promulgada a Lei de 5 de março de 1835, com tal lei Sergipe, assim como as demais províncias, começou efetivamente o trabalho de intervenção no campo da instrução primária. (SIQUEIRA, 2006, p. 50).

Há que se observar que a Lei de 1835 expressou, de forma mais clara e precisa, a influência que a França exerceu sobre o Brasil do século XIX. As bases dessa influência vieram da Lei de 1827 ao fazer noção do currículo, do modelo de escola, do método de ensino e da profissionalização docente. (SIQUEIRA, 2006, p. 5).

Vale ressaltar que nas últimas décadas do século XIX havia uma intenção de disseminar a instrução através da ampliação do número de escolas, da escolha de um método de ensino e de encontrar mestres qualificados, apesar das dificuldades de se encontrar profissionais com formação, haja vista o período aqui apresentado. A regulamentação destas necessidades expressas em Lei me faz entender que a historiografia da Educação, no que se refere ao final do século XIX, nos apresenta a instituição escolar como instrumento que seria responsável pelo surgimento de uma nação que encontraria na educação a civilidade. Siqueira (2006) torna claro que ao defender a instrução pública, muitos administradores das províncias tomaram a tarefa de defender a instrução como uma necessidade social, pois na visão destes homens ela era a forma de garantir a retirada do estado em que se encontrava a sociedade do século. Foi, entretanto, através decreto de 17 de fevereiro de 1854, conhecido como Reforma Couto Ferraz, que foi instituído o Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte. Sobre os desdobramentos desse decreto, assim se expressou Nunes (2012):

Não se pode negar, portanto, que nas últimas três décadas do século XIX tenha sido fomentado o debate sobre questões propriamente metodológicas. Esse processo começou com a reforma Couto Ferraz, em 1854, que visava regulamentar a instrução primária e secundária do Município da Corte. Além dos métodos possíveis, eram discutidos assuntos diversos, tais como higiene escolar, castigos corporais, atuação do Estado na educação, formação de professores, escola popular, etc. (NUNES, 2012, p. 39).

Em relação à instrução primária, o ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz avultou a ideia de difundir e estender o ensino público, aparelhar o magistério, inclusive exigindo maior aptidão para o exercício docente; preparar bons professores, regular as condições do ensino particular e chamar para um centro de inspeção, por parte do governo, os colégios e estabelecimentos de educação da capital do Império. Porém, apesar de não ser explícita a faixa etária de atendimento em seu art. 70, o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, é objetivo ao evidenciar: “Às lições ordinárias das escolas não poderão ser admittidos alumnos menores de 5 annos, e maiores de 15”. (BRASIL, Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854). Para Castanha (2013), a Reforma Couto Ferraz se fez como um divisor de águas, e

esclarece: “As ideias introduzidas pelo ministro na reforma de 1854 foram incorporadas nas reformas provinciais de instrução pública a partir de então, principalmente as ligadas ao controle do trabalho dos professores, tanto públicos, como particulares.” (CASTANHA, 2013, p. 113).

Há que se destacar, a partir das tessituras feitas neste trabalho, que por certo no século XIX o que se buscava era a consolidação de um processo de modernização que tratasse novos caminhos em que a escola e a instrução, atrelada aos métodos de ensino, estivessem no centro das discussões. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, revela também o interesse em instruir os menores que vivessem na mendicância e institui o envio desses para as Companhias de Aprendizes dos Arsenais ou de Marinheiros que se configuravam como modelo de outras iniciativas para dotar a população escolar de formação específica. Assim, estava previsto:

Art. 63. Os meninos, que estiverem nas circunstancias dos Artigos antecedentes, depois de receberem a instrução do primeiro grão, serão enviados para as companhias de aprendizes dos arsenaes, ou de Imperiaes Marinheiros, ou para as officinas publicas ou particulares, mediante hum contracto, neste ultimo caso, com os respectivos proprietarios, e sempre debaixo da fiscalisação do Juiz de Orphãos. (DECRETO nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854).

Através das investigações de Lima (2013), pode-se atentar para o fato de que as Companhias de Aprendizes Marinheiros regulamentadas pelas disposições do Decreto nº 1.517 de 04 de janeiro de 1855, foram instaladas nas províncias da Corte, Pará, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, Santa Catarina, Maranhão, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Ceará, Sergipe, Santos, Paraíba do Norte, Amazonas, Rio Grande do Norte, Piauí e Alagoas. Segundo o que nos apresenta a autora, um dos requisitos para ingressar na Companhia era ter idade de 10 a 17 anos. Ao olhar para Sergipe, Lima (2013) assim esclarece a criação e organização das Companhias de Aprendizes Marinheiros:

Pelo Decreto Imperial nº 4.142 de 05 de abril de 1868, era criada a Companhia Marinheiros na Província de Sergipe. Essa instituição deveria obedecer ao mesmo regulamento que estabeleceu a organização, comando e administração de todas as Companhias de Aprendizes Marinheiros criadas no Império. (LIMA, 2013, p. 67).

Amparada nos escritos de Lima (2013), percebo que o governo imperial ao criar e espalhar as Companhias de Aprendizes Marinheiros em regiões distintas tinha como

finalidade o atendimento de meninos pobres, órfãos e enjeitados, que serviam, uma vez instruídos, de mão de obra especializada à Marinha e ao País. Tais fatos ainda me fizeram compreender que diferentes ações estavam sendo implantadas no País em busca da formação da população, embora timidas e dispersas. Neste sentido, havia uma preocupação com o zelar, cuidar e educar os jovens, como nos revela Lima (2013, p. 17): “Tal instituição estava destinada à formação específica de marujos e funcionava como escola em regime de internato. Nela, oficialmente os aprendizes tinham direito à alimentação, fardamento, material escolar, soldo mensal, bem como assistência médica e religiosa”.

O cenário que se firma com o Decreto 1.517 de 1855 evidencia um momento histórico em que a proposta de educação visava, além da formação profissional para o suprimento de mão de obra qualificada para os serviços navais, à formação moral daqueles que ingressavam nas Companhias de Aprendizes Marinheiros. Há que se considerar também, segundo Lima (2013), que no século XIX cresce o controle do Estado no que se refere às práticas caritativa e filantrópica²² na formação de crianças pobres.

Foi no cenário educacional do final do século XIX que o governo brasileiro oficializou e fez referência aos alunos que ainda não possuíam a idade mínima de 7 anos para adentrar as escolas primárias. Neste sentido, foi com a Reforma Leôncio de Carvalho²³, de 1879²⁴, que em consequência das influências dos ideais positivistas que tomou corpo, na sociedade brasileira, que se ampliou a importância da educação para a concepção de uma nação

²² “No Brasil, a educação militar aos órfãos e desvalidos foi posta em prática em meados do século XIX. Antes disso, foram inicialmente as câmaras municipais, associadas às congregações religiosas, que se constituíram como promotoras da criação e da educação dessas crianças.” [...] O primeiro sistema de proteção às crianças abandonadas se fazia por meio da ação das Câmaras Municipais da colônia até meados do século XIX, mas acontecia de forma precária. A municipalidade intervinha na tarefa de prover a assistência aos enjeitados, tanto por meio do estabelecimento de convênios com as Misericórdias como por meio da contratação de amas de leite mercenárias. (LIMA, 2013, p. 48-49) [...] É importante ressaltar que ao contrário de outras instituições a Companhia de Aprendizes Marinheiros se configurou como uma instituição promotora de aprendizado profissional no Império e que se diferenciavam da filantropia característica de outras instituições no Império.

²³ Carlos Leôncio de Carvalho nasceu em 18 de junho de 1847, ocupou a pasta dos Negócios do Império no gabinete de 15 de janeiro de 1878, tendo sido eleito deputado pela província de São Paulo nesse mesmo ano, permaneceu na Câmara até 1881. Leôncio de Carvalho, por meio do Decreto de 19 de abril de 1879, reformou a instrução pública primária e secundária no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império, este deu origem aos Pareceres/Projetos de Rui Barbosa intitulados Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) e Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública (1883). Nesse Decreto autorizava o governo a criar ou auxiliar, nas províncias, cursos para o ensino primário, permitindo que os escravos frequentassem as escolas. Instituiu a liberdade de ensino e a liberdade de frequência, tais medidas causaram muita polêmica, recebendo críticas por facilitar o crescimento das escolas particulares e ser sua proposta “excessivamente” liberal. Participou da organização da exposição pedagógica, em 1883, em cujo congresso assumiu o cargo de secretário, bem como foi presidente da Associação Propagadora dos Cursos Noturnos. (CASTANHA, 2013, p. 243).

²⁴ Decreto 7247. Art. 5º “Serão fundados em cada districto do municipio da Côrte, e confiados á direcção de Professoras, jardins da infancia para a primeira educação dos meninos e meninas de 3 a 7 annos de idade”.

civilizada. Estabelece em seu artigo 2º a obrigatoriedade de frequência às escolas primárias a partir dos 7 anos, prevendo a fundação de jardins de infância e escolas normais. As modificações propostas na reforma são assim descritas:

Serão fundados em cada districto do municipio da Côrte, e confiados á direcção de Professoras, jardins da infancia para a primeira educação dos meninos e meninas de 3 a 7 annos de idade. (artigo 5º) e ainda a inclusão de dispositivos referentes ao funcionamento da educação nas províncias. De modo que, em seu artigo 8º contempla, nas províncias, a subvenção às escolas particulares e a contratação de professores particulares para ministrar os “rudimentos do ensino primário”. (BRASIL, 1879).

Nesse período já havia sido criado, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro jardim de infância no Brasil. Kishimoto (1988) analisa o funcionamento desta e de outras iniciativas. Segundo suas investigações:

No Brasil, coube também à iniciativa particular a instalação dos primeiros jardins de infância. No Rio de Janeiro, Menezes Vieira criou, em 1875, a primeira unidade no país, para atender à elite carioca. [...] Dois anos depois, protestantes radicados em São Paulo inauguraram o *Kindergarten* na famosa Escola Americana, hoje Colégio Mackenzie, uma escola particular, destinada à elite. [...] Ainda na rede privada, os imigrantes contribuíram com algumas escolas infantis de tendência froebelianas, no início da República. Provenientes de vários países mais desenvolvidos que já haviam incorporado até o jardim de infância em seu sistema de ensino, os imigrantes ressentiam-se do baixo nível de educação no Brasil. A valorização da educação de seus filhos levou-os a organizar diversos tipos de escolas. Entre elas estavam o jardim de infância. (KISHIMOTO, 1988, p. 58).

Passo a observar que os textos oficiais (Reforma Leônicio de Carvalho) atendem a uma necessidade que se desenhava mesmo que nas entrelinhas da história, pois a oferta de creches e pré-escolas esteve ligada ao dualismo de ideias entre os aspectos educacionais e assistencialistas. Kuhlmann Jr. (2001) nos aponta que:

Os estudos que atribuem aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternas. (KUHLMANN JR., 2001, p. 26).

Em sua reforma educacional, Leônicio de Carvalho não só marcou uma etapa importante na educação brasileira, mas provocou também uma acirrada oposição que o levou

a se afastar da pasta. Foi Rui Barbosa, à época Deputado Geral, líder e relator da comissão de instrução pública da Câmara dos Deputados, que, em 1882, incorporou novas informações ao Decreto 7.247 e encaminhou um substitutivo recomendando a criação de um sistema nacional de educação, propondo, assim, uma reforma que teria início no jardim de infância e se estenderia até as faculdades. De acordo com Valdemarin,

[...] pode-se dizer que o substitutivo elaborado por Rui Barbosa, cujo detalhamento e justificativas são apresentados nos Pareceres, pretende criar no país uma estrutura educacional verticalmente articulada, que permitiria a continuidade de estudos até o curso superior, formação profissional, e, ao mesmo tempo, integrada horizontalmente, por meio de cursos que garantiriam homogeneidade da cultura geral, ensino primário, e qualificação técnico-profissional variedade dos ramos do ensino médio (VALDEMARIN, 2000, p. 145).

De modo que foi a partir de tais dispositivos legais que começaram a se expandir no Brasil os jardins de infância. Isso porque o Decreto de 1879, implementado pelo Ministro do Império, Leôncio de Carvalho, ou o Parecer assinado em 1882, por Rui Barbosa, sugeriam a necessidade de oferta de educação infantil por parte do Estado não se restringindo às iniciativas particulares.

Rui Barbosa, que defendeu a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, enfatizou a necessidade de repensar os programas e métodos, para reverter a primazia do catecismo e da memorização. Ele foi enfático ao afirmar que “[...] a educação popular é a mais fecunda de todas as medidas financeiras” (BARBOSA, 1947a, p.143). Após expor, em seu parecer, os prejuízos da não interferência do Estado na educação, explanou os vícios de nossa nacionalidade destacando a necessidade do Estado na educação brasileira. Afirmou Rui Barbosa:

Enquanto a preocupação de alguns sistemáticos e o exclusivismo de certos teóricos, invocando a ciência da realidade, mas desconhecendo notavelmente o estado real dos espíritos e das ideias no seio da civilização contemporânea, condenam o desenvolvimento que o nosso primeiro projeto quer imprimir ao ensino oficial, preconizam a supressão dos graus acadêmicos, taxam desdenhosamente de ciência oficial a instrução distribuída nos cursos universitários, encarecem a iniciativa individual como capaz de substituir o poder público no seu papel atual de grande propulsor da educação popular e da alta cultura científica, reprovam, em suma, o progressivo alargamento da ação protetora e tranquilizadora do Estado nesta esfera – a tendência universal dos fatos, na mais perfeita antítese com essas pretensões, com o subjetivismo das teorias dessa nova classe de doutrinários, reforça, e amplia, entre os povos mais individualistas, com o assentimento caloroso dos publicistas mais liberais, o círculo das instituições ensinantes

alimentadas pelo erário geral; arduz todo dia o concurso de novos argumentos em apoio da colação dos títulos universitários sob a garantia do Estado, e reconhece, cada vez com mais força, a necessidade crescente de uma organização nacional do ensino, desde a escola até as faculdades, profusamente dotada nos orçamentos e adaptada a todos os gêneros de cultivo da inteligência humana (BARBOSA, 1947a, p. 85-86).

Em um de seus discursos dedicados aos jardins de crianças, Rui Barbosa assim se expressa acerca do preparo para a oferta da educação infantil:

Decretar a inauguração dos jardins de crianças é nada, se não dispuserdes de meios eficazes, para que sua primeira experiência se faça sinceramente. Diremos mais: antes não resolver coisa nenhuma, antes resignamo-nos à privação, em que até hoje vivemos, deste incomparável instrumento civilizador, do que entregar a sorte deste melindroso tentamen a executores incapazes. (BARBOSA, t. I 1947, p. 163).

Como já sinalizado, Rui Barbosa ao analisar o contexto da educação infantil e dos jardins de crianças brasileiros à luz do que acontecia em outros países, propôs algumas iniciativas, por parte do governo imperial, que envolvessem não só os meios eficientes para construção desses jardins, como também algumas estratégias por parte do Império no que tange à formação dos profissionais docentes envolvidos na instrução da primeira infância, entendendo que estes espaços serviriam de instrumento civilizador em prol do progresso que estava sendo pensado nesse momento. Alertava que esta não era uma ideia nova e assim explicitava:

Data de mais de um século a ideia de instituir asilo para as crianças de três a sete anos, sugerida pela conveniência de abrir lugares de refúgio e gasalhado seguro aos filhos das classes pobres durante as horas de diurno trabalho dos pais. Preconizado, ou praticado, por Diderot, em 1763; por Betzky, na Prússia, em 1775; por Oberlin, Sara Bauzet e Luísa Schaeppler desde 1770 M. de Pastoret em 1801, na França; por Owen, na Escóssia, em 1816; por Pestalozzi, na Suíça, em 1818; por Brougham, na Câmara dos Lordes, em maio de 1835, esse pensamento encarnou-se, debaixo de vários nomes e modificações diversas, na Alemanha sob a proteção da Princesa de Lippe Detmold, em 1807, e da Rainha do Wurtemberg em 1817, na Escóssia e Inglaterra, graças a Robert Owen e Henry Broughan, em 1816 e 1819, em Cremona, pelos esforços de Aporti em 1829, em Florença, no ano de 1834, na Bélgica em 1827. Sob os diferentes designativos que assumia, porém, Kleinkinderschule nos países germânicos, infant schools entre os ingleses, salles d'ásyle em França, écoles gardiennes na Bélgica, asili infantili na Itália, faltava a todas essas instituições o sopro do espírito educador, que Froebel lhes veio bafejar com a criação dos Kindergärten (sic), fórmula definitiva da educação preliminar à escola. (BARBOSA, t. III, 1947, p. 57-58).

Pode-se perceber que os aspectos relativos à educação estavam em pauta nas discussões da sede do Império. Isso porque a instrução pública deveria estar associada a um fator de regeneração política e social da nação brasileira. Foi nesse período que começou a se difundir a realização de exposições pedagógicas, tendo como foco central a infância desamparada. A primeira delas foi na cidade do Rio de Janeiro, em 1883. Sobre ela, esclarece Kuhlmann Jr. (2001, p. 101-102): “Abrindo suas palavras ao auditório, Carvalho destacou a presença do imperador, da princesa e de outras ‘distintas senhoras e ilustres cavalheiros, prova de que a causa da instrução não está[va] desamparada’”.

E assim, sigo o movimento que me leva a um maior entendimento sobre o surgimento dos espaços destinados ao atendimento das crianças e encontro no ano de 1890, quando já era o Brasil republicano, referências que evidenciam a criação da Secretaria de Estado dos “Negócios da Instrução Pública, Correios e Telegraphos”, pelo Decreto nº 346, de 19 de abril de 1890, que evidencia, em seus textos, as mesmas “honras, isenções e vencimentos dos outros Ministros” ao indicado para a pasta. Evidencio aqui que este seria o primeiro Ministério republicano dedicado à educação, no qual foi ministro Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Nesse Ministério foi criado um regulamento para a instrução primária e secundária, que viabilizou o crescimento do ensino público e o desenvolvimento das instituições culturais nos novos moldes políticos propostos pela recém República brasileira.

Mesmo com os debates propostos pelos pareceres de Rui Barbosa, ainda no Império, seguidos pelo Regulamento da Instrução Primária de Benjamim Constant, esse já na República, não identificamos menção, na Constituição de 1891, ao atendimento aos menores de 7 anos. No texto constituinte de 1891, os temas explicitados remetem ao desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a criação de estabelecimento de ensino superior e secundário nos estados, e instrução secundária no Distrito Federal. Também ratificou a separação entre os poderes do Estado e da Igreja no que se refere à educação, uma vez que o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais deveria ser laico. Tais evidências me fazem perceber mais uma vez a ausência de referência à educação de crianças de 0 a 6 anos em termos constitucionais. A legislação sequer fez referência à fase da infância, estabelecendo apenas as competências dos ensinos superior e secundário à União.

O que estaria por trás dessas evidências? Isso se revelaria como uma despreocupação do Estado em relação à criança e à infância? As necessidades desse momento eram outras? Ou simplesmente a educação da infância estaria secundarizada? Ou simplesmente porque a

Constituição é uma lei geral que apenas dá margens, com suas generalidades, a outras leis dela derivadas e mais específicas?

Apesar de no texto constitucional as referências à educação infantil nos jardins de infância não ficarem definidas, há evidências da necessidade de atendimento e do surgimento de espaços para atender a essa fase da criança. Um exemplo da necessidade de atendimento foi a criação, na cidade do Rio de Janeiro, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI)²⁵, em 24 de março de 1889, numa iniciativa de Arthur Moncorvo Filho²⁶ e que se estendeu para outras cidades do país. Eram objetivos do IPAI: “criar maternidades, creches e jardins de infância”. (KRAMER, 1995, p. 52). Em relação à expansão dessa iniciativa, Kuhlmann Jr. (2001, p. 86) expõe: “Em 1929, já possuía 22 filiais em todo o país, 11 delas com creches (Belo Horizonte, Ceará, Curitiba, Juiz de Fora, Maranhão, Niterói, Petrópolis, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador e Santos)”.

Em iniciativas como a do IPAI fica evidente o movimento em relação aos cuidados integrais com a infância em que os aspectos de higiene e educação eram integrados. Assim, ao lançar o olhar para século XIX no Brasil, o que aflora é o movimento higienista que ganhou vulto e o sentimento de nação que se desejava formar, que tinha a criança como personagem principal. Esse movimento inicia com a educação da infância e ecoa até a escola sob o argumento de proteção à criança. Lima (2009) relata a esse respeito.

Esse movimento em prol da educação e higienização dos corpos e mentes contava com o respaldo de médicos, bacharéis e educadores. E por meio da escola, esperava-se conduzir o país a reformas que gerassem progresso e desenvolvimento, colocando-o na condição de “nação moderna”. No campo educacional, modernidade significava incorporar métodos científicos às práticas pedagógicas. (LIMA, 2009, p. 43).

Lima (2009) deixa claro que “[...] em 1933, através de entendimentos com Moncorvo Filho, Augusto Leite instala o IPAI – SE”. Sua criação pode ser considerada como uma iniciativa agregadora à necessidade de atendimento à infância sergipana. Tendo fins

²⁵ Sobre o IPAI, Kuhlmann Jr. (1998) nos esclarece que a referida instituição dividia os seus serviços em puericultura intra-uterina – ginecologia, proteção à mulher grávida, higiene da prenhez, assistência ao parto em domicílio, assistência ao recém-nascido – e extra-uterina – que incluía o programa Gota de Leite (distribuição de leite), creches, consulta de lactantes, higiene da primeira idade, exame e atestação das amas-de-leite, exame das mães que pedem leite esterilizado para seus filhos, e vacinação. (KUHLMANN JR., 1998, p. 86).

²⁶ Higienista, iniciou suas atividades como médico em 1897 e em março de 1899 fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) com sede no Rio de Janeiro. Em 1921 já tinha organizado 17 agremiações neste gênero espalhadas pelo Brasil. (LEAL, 2004, p. 65). Segundo Lima (2009), “[...] além do IPAI, foi ele também o responsável pelo 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que aconteceu em 1922 no Rio de Janeiro concomitantemente ao 3º Congresso Pan-Americano da Criança”. (LIMA, 2009, p. 65).

filantrópicos e sociais, tanto o IPAI do Rio de Janeiro quanto a filial de Aracaju possuíam os mesmos objetivos conforme relatado em Ata no dia da sua instalação, em 23 de junho de 1933.

[...] atender aos menores de oito anos, elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância. (KRAMER, 1995, p. 52 apud LIMA 2009, p. 65).

Era 1931, a gestão do ensino no Estado de Sergipe se dava através da Diretoria Geral da Instrução Pública sob o comando de Helvécio de Andrade. No seu Regulamento, datado de 1931, em seu capítulo XIV, no art. 121, previa: O ensino pré-escolar ministrado em escolas maternas e jardins de infância às crianças de 5 a 7 anos. Atendendo ao dispositivo, no ano seguinte, em 1932 foi criado pelo então governador do Estado de Sergipe, Augusto Maynard Gomes, o primeiro jardim de infância do Estado de Sergipe, denominado Jardim de Infância Augusto Maynard²⁷. Segundo Leal (2004):

O Jardim de Infância Augusto Maynard surgiu dentro do projeto da Casa da Criança de Sergipe, a qual foi construída com a perspectiva de atendimento integral à criança de até 6 anos de idade. A Casa da Criança, além de envolver o Jardim de Infância, incluía uma Inspetoria de Higiene Infantil e Assistência Escolar, reflexo do ideário higienista da época. (LEAL, 2004, p. 14).

Em termos municipais este mesmo regulamento traz ainda em ser art. 123 que os municípios poderiam auxiliar os jardins e escolas maternas, porém a criação de escolas municipais de educação infantil só se evidencia na capital no ano de 1944, com a inauguração do Jardim de Infância Garcez Vieira²⁸. Esse Jardim trouxe em seu bojo os ideais de uma educação integral. Esses ideais estavam pautados num projeto reformador da escola trazido pelos escolanovistas e que reverberavam em todos os estados através das Diretorias de Instrução Pública. Ainda nesse período, mais precisamente no ano de 1930, ocorreu a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Até o momento de sua criação os temas

²⁷ “A Casa da Criança, implantada em 1932 com o Jardim de Infância e a Inspetoria de Higiene Infantil, foi considerada uma inovação no Estado de Sergipe. Poucas instituições no país traziam os ideais educativos aliados aos cuidados com a saúde e higiene infantil.” (LEAL, 2004, p.100).

²⁸ Inicialmente chamado Jardim do Centro Municipal de Assistência à Infância, quando da sua inauguração em 10 de novembro de 1944.

relacionados à educação ficavam a cargo do Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.

O Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, liderado no Brasil por Anísio Teixeira²⁹, trouxe um novo prisma sobre a educação escolar e conduzia as discussões que guiavam a implantação de instituições educativas e a ampliação do atendimento infantil, pois acreditava ser a escola o espaço ideal para formação e desenvolvimento social da criança. Os ideais da escola nova traziam para a pauta dos debates a renovação dos métodos de ensino, a estrutura e a organização dos espaços. Carvalho (2002, p. 376) relata assim o seu início: “É de uma de suas viagens que Anísio Teixeira retornou imbuído da convicção de que a reforma da escola exigia uma profunda alteração das concepções vigentes no país sobre a finalidade do trabalho escolar e sobre a natureza da atividade infantil”.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova frente aos trabalhos de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, alguns dos seus principais representantes, propagava no País os ideias de uma proposta de reconstrução educacional em que a reorganização do espaço escolar estava estreitamente ligada à ideia de uma educação pública e de qualidade para o desenvolvimento do País.

Esse movimento “renovador” ganhou força pela conjuntura política que se desenhava com a Era Vargas (1930 – 1945), e que, dentre outros aspectos, primava por uma remodelação educacional. No que tange ao contexto educacional, como já foi insinuado, o País passava por um rico momento de debates que pretendia a construção e consolidação de uma sociedade que tinha a escola como mola propulsora das transformações sociais. Assim, no referido Manifesto há registros no que se refere à educação das crianças menores de 7 anos ao explicitar a necessidade de instituições de educação pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância) e ao sinalizar a reconfiguração do “sistema educacional” e da formação de uma sociedade mais justa e que tivesse como objeto uma escola unificada desde o jardim de infância à universidade.

Assim, as aspirações de modernização, democratização, industrialização e urbanização da sociedade estavam diretamente ligadas à educação como instrumento de inserção na nova ordem que se pretendia estabelecer. Entendo que nestas circunstâncias estava presente a preocupação em torno das discussões da inserção do indivíduo numa sociedade moderna e democrática.

²⁹ Diretor da Instrução Pública do Estado da Bahia, ao retornar de viagem aos Estados Unidos dá publicidade às suas observações de viagem, fazendo-as editar em livro que manda distribuir pelas escolas baianas, no intuito de “despertar um interesse concreto pela revisão de nossas próprias concepções” educacionais. (CARVALHO, 2002, p. 376).

Torna-se importante ainda pontuar que entre os anos de 1934 e 1937 foram criados os Parques Infantis no Estado de São Paulo e que estavam vinculados ao Departamento de Cultura, numa iniciativa de Mário de Andrade. Essa iniciativa de atendimento se expandiu também para o interior do Estado de São Paulo, do Distrito Federal, da Amazônia, da Bahia, de Minas Gerais, do Recife e do Rio Grande do Sul (Kuhlmann Jr., 2000). A este respeito, Kishimoto (2001) esclarece: “[...], destinados principalmente a crianças vindas de famílias das classes operárias, ficaram conhecidos como praças de jogos ou recreatórios infantis, reuniram o cuidar e o educar, criando espaços para a expressão da cultura infantil”.

Ao retomar as bases educacionais, da carta constitucional de 1934³⁰, há no título V – Da Família, da Educação e da Cultura, em seu capítulo II que trata da Educação e da Cultura, em seu art. 150 em que apresenta as competências da União: “[...] tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de torná-lo mais acessível”. Deste modo, nesse momento pontua-se a inclusão tanto da gratuidade como a obrigatoriedade do ensino primário, porém, a carta não faz referência explícita à faixa etária em que o ensino seria obrigatório, embora revele que ele deveria ser extensivo aos adultos. O texto constitucional também previa a existência de um Conselho Nacional de Educação que seria o responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação. Outra novidade trazida pela carta constitucional de 1934 foi a referência da obrigatoriedade das empresas industrial ou agrícola, onde trabalharem mais de 50 pessoas, em proporcionar ensino primário gratuito. Desta forma, o processo de reconhecimento e legitimação do direito à educação passa a ser visto como um direito de todos, devendo ser ministrado pela família e pelo poder público.

A Carta Magna de 1934 fixou também, pela primeira vez, a aplicação de recursos financeiros específicos para a educação. Assim, os estados e Distrito Federal teriam que aplicar um percentual de 20%, os municípios e a União seriam responsáveis por direcionar um percentual de 10% das suas rendas para o desenvolvimento da educação, configurando-se um aspecto significativo em prol da educação. Assim, em termos ideais a educação – e todo o aparato burocrático necessário à sua realização – estava não só legitimada, mais também alicerçada em termos de recursos financeiros para sua consecução.

Ao analisar a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, e considerada a Constituição do Estado Novo, identifico que o Estado deveria fornecer cuidados especiais à infância, cabendo a ele o “cuidado e o amparo”, em vez do “dever e do direito”; já a Carta Magna de 1946 trouxe os reflexos do que acontecia mundialmente dado o fim da Segunda

³⁰ Promulgada em 16 de julho de 1934 perdurou por três anos quando o presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 instala uma nova carta constituinte.

Guerra Mundial. O texto da constituinte promulgado e aprovado em setembro de 1946 disciplinou o direito à educação no capítulo intitulado *Da educação e da cultura*. A referida constituição, neste aspecto, “avançou pouco” em relação à anterior, pois manteve a obrigatoriedade do ensino primário, e fez referência aos termos “amparo e assistência”. De modo que, assim como nas constituições anteriores, não observo a referência à educação pré-escolar. O termo educação é mencionado no art. 166 e é visto como um direito de todos devendo ser dada no lar e na escola, e ainda no art. 167 em que se pronunciava sobre os “diferentes ramos” de ensino sem, no entanto, mencionar a educação infantil.

Algumas outras iniciativas e discussões em torno da infância aconteciam no País, a exemplo do Congresso Brasileiro de Proteção à Infância³¹, que no ano de 1933 trouxe em uma das pautas a educação com ênfase nas questões relacionadas ao campo da higiene e da saúde. No evento, as alusões ao cuidado da infância em outros países e seu lugar na constituição mereceram destaque. Segundo Kuhlmann Jr. (2002):

Na análise dos textos que tratam de temas educacionais, encontram-se três tipos de referências: uma, que trata da infância e da educação na produção da nação moderna, com referências aos países em que se espelhar, ao povo brasileiro, à conjunção das políticas sanitárias e educacionais; outra, caracteriza a pedagogia como conhecimento especializado, que se nutre da contribuição das diferentes ciências que tomam a infância como objeto de estudo, para formar os profissionais e orientar as famílias na educação das crianças; finalmente, a educação é vista como meio ordenador da nação, pela subdivisão social da infância e pela educação moral (KUHLMANN JR., 2002, p. 466).

Neste sentido, a educação da infância estava na pauta das discussões em busca da afirmação do País como nação moderna, e ganha legitimidade ao ser tomada como temática em eventos de repercussão nacional, a exemplo do referido Congresso.

O Jardim de Infância Augusto Maynard, vinculado à rede estadual, e o primeiro do gênero em Sergipe, como já sinalizado, localizava-se em área nobre da cidade e atendia à elite da sociedade. Segundo Nascimento (2002), sua existência deve-se à iniciativa e inspiração da mulher sergipana que, por intermédio de Raquel Côrtes Rollemberg, Miriam de Oliveira Santos e Maria Helena Abud, “senhoritas recém-formadas pela Escola Normal Rui Barbosa”,

³¹ “O Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI) tinha por objetivo ‘tratar de todos os assuntos que direta ou indiretamente se refiram à criança, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como, particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado’” (KUHLMANN JR., 2002, p. 465).

solicitaram do Governo o patrimônio para sua fundação. (NASCIMENTO, 2002, p. 24). Sobre a criação e o que representou a instituição para os sergipanos, Leal (2004) expõe:

A criação do Jardim de Infância em Sergipe representou solidamente a preparação da criança para instrução primária, ao ingresso na 1ª série dos grupos escolares. Até então não havia instituições pré-escolares com esta finalidade educativa. As iniciativas de atendimento para a criança, mostravam uma preocupação com a assistência social, maternal, de higiene e saúde, que representava o cuidado com a infância para a formação de um povo sadio. Em 1932, a implantação do Jardim de Infância trouxe para o Estado os ideais educacionais vigentes no país, referentes à educação infantil. (LEAL, 2004, p. 87).

Aliados ao surgimento do Jardim de Infância que foi pioneiro no atendimento infantil, para crianças de 4 a 6 anos, estavam atrelados os princípios do movimento de eugenia³², além dos bons procedentes genéticos. O Decreto n. 98 de 27 de fevereiro de 1932 trazia, entre outros aspectos, os requisitos para admissão: não ter defeito físico, moléstias contagiosas e predisposições mórbidas bem definidas de caráter degenerativo, para matrícula. Diante disso, percebo os reflexos do que ocorria no País, em que o cuidar e o educar estavam atrelados aos ideais higienistas difundidos no processo de organização das práticas educativas visando à preparação do indivíduo para adequação aos novos modelos de civilidade.

Neste sentido, a preocupação com a formação da criança e as políticas de proteção à infância apontam para o surgimento de instituições preocupadas com os cuidados e proteção, a exemplo do Departamento Nacional da Criança (DNCr), criado pelo Decreto-Lei 2.024 em 17 de fevereiro de 1940, pelo então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Kramer (1995), assim nos relata sobre seus objetivos e atribuições:

A criação do Departamento Nacional da Criança objetivava unificar os serviços relativos não só à higiene da maternidade e da infância, como também à assistência social de ambos. Dentre suas atribuições incluía-se tanto a realização de inquéritos, estudos e divulgações, quanto o estímulo, a orientação e o auxílio financeiro aos governos estaduais e à iniciativa privada (KRAMER, 1995, p. 64).

Assim Sendo, observamos que a pauta dos cuidados, principalmente no que se refere à higiene e à maternidade, estava em evidência e respaldada no momento político que estava

³² “O requisito de bons procedentes genéticos indicava a influência do movimento, que pregava a regeneração da raça, discriminava os deficientes, portadores de dificuldades ou doentes, ou ainda, os tidos como anormais e viciados, que se encontravam à margem da sociedade e da formação”. (LEAL, 2004, p. 47).

vivendo a população brasileira. Desta forma, é notório que na década de 1940 floresceram iniciativas na área da saúde e assistência que embasavam as práticas destas instituições de atendimento à criança. Silveira (2012) ressalta:

Como a infância foi materializada na condição de futuro da nação pela política do Estado Novo, e, para que isso se legitimasse, um dos mecanismos criados para salvar a criança brasileira foi o DNCr, que tinha como função também desenvolver programas que abrangessem uma grande parcela da população infantil brasileira e suas famílias. (SILVEIRA, 2012, p. 3).

As iniciativas governamentais direcionadas aos cuidados com a infância e a criança estavam carregadas dos ideais e promessas de se formar o futuro cidadão que conduziria o País ao *status* de nação civilizada. A este respeito, os relatos historiográficos de Silveira (2012):

O modelo assistencialista do DNCr baseou-se na criação de equipamentos públicos; desses equipamentos, o maior destaque foram os Postos de Puericultura, onde mães (e não só as pobres) deveriam receber orientação médica desde o início da gravidez, seguindo-se o acompanhamento da criança até a fase escolar, oportunidade em que iria estudar na “Casa da Criança” (Jardins de Infância), que correspondia a um tipo de escola com orientação médicas. (SILVEIRA 2012, p. 3).

Em Sergipe as ações do DNCr reverberaram-se através do Departamento de Saúde Pública de Sergipe e do trabalho do médico Walter Cardoso, que enquanto esteve à frente do departamento criou vários postos de puericultura espalhados por distintos lugares do Estado, a exemplo das cidades de Lagarto, Propriá, Laranjeiras, Maruim, Itaporanga D’Ajuda e Boquim. Segundo Kuhlmann (2000), a proteção à infância foi o motor de uma série de associações e instituições para cuidar da criança sob diferentes aspectos. Assim, seguindo o entendimento do referido autor, os postos de puericultura surgem próximos a escolas, hospitais e associações comunitárias, formando um conjunto de instituições para cuidar, educar e desenvolver, tão necessária a construção de uma nação que se supõe civilizada.

Há ainda que se considerar que nacionalmente havia um movimento em defesa dos direitos da infância e o seu processo de reconhecimento e legitimação, muitas vezes marcados pelo paradoxo da legislação que previa o atendimento, sem analisar as condições para que se efetivasse o que estava estabelecido nos textos constitucionais. O direito à educação, já defendido nas cartas constituintes, é novamente evidenciado em 1948, pelo Projeto de Lei do Ministro da Educação Clemente Mariani, propondo as novas diretrizes e bases para a

educação nacional, que anos mais tarde seriam formuladas e denominadas de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024/61. Esta lei estabelece que a educação é um direito de todos e faz menção à educação infantil:

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (BRASIL, 1961).

Apesar de prever o funcionamento de escolas maternas e jardins de infância, a Lei 4024/61 não define a sua obrigatoriedade no que se refere às atribuições dos estados. A referida lei silencia, diferentemente do que determina em relação aos outros ramos do ensino. Em seu art. 29, a LDB 4024/61 faz referência à necessidade de cada município fazer a chamada da população escolar, porém sinaliza a idade de 7 anos para matrícula na escola primária, o que me faz entender que apesar de prevista, a “Educação Pré-Primária” configurou-se numa referência discreta. Ao analisar a Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967, aprovada durante o regime militar, observo que os preceitos de assistência e maternidade e a infância prevalecem, o ensino primário fica evidenciado em detrimento da educação infantil que mais uma vez não é citada.

Neste percurso de embates e desafios para legitimação do atendimento educacional da infância e da criança, torna-se oportuno ressaltar que a história do atendimento à infância demonstrou o predomínio da ação da assistência desenvolvida em instituições, como as creches, as escolas maternas e os jardins de infância, vista em alguns momentos como um “mal necessário”. Todo esse percurso possibilitou o entendimento e a efetivação da consciência de infância e de criança que temos na atualidade, caracterizada por concepções distintas criadas ao longo da história, a exemplo do entendimento das particularidades da infância e da necessidade de assistência. Assim, ao entrelaçar as diferentes abordagens históricas na construção de um caminho que fuja da perspectiva “linear” é que foi possível analisar os mecanismos legais de proteção e amparo à criança. Ao atentar para a historiografia dos espaços destinados às crianças foi possível identificar os embates políticos e sociais para que se legitimassem lugares próprios para a educação das crianças pequenas e a educação infantil como um direito legalmente estabelecido.

A complexidade dos fatos históricos ocorridos através dos tempos para legitimar este ramo de ensino não se esgota com o meu olhar, pois por certo cada um dos instrumentos

legais aqui apresentados por si só estabelece conexões a tantos outros “Países das Maravilhas”. Das histórias por contar sobre creches, escolas maternais e jardins de infância, cada uma com as suas especificidades, traços e características próprias, moldadas pelas conjunturas sociais e pelo enredo da história, apresentam, assim como acontece nas histórias infantis, um intrigante enredo e tal qual a história de *Alice no País das Maravilhas*, usada de forma metafórica neste trabalho, encontramos através das leituras e da pesquisa histórica os seus vilões, rainhas e passagens mágicas que puderam legitimar o percurso da educação infantil no Brasil e, de forma muito particular, ajudaram-me a abrir os portões do JIJR.

SEÇÃO 3 – JARDIM DE INFÂNCIA JOANA RAMOS: ABRINDO OS PORTÕES DA ESCOLA

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Ao acolher as orientações do professor Justino Magalhães (2004), enveredo nesta seção pelas fontes que poderão me auxiliar no conhecimento do processo histórico do Jardim de Infância Joana Ramos. Neste sentido ater-me-ei à genealogia da sua materialidade buscando os indícios e as evidências que concretizaram a inauguração da primeira instituição de educação infantil do município de Tobias Barreto, localizado na região do Centro-Sul sergipano. Ao adentrar neste espaço, busco, de forma metafórica, voltar, assim como Alice ao seu “País das Maravilhas”, ao passado para reencontrar os personagens que ficaram guardados nos sonhos de menina, mergulhando numa aventura que a faz revisitar o seu mundo encantado. Não diferente de Alice, estou aqui na condição de pesquisadora, que volta ao Jardim de Infância Joana Ramos, em busca de sua identidade histórica.

Procurar entender o Jardim de Infância Joana Ramos dentro desta dimensão sistêmica, na busca dos registros que mostrem seus processos organizacionais, os quadros imagéticos e projetivos desenhados pela instituição ao longo do seu funcionamento, suas representações para a comunidade local, as relações que se estabeleceram dentro do espaço conquistado pela escola e o que ficou para aqueles que o frequentaram, me fez trilhar caminhos que me fizeram abrir os portões da escola para recompor o seu cotidiano a fim de contribuir para a compreensão do papel desta instituição na sociedade tobiense. O que procuro é dissecar os fatos que fizeram o “Joana Ramos” sair do campo das ideias para se materializar numa instituição de ensino e, assim, perceber as marcas da educação cunhadas na memória dos que um dia foram seus atores neste processo de institucionalização.

Para adentrar neste percurso me amparo, assim como Alice no seu Chapeleiro Maluco, na História Cultural e nos escritos de Chartier (1990), pois segundo ele a História Cultural tem por principal objetivo “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Nesta perspectiva contrapondo ao movimento que busca a história dos heróis, dos grandes feitos e dos grandes acontecimentos, este trabalho traz à cena a história do

atendimento educacional às crianças em idade pré-escolar em um momento particular em que este tipo de atendimento não se constituía uma obrigatoriedade do governo municipal, o que me fez compreender o “pioneirismo” do Jardim de Infância Joana Ramos. Para investigar os motivos que materializaram tal instituição, parto do pressuposto de que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Deste modo, passo a entender o que representou o dia 23 de outubro de 1969 para a cidade de Tobias Barreto, através do que noticiou o Jornal Diário de Aracaju:

Tobias Barreto comemorou ontem sessenta anos de sua Emancipação Política, sendo marcada a data, com várias festividades, inclusive diversas inaugurações de obras do prefeito Antônio Ramos. [...] O Governador Lourival Baptista, chegou a Tobias Barreto, às onze e trinta minutos, depois de participar em Aracaju das atividades de comemorações do dia do Aviador e na Câmara de Vereadores, recebeu o título de Cidadão Tobiense. Falando na oportunidade o presidente da Câmara, o vereador José Vasconcelos Filho, destacou a obra de pacificação e desenvolvimento realizada pelo atual governo. Agradecendo a homenagem o governador Lourival Baptista, afirmou que Sergipe hoje é um Estado tranquilo e não mais ocorrem violências e todos contribuem para essa tarefa do desenvolvimento. Durante toda a tarde, depois do almoço na residência do Prefeito Antônio de Souza Ramos, foram realizadas várias inaugurações de obras do prefeito e um grupo escolar construído pelo Governo do Estado. Foram inaugurados, um Jardim de Infância, o busto de Tobias Barreto e dois chafarizes públicos, além de vários melhoramentos urbanos tais como praças e novas artérias. [...] Além do governador estiveram ontem, participando das festividades em Tobias o Bispo de Estância Dom José Bezerra Coutinho, o Presidente da Federação das Indústrias, Eziel Mendonça, os Secretários Carlos Alberto Sampaio e Paulo Gomes Dantas, o Coronel Gildásio Barbosa de Matos, Comandante da Polícia Militar, o Sr. Elson Fontes, presidente do IPES, os Prefeitos Isaias Gileno de Souza de São Cristóvão, Emídio Neto de Poço Verde, e Antônio Sobral Garcez de Itaporanga, o Sr. Manoel Conde Sobral, presidente do Banco do Estado de Sergipe, o Sr. Benjamin Fernandes Fontes, presidente da ENERGEPE, o Jornalista Ezequiel Monteiro, assessor da FIES e redator da Gazeta de Sergipe, os Deputados João Valeriano e Oséas Batista, o Coronel Francisco Argolo, chefe da Casa Militar e o Major Martins Bezerra, subchefe. (Diário de Aracaju, 1969).

De posse de tal registro, me transporto para o dia 23 de outubro de 1969, data do 60º aniversário de emancipação política da cidade de Tobias Barreto, e passo a entender o momento festivo que vivia o município. Nesta data era inaugurado, entre muitas outras obras,

o Jardim de Infância Joana Ramos, instituição que representa, como já anunciado, o início do atendimento às crianças de 3 a 6 anos de idade em escolas de educação pré-escolar. A festividade trouxe a presença de figuras ilustres do cenário sergipano, autoridades políticas, representantes da sociedade civil, além de empresários dos mais distintos setores. Dia de grande movimento, a população começou a se aglomerar em frente à residência do prefeito para, juntos, saírem em cortejo pelas ruas da cidade. A comitiva seguiu em direção à Avenida 7 de Junho, endereço da referida instituição, e onde foram proferidos vários discursos, entre os quais o do governador do Estado Dr. Lourival Baptista³³.

Figura 1 – Governador Dr. Lourival Batista em discurso, após descerramento da placa de inauguração em 23/10/1969



Fonte: Acervo particular de Antônio de Souza Ramos.

Idealizado pelo então prefeito Antônio de Souza Ramos³⁴, o Jardim de Infância Joana Ramos surgiu como marco educacional daquela época por ser o único do gênero no município. Segundo seu idealizador, a referida instituição foi a primeira do interior do Estado de Sergipe, e ao relatar sobre os primeiros passos para a construção da escola, ele nos revela:

³³ Foi deputado estadual (1947-1951), prefeito da cidade de São Cristóvão (1951-1954), deputado federal (1959-1967), e senador (1971-1995). Governou o Estado de Sergipe no período de 1967 a 1970.

³⁴ Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Alagoas, Antônio de Souza Ramos governou o município de Tobias Barreto de 1967 a 1970, foi Secretário de Segurança Pública no período de 1979 a 1980, no governo de Dionísio Machado e Diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) quando do governo de Luiz Garcia. Realizou entre outras obras a construção do Fórum Dr. José Fontes de Farias, arborização e eletrificação da Praça da Matriz, instalação de Central Telefônica, construção de Parque Infantil entre outros.

Eu queria fazer uma homenagem à minha mãe, comprei o casarão do Coronel Tomé Dantas para fazer o Jardim de Infância. Na época era o que tinha de bom no Estado. Não tinha dinheiro, foi Nossa Senhora Imperatriz que me ajudou, depois de muito chorar o Governador Lourival Baptista me deu 20 mil cruzeiros, fiz tudo com dinheiro da prefeitura (Antônio de Souza Ramos, 2014).

Através do relato aqui apresentado pelo Sr. Antônio de Souza Ramos, e imbuída daquilo que a metodologia da História Oral oferece aos que dela fazem uso, isto é, as representações do passado apreendido e interpretado por aqueles que viveram o momento, as entrevistas foram aportes imprescindíveis para este trabalho, uma vez que dar vozes aos atores materializou a história aqui contada. A vivacidade das memórias expostas e desnudas me fez entender que o passado aqui apreendido e interpretado, dado a ler, revela um Jardim de Infância Joana Ramos mais próximo do real, pois apoiada em Alberti (2007), compreendo: “O que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermenêutica, de interpretação.” (ALBERTI, 2007, p. 18).

Os relatos das entrevistas foram tomados como fontes e minha relação enquanto pesquisadora ficou no campo da interlocução e interpretação. O saber ouvir e a relação de confiança que se estabelece nesse momento entre entrevistado e entrevistador é fundamental para as relações que se fundam, pois as expressões, as marcas, as alegrias, as mágoas, o silêncio, acompanham esses relatos. Por certo, neste caso, as lembranças narradas pelos entrevistados exercem um fascínio, pois através das suas falas identifico as marcas impressas na memória de cada um. São lembranças narradas, algumas vezes de forma fragmentada, que buscam em dados momentos o silêncio, mas que exaltam uma história guardada e que a partir do seu uso se tornam documentos. O esquecimento algumas vezes foi percebido com as marcas da angústia por não conseguir trazer de volta o momento vivido. “Isso é coisa da idade”, assim falou a diretora Valdomira Souza Santos, uma das entrevistadas. Procurei me valer tanto das luzes da memória, quanto da escuridão do esquecimento, entendendo que ambos são mecanismos de escolha daqueles que viveram o momento aqui investigado.

Vivenciar esse passado através da fala e da memória dos entrevistados me transportou para o dia 23 de outubro de 1969, mais ainda, me fez compreender a dinâmica do movimento trazido pelas vozes dos entrevistados. Através de Alberti (2007), passo a entender esta dinâmica, pois há

[...] diálogos profícuos em que se pode sentir o movimento de inter-relação, a dinâmica da narrativa e a potencialidade da história oral em ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (ALBERTI, 2004a, p. 19).

A partir de tal movimento em que me coloco como elo entre as distintas fontes, inclusive e principalmente as narrativas, tentando associá-las ao contexto social e local que marcou os prenúncios da educação infantil na cidade de Tobias Barreto, atravesso os portões do Jardim de Infância Joana Ramos e adentro no túnel que me conduz aos seus primeiros anos de funcionamento. Chego então ao dia 03 de março de 1970. Oficialmente neste dia dava-se início à trajetória de atendimento educacional às crianças de 3 a 6 anos de idade no referido município.

3.1 Das ideias à materialidade

Quando foi surpreendida pelo coelho apressado, vestido num casaco e olhando o relógio sem parar, Alice estava num belo jardim, em um dia ensolarado, rodeada por uma paisagem com um colorido especial. Quando tento imaginar o dia 3 de março do ano de 1970, esta é a imagem que eu componho mentalmente, um dia ensolarado, com um colorido especial que movimentou lares e trouxe novos ares às ruas da cidade de Tobias Barreto. Assim como Alice teve no Gato Risonho a bússola que a levou até o castelo da Rainha Vermelha, eu tive nas fontes, a exemplo dos depoimentos, matérias de jornais e fotografias, o guia condutor ao túnel que me levou a esse dia. Assim, passo a visualizar um movimento incomum de crianças trajando uniformes semelhantes com o nome de cada um bordado. Tecido quadriculado, meninos vestidos de azul, meninas de rosa com laçarotes no cabelo, todos de meias brancas bem esticadas carregando ao lado uma lancheira. Acredito que alguns curiosos tenham se perguntado: para onde vão? Tem alguma novidade na cidade? O que fazem estes meninos todos vestidos de forma igual?

Figura 2 – Imagem de uma das turmas do Jardim de Infância Joana Ramos (1970)



Fonte: Foto do acervo particular de Valdomira Souza Santos.

No abrigo de Zé Batateiro, já referenciado na Seção 1, como de costume para a população local, entre um picolé e outro, muito provavelmente os olhares tenham se voltado para o cotidiano da cidade e para os portões do Jardim de Infância Joana Ramos, e aqueles que não se aguentaram de curiosidade foram de perto olhar o que acontecia. Esta é a cena que componho, este é o cenário que imagino para esse dia, o desfile das crianças pelas ruas da cidade até o Jardim de Infância, o choro de algumas delas, a apreensão de algumas mães, a ansiedade das professoras, o corre-corre dos funcionários para atender às expectativas criadas para esse dia, pois a partir de então 132 crianças estavam sob a responsabilidade daqueles que marcariam a história da cidade e o atendimento às crianças em idade pré-escolar.

De fato não pude me transportar fisicamente para esse dia, pois o túnel que me conduz ao meu “País das Maravilhas” precisa das vozes daqueles que lá estiveram para que eu pudesse adentrar os seus muros, abrir os seus portões e embrenhar-me no seu interior. Assim as minhas impressões foram alargadas pelos relatos orais, instrumentos preciosos na identificação desse cotidiano. Sobre esse dia, a professora Jocilene Maria de Jesus relembra:

A gente esperando as crianças, os pais levando né? Querendo conhecer a escola pra entregar as crianças pequenas né? Que não tinham o costume de ir para a escola, porque na época só com 7 anos que entrava na escola, então tava entregando crianças de 4, 5 e 6 anos, todo mundo querendo conhecer a escola. Não deixou de haver choro de crianças que não estavam habituadas a sair de casa, mais foi uma acolhida que a gente soube receber e ficar com as crianças. (Jocilene Maria de Jesus, 2014).

Tal expectativa foi reafirmada na fala de Valdomira Souza Santos, diretora da escola, que assim descreve aquele dia: “Expectativa grande, todo mundo querendo corresponder às expectativas, muita ansiedade mas também muito boa vontade. Nos primeiros 15 dias permitimos que os pais acompanhassem as crianças depois fomos orientando que eles deixassem as crianças no portão”. (Valdomira Souza Santos, 2014).

Ao iniciar suas atividades, o JIJR atendia, como já sentenciado, a um público de 132 crianças, divididas em três turmas no turno matutino e três turmas no turno vespertino. As crianças foram agrupadas por faixas etárias, ficando organizado respectivamente em: Jardim I, Jardim II e Jardim III. O Jardim I, que atendia às crianças de 3 anos, ficou sob a responsabilidade da professora Benedita Souza Santos. Nesta classe as crianças recebiam os conhecimentos destinados ao desenvolvimento dos exercícios de coordenação motora, através das atividades de pintura e modelagem, além das atividades do dia a dia da escola. No Jardim II, para crianças de 4 a 5 anos, sob a responsabilidade das professoras Jocilene Maria de Jesus e Hilnete Melo Araújo, as atividades manuais se ampliavam e exigiam um grau de dificuldade maior que no período anterior. Entre as atividades estavam o reconhecimento das cores, a identificação das formas geométricas, exercícios com pontilhados e a apresentação das letras do nome de cada aluno.

Por fim o Jardim III, para crianças de 6 anos, que ficou sob a responsabilidade de Valmira Cândido dos Santos. Esta turma era destinada à alfabetização, o reconhecimento das letras, números, cores, e as sílabas simples que deveriam ser aprendidas pelas crianças que no ano seguinte ingressariam nos grupos escolares para cursar a primeira série do ensino primário, tais ensinamentos visavam assim atingir o objetivo da escola, evidenciados nas narrativas de Jocilene Maria de Jesus, professora, e Valdomira Souza Santos, diretora da instituição. A prática com trabalhos manuais que envolviam as atividades revela a preocupação com o desenvolvimento de habilidades que estimulavam o aprendizado, a exemplo da observação, da imitação, do manuseio de materiais para picotar e desenhar, além das brincadeiras de movimento que possibilitavam um trabalho que estimulava também a criatividade e a espontaneidade infantil para além do letramento. Todo este rol de atividades acontecia de terça-feira a sábado³⁵ e era dividido em quatro horas de atividades organizadas conforme as características de cada turma, obedecendo a um modelo que partia do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, assim nos explicou a professora Benedita

³⁵ Apesar dos depoentes não informarem ao certo os motivos do funcionamento da escola acontecer de terça-feira a sábado, acredito que o motivo seja o fato da segunda-feira ser dia de grande movimento no comércio local em virtude da feira livre da cidade acontecer neste dia.

Santos Silva. A forma de organização expõe os reflexos daquilo que Froebel apontava em seus estudos, pois este autor “[...] pensava em uma instituição que levasse em conta a especificidade da criança menor de 7 anos. (Kuhlmann Jr., 2001, p. 140). Observo que a disposição das turmas atendia a uma cronologia etária e ao procurar entender o funcionamento da rotina pedagógica que era desenvolvida com essas crianças, recorro ao relato de Valdomira Souza Santos, diretora da escola no ano de 1970. Sobre como se desdobrava a rotina dos alunos ela, nos revela:

Elas chegavam, guardavam as merendeiras no local apropriado [...] se não me engano cada sala tinha um armário. Na hora da merenda eles faziam fila pra merendar, cantavam, sempre acompanhados. Levava para passear [...] ali onde era o Educandário tinha um parque e eles iam...infelizmente acabou. (Valdomira Souza Santos, 2014).

Ao atentar para o relato da diretora Valdomira Souza Santos, percebo que tal rotina estava prevista no planejamento das atividades da escola. Sobre essa prática, ela assim relata: “Tinha as reuniões por bimestre, depois eu ficava observando e acompanhava os professores em relação às atividades e se estavam propícias ou não, fazia o que podia. [...] cada uma discutia de acordo com sua turma.” (Valdomira Souza Santos, 2014).

Ainda sobre o planejamento de atividades, a professora Benedita Santos Silva revela:

A equipe se reunia, a diretora marcava a reunião e convidava todas as professoras, todo mundo fazia [planejamento], entregávamos todas as atividades da semana e Zé rodava no mimeógrafo, porque trabalhando com meninos pequenos não dava tempo de fazer, tudo era programado. (Benedita Santos Lima, 2014).

A narrativa da professora Jocilene Maria de Jesus revela o engajamento do primeiro corpo de funcionários, segundo ela: “[...] foi muito bonito, muito esforço de todos de toda equipe, a gente se doou mesmo, como não tinha outra escola em Tobias Barreto, a gente tentou fazer o melhor possível”. A possibilidade de contar a história da educação pré-escolar da cidade de Tobias Barreto, sob a ótica do JIJR, me leva a fatos que cristalizam a institucionalização da educação infantil no município. Os relatos aqui rememorados me levam ao que Magalhães (2004, p. 136) assegura: “[...] É um desafio hermenêutico em que as memórias orais vêm em complemento do arquivo”. Em consonância com tal afirmação percebo que essas memórias, o ir e vir das lembranças, a fala desenfreada assim como o

silêncio podem revelar verdadeiros tesouros guardados, que a partir dos relatos orais, aqui transcritos, dão vida a uma parte da história aqui dada a ler.

Através desses relatos vou compondo o cenário histórico do JIJR, conheço a primeira equipe de trabalho, escolhida pessoalmente pelo Sr. Antônio de Souza Ramos. O critério para ser professora era ter formação específica, e assim aconteceu, eram jovens recém-formadas pelo Instituto de Educação Rui Barbosa, conceituado centro de formação de normalistas, localizado na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. Advindas de outras instituições, somente as professoras Valmira Cândido dos Santos, essa formada pelo Instituto Central de Educação Isaías Alves, escola de formação de normalista da cidade de Salvador, Estado da Bahia, e Jocilene Maria de Jesus, formada pelo Instituto Sagrado Coração de Jesus na cidade de Estância, interior do Estado de Sergipe. Todas as docentes tiveram no JIJR a primeira experiência profissional.

O quadro, como já observado, era formado por Valdomira Souza Santos, diretora da escola, e pelas professoras Benedita Souza Santos, Valmira Cândido dos Santos, Hilnete Melo Araújo e Jocilene Maria de Jesus. No ano de 1972 a professora Jocilene Maria de Jesus foi substituída por Maria Telma C. Santos, segundo ela por “divergências políticas” que envolvem partidos contrários e apoios distintos, e no ano de 1974, em substituição à Valmira Cândido dos Santos, que deixou o Jardim de Infância para seguir a vida religiosa, foi contratada Anete Reis Damasceno para ocupar o cargo de professora. No quadro de auxiliares, localizamos os nomes de Maria Valdice dos Santos, servente, e José Paulo dos Santos, porteiro.

Vale ressaltar que no período da inauguração do JIJR o ingresso dos profissionais nas escolas públicas não ocorria por seleção em concursos públicos, este processo só se inicia com a promulgação da Constituição de 1988, o que explica o fato do idealizador da escola escolher pessoalmente o seu corpo profissional e principalmente de ter entre o corpo docente e diretivo pessoas da família do gestor municipal. Este tipo de prática sinaliza para aspectos de como ocorreu a configuração das instituições escolares e da formação docente, pois o que se tem em termos de informação, mesmo que de maneira informal, era que este tipo de arranjo familiar ocorria sem maiores constrangimentos, haja vista, como já anunciado, somente após o limite temporal deste trabalho é que se consolidou a obrigatoriedade de concursos públicos em lei.

A escolha da equipe representou a organização do funcionamento da instituição e para isso a equipe de professoras deslocou-se para Aracaju, capital do Estado de Sergipe, para

visitar o Jardim de Infância Augusto Maynard. Tais visitas foram instrumentos basilares na organização do Jardim de Infância Joana Ramos. Em seus relatos, a professora Valdomira Souza Santos revela que aspectos como atividades pedagógicas, rotina, organização do trabalho foram observados para que pudessem compor e serem reproduzidos no cotidiano do Jardim de Infância Joana Ramos. Cabe notar que essas evidências respondem as muitas similaridades entre as duas instituições e que se revelam presentes nas memórias das professoras, a exemplo das comemorações, do mobiliário adequado ao público atendido e da exigência de formação específica para as professoras.

Nos seus primeiros quatro anos de funcionamento, o quadro de funcionários permaneceu praticamente o mesmo. No ano de 1973, com a substituição da diretora Valdomira Souza Santos, que após casar-se deixa a cidade de Tobias Barreto para residir em São Paulo, assumiu, então, a direção, sua irmã, Benedita Souza Santos, que já fazia parte do quadro de servidores da escola. Para ocupar o lugar da professora Benedita foi contratada, em março de 1974, a professora Marly do Carmo Barreto, que anos mais tarde passaria a ocupar também o cargo de diretora. Percebe-se com estes fatos que a direção do Jardim foi ocupada em sua maioria por ex-professoras. Valdomira Souza Santos definiu como uma “gestão quase familiar”, visto que as professoras do JIJR eram irmãs e primas do prefeito Antônio de Souza Ramos:

Quadro 1 – Diretoras do JIJR no período de 1970 a 1988

DIREÇÃO	PERÍODO
Valdomira Souza Santos	1970 a 1973
Benedita Souza Santos	1974 a 1979
Marly do Carmo Barreto	1979 a 1984
Josefa Oliveira Santos	1984 a 1988

Fonte: Elaborado pela autora a partir de relatos orais das entrevistadas.

Ao observar o quadro, me indago: o que de fato motivou a escolha do primeiro quadro docente? O que de fato motivou o prefeito Antônio de Souza Ramos a apostar na contratação de professoras recém-formadas e sem experiência docente? Como pode ser percebido o quadro diretivo constituído no período estudado neste trabalho é composto basicamente por professoras que já faziam parte da instituição, o que por certo contribuiu para manutenção e apropriação de alguns elementos como, por exemplo, a organização da rotina, os eventos da

escola e da utilização do método Casinha Feliz³⁶. Tal método, criado na década de 1950, buscava promover a aprendizagem pela junção de letras, evidenciando os sons ao pronunciá-las. Vogais e consoantes eram sempre apresentadas vinculadas a personagens de uma história, assim sendo, a base do referido método estava em associar a letra a um personagem que, por conseguinte, representava determinado som. Sobre o método lembra a professora Benedita Lima Santos:

Eu fui pra Salvador com minha irmã, fizemos aquele curso da Casinha Feliz e passamos a alfabetizar com esse método. A mulher passou o curso pra gente e a gente passou a alfabetizar com aquele método, as paredes tinha que ser tudo de acordo com os personagens [...] era através de historinhas a gente contava a historinha ia formando a silabação das famílias e ia alfabetizando. Quando já sabia aquele tema, passava pra outro. (Benedita Lima Santos, 2014).

Observo que o relato da professora demonstra a preocupação com a alfabetização e o letramento, os padrões silábicos que vão sendo introduzidos um de cada vez utilizando como elemento dinamizador personagens de uma história. Tais evidências também foram percebidas na entrevista com a diretora da escola ao falar sobre o método utilizado, inclusive quando revela que havia também uma preocupação dos pais dos alunos sobre este tema, pois demonstravam a expectativa de que os filhos saíssem do Jardim de Infância alfabetizados. Valdomira Souza Santos ainda revela:

[...] foi uma senhora que era cunhada do meu tio que me falou do método Casinha Feliz, aí nós fomos pra Salvador. Eu fui com meus próprios recursos porque queria sempre me atualizar, foram três ou quatro professoras para depois serem multiplicadoras [...] foi muito legal porque muitos alunos saíram alfabetizados, [...] os pais não se contentavam, nós mesmos chegamos à conclusão que precisava mesmo alfabetizar, tudo era feito de acordo com a cartilha, através do livro do professor as atividades eram reproduzidas (Valdomira Souza Santos, 2014).

Tais relatos também mostram outra atribuição do Jardim de Infância Joana Ramos, a de preparar seus alunos para o ingresso na escola primária. A preocupação nítida na fala das entrevistadas em evidenciar que além de “brincar” as crianças “aprendiam mesmo”, recai na ideia de Kuhlmann Jr., que assim analisa:

³⁶ Idealizado pela pernambucana Iracema Furtado Soares de Meireles, o método Casinha Feliz foi utilizado no Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Escola Parque da Bahia), criado por Anísio Teixeira.

No interior dessa concepção educacional geral, as propostas pedagógicas variam, sejam em função da instituição ou da idade da criança, seja na opção por um método pedagógico ou por um conjunto de objetivos educacionais específicos. No caso da educação infantil, o reconhecimento de que a criança menor de 7 anos é capaz de aprender e a desconfiança quanto à capacidade de que essa educação possa ser dada a contento exclusivamente no interior das famílias, sustentam a defesa de sua educação no interior de instituições coletivas. (KUHLMANN JR., 1998, p. 184).

A apropriação de um método específico de ensino e o entendimento de que as propostas educacionais desenvolvidas nas escolas de educação infantil complementarizariam a formação familiar permearam os ideais do JIJR. Na narrativa da professora Valdomira Souza Santos ficou evidente que:

[...] esses pré-escolares é a extensão do lar e que a gente tem que aprimorar o máximo para que essas pessoas se tornem no futuro cidadãos à altura do esperado, adquirindo todos os conhecimentos adequados àquela idade [...] a pessoa é assim vem como uma argila que o artesão vem moldando, moldando até ficar perfeito (Valdomira Souza Santos, 2014).

Pode-se considerar que a criação de uma escola de educação infantil trouxe, além da novidade para a sociedade local, a expectativa em relação à instrução e a preparação dos alunos para a escola primária. Seus idealizadores buscavam tornar o Jardim uma instituição que preparava seus alunos para a vida social e letrada, aspectos esses que caracterizam a origem das creches e pré-escolas idealizadas por Froebel. Magalhães (2004, p.51) lembra que: “Num passado recente, a educação da infância ficou marcada por uma busca de caminhos, aprofundando a componente investigativa e erigindo a criança como sujeito educacional”. E assim observo o que aconteceu no JIJR, onde a formação educacional dos seus alunos foi tomada como objetivo pelo corpo docente.

Tal preocupação foi evidenciada na narrativa da professora Jocilene Maria de Jesus: “através de trabalhos manuais, de cartazes com desenhos, cantos, brincadeiras, tudo isso a gente desenvolvia [...] minha turma de 4 anos já saiu conhecendo cores, letras e fazendo o nome” (Jocilene Maria de Jesus, 2014).

As narrativas estão entrelaçadas às memórias do que viveram, e se materializam na expressão verbal. Nelas estão presentes aspectos como o planejamento, a rotina da escola, as festas e os alunos, ficando evidente também como as falas das entrevistadas anunciam um sentimento de realização profissional e pessoal, como é possível observar nas afirmações de Valdomira Souza Santos (2014) e Benedita Lima Santos (2014): “eu me realizei”, “eu nasci

pra ser professora”, “a gente se dedicava ao máximo, essa é a verdade”, “eu pesquisava, mudava minha voz, fazia gesto...eu inventava”. Ao ouvir estas experiências, mergulho, assim como Alice no túnel, no cenário mágico do Jardim de Infância, tento desvelar o que acontecia no interior desta instituição, nas suas salas e nos seus quadros imagéticos, na tentativa de explorar os diferentes vestígios registrados no despertar dessas memórias e que, por certo, marcam e dão identidade histórica ao Jardim de Infância Joana Ramos dentro de um contexto maior.

Toda fotografia traz consigo uma história e as imagens fotográficas que me ajudam a adentrar no universo do Jardim e problematizá-lo, legitimando ainda mais as memórias aqui dadas a ler, servem de testemunho, uma forma de evidenciar o que de fato aconteceu no tempo aqui estudado. É assim que entendo a partir da imagem abaixo o que as professoras Valdomira Souza Santos, a moça de roupa escura, e Benedita Lima Santos, sua irmã com blusa mais clara e localizada logo em seguida na imagem, querem dizer ao falar de toda a dedicação que dispensavam às atividades da instituição. A foto tirada logo em seguida à finalização da decoração de uma das salas revela o sentimento de satisfação à dedicação, confessado nas narrativas das professoras, uma vez que foi tirada logo em seguida à conclusão da decoração de uma das salas de aula. Nas imagens estão expostos os personagens que serviam como elementos dinamizadores das atividades, todo feito em papel de embrulho e com a ajuda de um dos irmãos de Valdomira, pois assim ela revela: “[...] foi Jorge meu irmão que fez os desenhos” (Valdomira Souza Santos, 2014).

Figura 3 – Equipe de docentes do Jardim de Infância Joana Ramos (1970)



Fonte: Foto do acervo pessoal de Valdomira Souza Santos.

Neste fazer e ser docente, a professora Benedita Lima Santos expõe em seus relatos o cotidiano da sua prática com a turma do Jardim I (crianças de 3 anos). “Era uma luta, tinha horas que eu sentava no chão colocava três de um lado e três do outro”, referindo-se às crianças que choravam. E continua:

Eu fazia de tudo, contava historinha, cantava, dava massinha de modelar, dava lápis de cera e colocava as crianças para desenhar, depois perguntava o que representava cada desenho, as garatujas que eles faziam e eu escrevia para elas. Eu fazia de tudo e elas gostavam. Até hoje meus alunos quando encontram comigo fazem aquela festa. (Benedita Lima Santos, 2014).

De acordo com os relatos de Benedita Lima Santos a rotina da escola começava sempre com uma oração, que antecedia as atividades a serem realizadas durante o dia, todos em fila e bem comportados. Daí em diante iniciavam-se as atividades que variavam entre músicas, contação de historinhas e atividades de coordenação motora e trabalhos manuais, que segundo a professora eram necessárias para “aprender as letrinhas”. Porém, todas as atividades eram sempre acompanhadas por algum tipo de brincadeira, tudo feito de forma descontraída e dinâmica. Sobre esta rotina, relembra Vânia Oliveira Silva, aluna da instituição entre os anos de 1978 e 1980:

Fica assim bem na memória a questão realmente da organização, da disciplina né? De ter horário pra tudo, horário das atividades, horário do lanchinho, essas questões assim chamam a atenção de ser bem organizado [...] tinha muita colagem com material, massa de sopa por exemplo, algodão, usava muito esse material pra fazer colagem, pintura, mas sempre com arte, sempre com criatividade, isso me chamava atenção e eu gostava. (Vânia Oliveira Silva, 2014).

A fala da ex-aluna recai sobre o que já haviam apontado as professoras Jocilene Maria de Jesus, Benedita Lima Santos e Valdomira Souza Santos no que se refere à organização e o desenvolvimento de atividades que estimulassem a criatividade e que permitissem uma rotina lúdica às crianças. Ao narrar sobre esse momento da sua infância e sobre a rotina na escola e as experiências vividas, Vânia Oliveira Silva ainda ressalta:

[...] Por conta de ser assim, um ambiente realmente assim... complementar da família mesmo, eu acho que não era aquela criança de chorar na escola porque o ambiente era gostoso de estar, os professores tinham um carinho especial, eram assim bem acolhedores, verdadeiros no que faziam, era um lugar bom de estar, verdadeiro, gostoso mesmo de estar, então tenho essa lembrança... desde a farda, desde o lanchinho que a gente tinha, desde as

amizades, o momento de recreio com todos os coleguinhas ali aquela coisa bem gostosa que era algo que a gente não diferenciava da casa, digamos assim. Chegava lá a gente sentia um carinho diferente mas não era uma coisa mascarada né! Era uma coisa real mesmo, tava ali a tia, tava ali a professora, tava ali os coleguinhas, que fazia essa interação com a gente, então era um lugar gostoso de estar alegre que marcava saudades, você saía e queria vir no outro dia de novo porque era um, lugar bom de estar para aprender [...] o fato da gente gostar do Jardim já mostrava o compromisso dos professores daquela época que já transmitia o que a educação infantil realmente é, porque se não fosse assim a gente não gostaria de voltar pra escola, então quando a criança gosta de voltar pra escola é porque a escola tá tendo essa identidade com justamente o que ela faz. (Vânia Oliveira Silva, 2014).

O prazer em estudar no Jardim se evidencia na fala da ex-aluna. Ao ouvir o seu relato volto ao meu passado para rememorar os meus dias no “Joana Ramos”. Encontro este mesmo sentimento na fala da diretora da escola, a professora Valdomira Souza Santos, ao relembrar as broncas que seu pai lhe dava pelo tempo dispensado ao Jardim: “você só falta levar uma cama”. Observa-se ainda através do relato da aluna a importância dada ao lúdico pelos educadores da referida instituição. É perceptível na fala da entrevistada o reconhecimento das brincadeiras como instrumento para o desenvolvimento social dos alunos e por certo a formação pedagógica das docentes contribuiu com esta prática pedagógica. No relato da professora Jocilene Maria de Jesus (2014), ela nos revela a importância de disciplinas como a Didática e a Psicologia da Educação na sua prática docente. E assim expõe: “A Psicologia ajudou muito a usar o dia a dia a preparar a própria Didática e acima de tudo a própria vocação”.

O espaço físico da escola atendia à dinâmica das atividades, as salas amplas e arejadas, com mobiliário específico voltado ao público infantil, e permitia a execução do planejamento do dia, a partir da filosofia educacional propagada por Froebel – que provavelmente fora apropriada pelo Jardim de Infância Augusto Maynard de Aracaju, modelo seguido pelo JIJR –, de que os espaços destinados ao atendimento das crianças deveriam dispor de uma estrutura adequada às suas características. Foi assim que toda a estrutura do casarão foi reformada, adequando-se para receber as crianças. A estrutura interna do casarão foi adaptada visando ao desenvolvimento das atividades infantis. No seu interior foram construídas três salas de aula, que obedeciam ao mesmo padrão, e dispunha de um amplo corredor, onde ficava uma espécie de recepção da escola, com um birô que era ocupado pela diretora. Este mesmo corredor dava acesso à área externa, onde ficavam os banheiros, um masculino e outro feminino, a copa, um pátio coberto com um pequeno palco, aos moldes do que existia no Jardim de Infância Augusto Maynard, onde aconteciam as apresentações teatrais, as declamações de poesias e as

apresentações dos corais, e ainda uma área livre onde as crianças brincavam no recreio sob a supervisão das professoras. Cada professora acompanhava e orientava pessoalmente sua turma. As brincadeiras variavam entre esconde-esconde, rodas, morto vivo entre outras³⁷. A volta do recreio era o horário destinado ao descanso para as turmas do Jardim I, as crianças pegavam suas esteiras e estendiam para um repouso que fazia parte das atividades desta turma.

As imagens apresentadas neste trabalho são resíduos, vestígios que me ajudam a sacralizar a historiografia do JIJR. As fotografias me transportam ao meu “País das Maravilhas” e, à luz de Sontag (2004, p. 28), passo a entender que: “[...] Cada foto é um momento privilegiado, convertido em um objeto diminuto que as pessoas podem guardar e olhar outras vezes”. Neste sentido, aqui as fotografias são tomadas como fontes e documentos que me auxiliam no fazer historiográfico, entendendo as mesmas como versões de uma determinada realidade e circunstância. Apurar o olhar, analisar, revisitar o passado tendo os registros fotográficos como testemunho visual que evidenciam as práticas e a cultura escolar dessa instituição serviu como instrumento para que fosse possível entender que as fotografias preenchem lacunas e se revelaram fecundas na pesquisa histórica. Foi assim que pude voltar às atividades do recreio que, como nos apresenta a imagem e já anunciado acima, era orientado pelas professoras.

Figura 4 – Turma do Jardim III com a professora Jocilene Maria de Jesus (1970)



Fonte: Acervo Jocilene Maria de Jesus.

³⁷ Brincadeiras típicas da infância que normalmente acontecem acompanhadas por melodias ou coreografias.

No corredor que dá acesso às três salas de aula, as paredes foram pintadas com motivos infantis, a exemplo da Branca de Neve e Os Sete Anões, que ainda hoje estampam suas paredes. O mobiliário da escola também foi adquirido depois de pesquisa para que fosse comprado de acordo com a faixa etária dos pequenos. Eram mesinhas ovais com quatro cadeiras e encosto de ferro, pintado de vermelho. Segundo o Sr. Antônio de Souza Ramos, foram trazidas de São Paulo após contato com um representante: “eu mesmo encomendei”, assim ele informa.

Figura 5 – Interior do casarão após a reforma do prédio (1970)



Fonte: Acervo particular de Antônio de Souza Ramos.

Ao indagar qual a inspiração do Sr. Antônio de Souza Ramos para estruturar o prédio do Jardim de Infância Joana Ramos, assim ele revela: “Eu sempre admirei o Jardim de Infância de Aracaju, construído no governo do General Maynard. Era ali na Rua de Pacatuba e sempre tive aquilo na mente como uma grande obra para uma cidade”. (Antônio de Souza Ramos, 2014).

Por certo a admiração pelo Jardim de Infância Augusto Maynard, que o Sr. Antônio de Souza Ramos guardava desde a época em que era estudante do Atheneu Sergipense e ao

passar em frente dos portões admirava a estrutura do prédio e o movimento das crianças, o ajudou a idealizar a reforma do casarão e dotá-lo de uma estrutura tanto física quanto material que atendesse às necessidades do público a ser assistido no Jardim de Infância Joana Ramos.

Percebo que as ideias algumas vezes são guardadas como tesouros preciosos, algumas vezes caem no esquecimento, outras vezes são corporificadas e dadas a ver, como no caso do Jardim de Infância Joana Ramos que sai das imagens mentais de um jovem estudante e materializa-se numa instituição de ensino, obra do político em que esse jovem se transformou. Ao expor sobre a reforma do prédio que o sediou é enfático e sentencia com voz imponente: “cuidei de tudo pessoalmente”. (Antônio de Souza Ramos, 2014). Podemos também validar tal afirmação na entrevista com a então diretora da instituição que ratifica sobre os cuidados de Antônio Ramos com a escola. “O prefeito escolheu a dedo quem ia trabalhar”. (Valdomira Souza Santos, 2014). As lembranças dos entrevistados me conduzem pelo interior do Jardim de Infância Joana Ramos, e passo a entender que:

A pedagogia institucional não consigna apenas à instituição enquanto espaço físico, caracterizado por uma determinada arquitetura; alarga-se ao grupo e às representações que subjazem aos intervenientes na relação educativa, bem como aos projetos de vida que a relação dos sujeitos com a instituição permitiu idealizar e tornar realidade. A identidade dos sujeitos, suas memórias, destinos, e projetos, como a memória e a representação da instituição, cruzam-se e fecundam-se mutuamente enquanto construção histórica. (MAGALHÃES, 2004, p. 66).

Passo, a partir das considerações de Magalhães (2004), a entender que o Jardim de Infância assumia uma representatividade e por certo também uma notoriedade, não só por localizar-se onde antes “morava o homem mais rico da cidade”, como nos informa o Sr. Antônio de Souza Ramos, mas por ser a escola um “projeto” inicial de constituição de uma nova geração que se pretendia formar. O espaço ocupado pelo JIJR por certo corrobora com a ideia de Magalhães (2004, p. 142) ao afirmar que “[...] a implantação do edifício na paisagem física e humana, os acessos e formas de isolamento e/ou de relação refletem, condicionam ou estimulam a relação com a comunidade envolvente”. No caso do referido Jardim, reconhecidamente urbano, localizado em área nobre da cidade, mais especificamente na Avenida 7 de Junho, 471, localização de destaque na cidade e de grande visualização para os feitos políticos do prefeito à época.

A reforma do casarão traz nas entrelinhas da história o discurso da modernidade, do novo, e as crianças eram os atores desse momento. Para atender a este novo modelo de educação que representava o Jardim de Infância Joana Ramos, a reforma do espaço seguiu um

estilo arquitetônico diferente dos padrões do ano de 1969. Localizado na Avenida 7 de Junho, ponto central da cidade de Tobias Barreto, a arquitetura do prédio contava com amplos vitrais que permitiam a entrada de ar e luz natural. Acredito que a construção de um espaço específico para o atendimento de crianças traz consigo as características que buscavam construir uma identidade para a instituição/monumento que é internalizada tanto por quem utiliza dos seus serviços quanto por quem faz parte do seu quadro.

Figura 6 – Fachada do casarão antes da reforma (s/d)



Fonte: Acervo particular de Antônio de Souza Ramos.

Figura 7 – Fachada do casarão após reforma (1969)



Fonte: Acervo particular de Antônio de Souza Ramos.

Sobre o processo de materialização da instituição, assim relembra Antônio de Souza Ramos:

Eu soube que os herdeiros de seu Tomé, que era o proprietário da casa grande, estavam querendo vendê-la. Aí então eu procurei Dudu de Tomé e entrei em entendimento com ele comprei e comecei a demolir alguma coisa, adaptei e fundei o Jardim que é orgulho da minha administração e da minha pessoa. [...] o povo perguntava o que vai ser? O que vai ser? Tá escrito aí na frente, vai ser um jardim de infância! (Antônio de Souza Ramos, 2014).

Prédio reformado, endereço confirmado, equipe contratada, aulas iniciadas, a próxima etapa seria o aprendizado dentro do cotidiano desta instituição. As práticas foram feitas em consonância com os preceitos da pedagogia moderna, cuja expectativa era que a educação estivesse centrada na criança. Algumas dessas práticas foram também constituídas dentro do interior das suas salas de aula. Como exemplo pontuo a chegada à escola, quando as crianças eram recepcionadas por Zé do Jardim, esse era o momento em que o fardamento passava pelo crivo de “Zé”; depois os alunos dirigiam-se às suas salas para guardar a lancheira em um dos armários, tal prática foi lembrada nos relatos de Valdomira Souza Santos (2014). Um outro aspecto destacado na fala da diretora era o rigor com o horário de chegada das crianças para que não atrasasse o desenvolvimento das atividades previstas para o dia, “além disso Zé não podia ficar o tempo todo no portão”, revela. Tais práticas me levam a identificar princípios de

ordem. De acordo com Horta (1994), o contexto ditatorial impunha às instituições de ensino uma formação alicerçada através de práticas pedagógicas modeladoras e condutoras de valores e de comportamento que serviam de subterfúgios para padronizar, disciplinar e controlar, características que seriam essenciais para a nova ordem social. Sobre o processo disciplinador do povo brasileiro utilizando a escola e suas práticas, Horta assim nos revela:

A intervenção do Estado no sistema educacional brasileiro, particularmente antes de 1935, teve principalmente a função de arbitrar os conflitos entre as diferentes tendências existentes. Mas, a partir de 1937, o Estado fixa um objetivo bem preciso para suas intervenções: utilizar a educação como instrumento para inculcar na infância e na juventude os princípios do Estado Novo, e como arma de luta ideológica. (HORTA, 2012, p. 256).

Destarte os métodos inseridos no cotidiano do IIJR reverberam e revelam uma preocupação no que se refere à construção de práticas em que os preceitos de ordem, tanto para as crianças quanto para os professores, foram incutidos ao longo da sua existência. Encontro nas falas das entrevistadas outro elemento que demonstra os ritos criados ao longo do funcionamento: as filas. Elas são citadas em diversos momentos nos depoimentos, na hora do lanche, para lavar as mãos, na saída para o recreio, na volta para a sala, nos momentos de oração, em cada uma destas formações havia uma música específica a ser cantada. Estes elementos visivelmente disciplinadores também são visíveis no discurso da diretora quando expõe, em sua fala, a responsabilidade com a “formação do aluno” assumida pelo corpo docente da instituição. Observo que ao asseverar sobre tal postura enraizada nos ideais que buscavam incutir à polidez, a obediência e a civilidade nas crianças, os professores procuravam convergir para uma formação que contemplava a aprendizagem de boas maneiras. Através da fotografia, que ilustra uma dessas práticas, passo a observar que corroborada por costumes, usos e hábitos, as práticas e os modos de ensinar foram sendo incorporados.

Figura 8 – Interior da sala de aula (1970)



Fonte: Acervo particular de Jocilene Maria de Jesus.

Tais preceitos estavam, segundo nos informa Valdomira Souza Santos, previstos no regulamento da escola, construído pela primeira equipe de trabalho. Este documento não foi localizado e poderia ser mais um dos arquivos que foram queimados, conforme já anunciado na primeira seção, e que hoje só conhecemos através dos relatos orais. Baseando-se em Febvre (apud LE GOFF, 2003), passo a entender que:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas (FEBVRE apud LE GOFF, 2003, p. 530).

Assim sendo, ao tentar localizar maiores informações sobre esse documento encontro nos relatos indícios de que este regulamento servia de fato como instrumento orientador para normas de funcionamento interno da instituição e que não levava em consideração uma legislação específica, tanto na esfera nacional, quanto local. De acordo com o que narrou a professora Valdomira Souza Santos, nesse regulamento estavam previstos itens como o horário de chegada à escola, a obrigatoriedade do uso da farda, os critérios de matrícula, a exigência de alguns documentos como a certidão de nascimento e foto para ser anexada à ficha de matrícula, além da taxa simbólica que se cobrava e que era utilizada para compra do

material didático. Ao relembrar a utilização dos recursos didáticos, Valdomira Souza Santos (2014) elenca alguns dos mais utilizados: “[...] era giz colorido, lápis de cera, papel camurça, papel crepom, celofane, tintas, pincel, vixe era tanta coisa”, e ainda complementa “[...] a taxa era irrisória, pagava uma vez só”. Quando questionada se na cidade de Tobias Barreto, naquela época, já existia um local que vendesse este tipo de material, ela acrescenta “[...] ia comprar tudo em Salvador”³⁸. Ainda sobre tais exigências, relembra Raimundo de Oliveira Silva, pai de uma ex-aluna: “[...] a idade, que devia ser a partir parece de 4 anos se não me engano, naquele tempo, era 4 e 6, Valdomira³⁹ que tinha 6 pode estudar um ano, as foto, registro, e me parece que a taxa de 10 reais se não me engano, era 10 cruzeiros naquele tempo.” (Raimundo de Oliveira Silva, 2014).

O acervo documental da escola no que se refere ao período estudado neste trabalho resume-se hoje a quatro caixas arquivo que foram localizadas na instituição e às quais pude ter acesso (Anexo 1). Tais caixas são compostas por alguns livros de pontos, fichas de matrícula e algumas listas de alunos, porém este material está misturado a outros que extrapolam o ano de 1985. Muitos deles não apresentam datas definidas e somente pelos nomes ou assinaturas dos documentos pode-se fazer uma previsão do período em que foram expedidos. Cabe notar que as fichas de matrícula encontradas também não me permitiram acompanhar uma trajetória do aluno na instituição e muitos dos documentos localizados tinham informações dispersas a exemplo das listas de alunos que não apresentavam datas ou ano definidos. Tais fatos acarretam à jornada desta pesquisa a tarefa de interpretar estas lacunas e procurar outras fontes que possam preencher estes vazios. Embasada em Magalhães (2004), comungo da sua afirmação quando expõe:

A memória desafia o historiador para uma explicação sobre o ordenamento dos objetos e a organização dos espaços e das coisas; desafia-o ainda para a explicação das relações hierárquicas, valorativas e de comunicação entre as pessoas com as coisas. Os relatos, orais ou escritos, de natureza impressiva, favorecem a aproximação do historiador ao grau de envolvimento dos agentes e dos sujeitos na realização das ações. (MAGALHÃES, 2004, p. 156).

Essas lacunas poderiam ser tomadas como um empecilho no desenvolvimento deste trabalho, porém, tomo a ausência destes arquivos como um estímulo que me faz ir além da

³⁸ Geograficamente as cidades de Tobias Barreto, no Estado de Sergipe, e Salvador, capital da Bahia, estão separadas por uma distância de 280 km. Em virtude da proximidade entre as suas fronteiras é costume ainda hoje para população tobiense recorrer à capital baiana para usufruir do seu comércio.

³⁹ Valdomira Silva Correia, aluna do Jardim III no ano de 1970.

tarefa de dar luz a esta instituição. A ausência de tais documentos me possibilitou enxergar as forças de poder e as intencionalidades dos que produzem ou ocultam estas fontes e que, de forma consciente ou inconsciente, as manipularam. Neste sentido, Le Goff (1996) assim elucida:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. (LE GOFF, 1996, p. 545-546).

Destarte, tomando as palavras de Le Goff (1996), me questiono: porque só uma parte do arquivo permaneceu? O que permaneceu e pode ser analisado está imbuído desta intencionalidade? Ao tentar responder a esses questionamentos me posiciono de forma crítica às fontes para entendê-las como um documento/monumento tomando como referência que toda a documentação, instrumento desta pesquisa, é produto de um determinado contexto e por consequência esteve sujeito às mais diversas intenções. Magalhães (2004) também revela, através dos seus escritos, que:

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem a um discurso científico. É mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas. (MAGALHÃES, 2004, p. 155).

Em consonância com Magalhães, Werle (2004) entende que:

[...] a história da instituição pode ser um fator construtor da identidade da instituição, uma forma de representá-la objetivando um certo olhar sobre si mesma. Um processo de pesquisa que objetive a história de instituições escolares explicita a importância da preservação de documentos para a memória institucional e da sociedade. (WERLE, 2004, p. 31).

Nesta ótica, a herança do passado, os seus arquivos, que, de forma voluntária ou não, se perpetuam, precisa, para fins de ser agregado à historiografia, do crivo do historiador, visto que a seleção destes documentos obedece aos interesses e às ideias que são fatores do

pensamento histórico. Compor a historiografia do JIJR só reforça o meu encantamento pelos “historiais” da infância, porém a necessidade de atentar-me de forma criteriosa ao que expõe Magalhães (2004), mediando entre o que se perdeu e o que permaneceu na memória desta instituição, tornou-se imprescindível.

Com o olhar criterioso vou à busca de indícios tal qual Alice, uma vez, que adentrando num mundo de descobertas e numa fantástica aventura iniciada quando avistou o coelho apressado, passou a desvendar os mistérios do seu “País das Maravilhas”. Os contornos em que se desenham as atividades desenvolvidas no JIJR me fizeram refletir sobre a experiência profissional das docentes dessa instituição. Aguça-me a curiosidade em desvelar como estas profissionais, recém-formadas por institutos de formação de professores, que de maneira geral tinham seus currículos alicerçados nas disciplinas preparatórias para o ensino primário, atrelaram os seus conhecimentos pedagógicos às especificidades do público de 3 a 6 anos de idade. Outro detalhe que merece destaque é o reflexo de disciplinas como Música e Canto, Desenho e Artes Aplicadas, Recreação e Jogos presentes no currículo de formação de professores e que, por certo, contribuíram com a atuação pedagógica e com a rotina de atividades impostas no planejamento e executadas no cotidiano da escola.

As ações diárias, orientadas pelas professoras em sala de aula, nas atividades como recreação, merenda, repouso e o ato de lavar as mãos, escovar os dentes, estavam presentes na rotina, além de passeios e trabalhos manuais, como já revelado. Sobre um desses trabalhos, expõe Valdomira Souza Santos (2014): “Nós fizemos [1970] na semana da criança uma exposição de telas e levamos as crianças para pintar na praça, levamos jurados para escolher a melhor pintura o vencedor foi Seabrinha. Um outro que se destacava era Afrânio Reis era impressionante os trabalhos deles.”.

Ao considerar que na década de 1970 o Brasil estava sob a tutela do regime militar, que difundia um projeto de desenvolvimento econômico e social para o povo brasileiro e que tentava construir a imagem de um País moderno e civilizado, houve um direcionamento estratégico para projetos no campo da educação. Estes ideais difundidos por campanhas nacionais por certo foram incutidos nos propósitos educacionais do JIJR, a exemplo das noções de higiene, tão caras à instituição, como revela em depoimento a professora Jocilene Maria de Jesus:

As crianças iam pra sala depois ia todo mundo pro pátio em fila a gente rezava com eles, depois ia cada um pra sua sala a professora rezava também pra depois fazer as atividades... conversava um pouco depois tinha o recreio, aí a merenda era feita em sala de aula, a gente ajudava eles, abria o

guardanapo, ensinava as boas maneiras, ensinava a comer, ensinava a guardar a lancheira no lugar certo, depois iam em fila lavar as mãos, escovar os dentinhos, depois iam brincar. (Jocilene Maria de Jesus, 2014).

Dentre os registros da escola foi possível localizar um ofício expedido pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência, datado de 17 de julho de 1972, convidando a escola para participar da campanha *Povo desenvolvido é povo limpo*⁴⁰. Os reflexos destas ações divulgadas amplamente pelo governo do período foram incorporados ao ambiente educacional do JIJR, seja ao incutir estes hábitos na fila para lavar as mãos, seja nas orientações da diretora ao falar sobre o aspecto da farda, ou ainda no uso de guardanapos e escovas de dentes que faziam parte de um ritual que era realizado ao som das cantigas de roda, tão peculiar dessa fase escolar. Atino que tais ações estavam voltadas para a construção de uma sociedade saudável que submetia as crianças a um treinamento por meio da regularidade de hábito para que aprendessem a ser disciplinadas.

Figura 9 – Turma do Jardim II com a professora Jocilene Maria de Jesus (1970)



Fonte: Acervo particular de Jocilene Maria de Jesus.

Observo o conteúdo simbólico que a imagem me apresenta, através das fotografias “recomponho” o passado, mergulho nas celebrações, nos símbolos, valores, nos ideais desta instituição. Passo a entender que esse contexto social e político contribuía com a modelagem

⁴⁰ A campanha *Povo desenvolvido é povo limpo* foi lançada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) em 1972. A campanha tinha como mascote o Sujismundo, personagem de desenho animado, que vivia sujo, descabelado e não cuidava da higiene e da limpeza em geral pela falta de educação.

da cultura escolar desenvolvida nas instituições educativas de todo o Brasil. Neste sentido, Julia (2001) é claro ao afirmar que a cultura escolar é:

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10).

Tal conceito me trouxe o entendimento de que as práticas escolares desenvolvidas, mesmo no interior do JIJR, refletiam as finalidades políticas do período militar, integradas às suas práticas e às representações do cotidiano da escola. Essas práticas, na visão de Faria Filho e Vidal (2004), são consideradas “[...] como produtoras de sujeitos e de seus respectivos lugares no interior do campo pedagógico” (FARIA FILHO; VIDAL, 2004, p. 151). Assim sendo, percebo que tais práticas estavam interligadas a uma cultura escolar seja pelos métodos adotados, pelas técnicas das quais os professores se apropriavam para ministrar suas aulas, pelas comemorações cívicas ou ainda pelos desfiles que foram somados ao que foi produzido pelos alunos de maneira peculiar e que resultou na identidade histórica do Jardim de Infância Joana Ramos. Adentrar pelos caminhos que me possibilitam investigar tais práticas no Joana Ramos me fez apreender como se materializou o atendimento infantil na cidade de Tobias Barreto.

A concepção de ordem e progresso, tão difundidos nesse período, também foi evidenciada nas práticas educativas através dos rituais cívicos que também estavam presentes na instituição, não só pelo desfile em comemoração ao 7 de setembro, data da Independência do Brasil, bem como em outros eventos, a exemplo das comemorações do Dia da Bandeira e nas orientações de respeito aos símbolos nacionais que visavam à construção de um sentimento de nacionalidade, tão difundido no País naquele momento.

Figura 10 – Pelotão com as crianças segurando a bandeira nacional no desfile em comemoração ao Dia das Crianças (1970)



Fonte: Acervo particular de Maria Valdice de Oliveira Santos (Mãe de ex-aluno).

Figura 11 – O ex-aluno Tarcísio Oliveira Santos uniformizado de soldado, no desfile em comemoração ao Dia das Crianças (1970)



Fonte: Acervo particular de Maria Valdice de Oliveira Santos (Mãe de ex-aluno).

De fato o que acontecia no JIJR, seus eventos e as manifestações que esses causavam ao municípios e suas representações, fazem parte das memórias da população tobiense, como revela Raimundo de Oliveira Silva, fotógrafo no período e pai de aluna:

Era muita alegria, porque eu me lembro muito bem, tenho saudade das comemorações do Dia das Mães, ainda tenho foto, realmente tirada com meus meninos pequenos sentados de grupo, no auditório ali na cobertura de frente ao palcozinho [...] os desfiles de 7 de setembro era muito lindo, muito bonito, as apresentações de várias figuras [...] lindos os desfiles, coloridos [...] era uma alegria a festa, desfilava pela avenida, tudo criança devagarinho mas descia a avenida era uma coisa de brilho, muita gente, a cidade toda participava. (Raimundo de Oliveira Silva, 2014).

Ao centralizar meu olhar para estes aspectos percebo que eles representavam uma forma da escola mostrar para a sociedade local a sua força, a sua identidade, legando assim ao Jardim de Infância o *status* de instituição produtora e transmissora de cultura. Na imagem acima é possível perceber a alusão ao militarismo, o que por sua vez reflete o contexto histórico vivenciado e a sua representação mesmo nas etapas ainda pré-escolares.

Foi visível na fala daqueles que viveram e ajudaram a construir a identidade histórica do Jardim de Infância entre os anos de 1970 a 1980 e o patamar de destaque que dão a esta instituição de ensino em que os ideais ultrapassavam as ideias das brincadeiras e do “passa tempo”, evidenciando os aspectos da socialização e da instrução como elementos primordiais na formação das crianças. Assim expressou Valdomira Souza Santos (2014). Percebo que a Direção do Jardim, sob a responsabilidade de Valdomira Souza Santos, pretendia ocupar o mesmo espaço dos grupos escolares da época e de alguma forma reproduzia suas práticas no interior da escola, adaptando os métodos e técnicas à realidade do público atendido.

Os eventos promovidos pelo Jardim de Infância Joana Ramos causavam movimento em toda a cidade, assim revela Valdomira Souza Santos (2014): “[...] a cidade se movimentava toda”. O envolvimento da comunidade local com esses eventos foi, ao longo da existência do Jardim, permanecendo, a exemplo do Desfile do Dia das Crianças, do Desfile Cívico e do Cortejo de Carroças. As datas comemorativas em que tais eventos aconteciam serviram de instrumento que demonstrava à sociedade o potencial dos alunos, serviam para que a escola despontasse no cenário social da cidade de Tobias Barreto evidenciando sua proposta educacional que também incluía as apresentações dos corais, as dramatizações realizadas no palco da escola e a execução de instrumentos musicais, criados ou adaptados para as apresentações. Na maior parte das vezes esses acontecimentos se restringiam ao interior da escola em apresentações para os pais e convidados, porém havia eventos que se

firmaram no calendário da sociedade tobiense tornando-se verdadeiros espetáculos, a exemplo do que ocorria no Dia das Mães no mês de maio, Dia dos Pais e da formatura do ABC no final do ano letivo.

Sobre os eventos, “Zé do Jardim” assim revela:

[...] tinha aquela festa, aquela ruma de fotógrafos tudo querendo saber, quando era a festa, que hora é porque era muito bonito atraía muita gente né e as festas eram boas, dançando quadrilhas, Dias dos Pais, Dias das Mães [...] tinha anos que saíam de carroça, trator, no 7 de setembro eu ajudava ficava tomando conta de pelotão. (José Paulo dos Santos, 2014).

Sobre o desfile cívico a diretora Valdomira Souza Santos recorda a banda marcial que foi organizada no ano de 1970. Ao lembrar, lamenta o fato das crianças não serem acompanhadas por uma “banda de verdade”, porque os pelotões mais afastados não ouviam os instrumentos. Sobre isso nos revela: “pensando bem eu falhei”. Sobre a ocasião, também rememora Raimundo de Oliveira Silva: “[...] era uma gracinha, os tamborzinho, batendo tambores, era uma coisa linda, eles organizavam da própria criança mesmo, era uma beleza realmente isso aí, muito divertido muito alegre, deixava muita saudade, até lágrima nos olhos das pessoas de ver as crianças se dedicando.” (Raimundo de Oliveira Silva, 2014).

No desfile cívico, entre o pelotão das bandeiras dos estados brasileiros estava também presente a bandeira da escola, confeccionada em tecido branco e ao centro a mascote da escola.

Este símbolo permanece presente até os dias atuais, e ainda se apresenta nas comemorações da instituição. Nos ensaios, as crianças saíam às ruas fazendo o mesmo trajeto do dia do desfile cívico, pois a escola abria as festividades desse dia e sua apresentação era aguardada com ansiedade e curiosidade pela população. Todos esses eventos traziam uma preparação que adentrara às práticas da escola. Ao investigar sobre as temáticas que eram tratadas nestes desfiles percebo uma predileção por temas relacionados aos grandes acontecimentos históricos, a exemplo dos pelotões que sempre homenageavam as forças nacionais (Exército, Marinha e Aeronáutica), ou ainda a personagens históricos e fatos históricos, como a princesa Isabel e a abolição da escravatura. Ao se referir aos desfiles escolares, Bencostta (2004) deixa claro:

[...] os desfiles escolares entendidos como festas são uma construção social que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma cultura cívica inerente aos seus atores, o que nos facilita entender a identidade que é dada pela compreensão que esse grupo

possuiu acerca dos símbolos que justificou a realização do desfile e que registrou de modo duradouro na memória social um sentimento que se propunha ser coletivo pela união dos anseios de seus atores, delimitada em um tempo e um espaço histórico. (BENCOSTTA, 2004).

Ao buscar a identidade e a intencionalidade dos desfiles, permeadas por valores e signos que foram pensados pela equipe do Jardim em consonância com o momento político e que foram agregados à sua identidade histórica, acredito ser inegável considerar a representatividade desses eventos para a sociedade tobiense e em tese a oportunidade da instituição se evidenciar e mostrar os valores transmitidos desde a mais tenra idade. Tais eventos serviram, inclusive, de palcos às aparições públicas, para manifestações populares, e como uma prestação de contas pelos serviços que a escola prestava à população infantil.

Ao se referir aos desfiles como acontecimentos coletivos, permeado por normas e valores a serem agregados à formação, Bencostta (2004) assim expõe: “[...] Esses desfiles foram acontecimentos coletivos bastante especiais, que demonstravam uma certa organização, visto que foram visivelmente elaborados de acordo com normas próprias a cada uma das datas cívicas”. E assim acrescenta: “[...] Por estarem no âmago do calendário escolar, os desfiles não se revelaram como uma mera descontinuidade do tempo da escola, mas intercalados por ele, tornando necessário reunir o empenho e os sentimentos de adesão de alunos e professores.” (BENCOSTTA, 2004, p. 2).

Figura 12 – Pelotão de frente do primeiro desfile cívico (1970)



Fonte: Acervo particular de Antônio de Souza Ramos.

Ao observar o registro fotográfico percebo a mobilização que esse evento trazia ao cotidiano da cidade. Na imagem pode-se notar a grande movimentação na rua, o que reafirma as narrativas dos entrevistados sobre o quanto esses desfiles mobilizavam a comunidade para além dos pais dos alunos e a equipe docente da instituição. Ao adentrar neste universo percebo que os professores construíram um modo próprio, uma cultura própria que se perpetuou e que ainda hoje se evidencia nas práticas escolares do Jardim de Infância, tendo em vista que essas práticas ainda se constituem em atividades do calendário da escola.

Ainda em relação aos eventos, Valdomira Souza Santos rememora todo o auxílio prestado pela prefeitura municipal, inclusive disponibilizando seus funcionários para a construção do “arraia”⁴¹ para as festas juninas. O festejo movimentava toda a escola e sociedade. “[...] os pais caprichavam mesmo, era cada vestido mais bonito que o outro”, também nos revela a professora Jocilene Maria de Jesus. As festas juninas do Jardim de Infância Joana Ramos trouxeram ao calendário da cidade o cortejo de carroças, que percorria suas principais ruas. Outra peculiaridade era a procura dos fotógrafos da cidade por informações a respeito desses eventos, pois era o momento destes profissionais aumentarem a sua renda. Raimundo de Oliveira Silva (2014), fotógrafo da época, relembra: “[...] no ano de 1970 eu comecei a fotografar, tirei as primeiras fotos do Jardim [...] eu fotografei muito em monóculo e em fotografia logo nos primeiros anos”.

Também muito comemorada era a semana alusiva ao Dia das Crianças. No encerramento das atividades dessa semana havia o desfile alegórico, as fantasias eram pensadas pelas professoras. Cada família poderia escolher a que estivesse dentro das suas condições financeiras ou expectativas, “era cada uma mais bonita que a outra”, lembra a professora Jocilene Maria de Jesus (2014). Nesse dia, mais uma vez as crianças eram levadas para desfilar pelas ruas da cidade atraindo os olhares da população e da sociedade.

⁴¹ Local em que acontecem as comemorações dos festejos juninos, normalmente decorados com palhas e bandeirolas de maneira a imitar as antigas vilas do interior.

Figura 13 – Desfile em comemoração ao Dia das Crianças (1970)



Fonte: Acervo particular Jocilene Maria de Jesus.

Tais práticas revelam os modos de ensinar da instituição. Na medida em que erigiram símbolos e valores, estas apresentações contribuíram para a criação da identidade histórica da escola. Esta compreensão é assegurada por Magalhães (2004), pois segundo o autor:

A instituição educativa apresenta uma identidade que não varia significativamente com as circunstâncias geográficas ou com as circunstâncias históricas. É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa, e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem a sua própria identidade histórica. (MAGALHÃES, 2004, p. 68).

Essas relações com o público e com a realidade envolvente me fizeram investigar as atividades desenvolvidas no recreio e como elas estavam revestidas de toda uma simbologia. Antes de saírem para o pátio os alunos eram postos em fila e direcionados aos lavatórios, antes do lanche todos deveriam lavar as mãos, só depois desta atividade faziam a refeição. A professora Benedita Souza Santos (2014) também faz uma consideração a essa atividade, pois “[...] ao final era feita uma oração onde todos agradeciam o alimento.” Ainda sobre o recreio,

Jocilene Maria de Jesus (2014) nos relata: “[...] era muito participativo, cada um ficava com a sua turma”.

As vozes me levam a acreditar que o recreio era utilizado também como instrumento onde os modos de educar e os padrões de civilidade eram difundidos. Outro aspecto relatado em depoimento foi a ideologia da fé católica, introduzida no cotidiano da escola por meio das orações ao final do lanche ou no início das aulas e ainda nas visitas que o Monsenhor José de Souza (padre local) fazia à instituição. Sobre isso, relembra a diretora Valdomira:

Padre Souza não podia celebrar missa porque eles não entendiam nada, mas Padre Souza palestrava com eles, uma conversa encaminhada para amar a Deus, Jesus [...] mas os pais que não quisessem não era obrigado não, entendeu? Mas todos queriam um lugar pequeno todo mundo não queria perder momento nenhum. [...] Padre Souza visitava muito. (Valdomira Souza Santos, 2014).

A história aqui contada me fez buscar documentos oficiais que elucidassem alguns questionamentos que fui construindo ao longo da investigação: como uma escola de educação infantil, alicerçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4024/61, que apesar de prever a oferta da educação infantil, não trazia maiores esclarecimentos a respeito das finalidades dessa fase de ensino, estruturou seu funcionamento? Para responder tal questão é preciso entender a educação como uma prática social enraizada pelo contexto histórico no qual está inserida. Destarte, ancorada nos dispositivos legais que dão sustentação ao seu funcionamento recorro a Magalhães (2004), que sinaliza sobre a necessidade de compreender e explicar a sua realidade histórica. Para este autor, é preciso: “[...] integrá-la [a instituição educativa] de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo e nas circunstâncias históricas implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.” (MAGALHÃES, 2004, p. 133 - 134).

No que tange ao sistema educativo municipal da cidade de Tobias Barreto, estava congregado pelo que as narradoras chamam de “Setor de Educação,” representado por uma sala que funcionava nas dependências da Prefeitura Municipal e que era encarregado basicamente em fazer as matrículas das escolas que funcionavam na zona rural e que não tinham a figura do diretor. Posteriormente esse setor recebeu a denominação de Diretoria de Educação e Cultura, já na gestão subsequente ao mandato de Antônio de Souza Ramos.

Tomo as palavras de Magalhães (2004), buscando entender como se materializou o sistema educativo do município de Tobias Barreto, pois não se tem dados concretos de quando o quadro educacional da cidade começou a se delinear. Ao adentrar na historiografia

da educação do município, encontro nos relatos de Ramos (1999) a afirmação: “[...] Sabe-se com segurança, a partir da memória oral, que em 1910 a educação começou a se expandir e era comum a existência de escolas de primeiras letras funcionando nas residências dos professores”.

A educação no município de Tobias Barreto em seus primórdios caracterizava-se pelo funcionamento em espaços privados, em sua grande maioria na casa de professores. Em que pesem tais considerações, passo a perceber que as informações sobre a História da Educação da cidade são escassas, pairam sobre ela hiatos e lacunas que buscam respostas. Nas minhas buscas por dados e informações sobre o processo educacional da cidade deparei-me com a ausência de estudos sobre a temática, o que reaviva o meu ímpeto de pesquisadora. Para elucidar este contexto educacional busco por informações a respeito de como se materializou o ensino público no Município. Assim, a grande inovação e o que podemos considerar como marco do seu processo educacional foi o ano de 1943, com a inauguração do Grupo Escolar Tobias Barreto, primeira escola estadual com prédio próprio fundado no governo de Augusto Maynard Gomes.

Na época da inauguração do Grupo Escolar Tobias Barreto o município era administrado pelo Prefeito Municipal José Joviniano Filho e oferecia apenas o curso primário. As pessoas que quisessem prosseguir os estudos tinham que se deslocar para Aracaju, Estância e até para o sul da Bahia. Por 25 anos o Grupo Escolar Tobias Barreto foi a única instituição de ensino a oferecer educação primária no município, pois somente no ano de 1968 outra instituição educacional, vinculada também à rede estadual de ensino, foi inaugurada na cidade, trata-se do Grupo Escolar Presidente Castelo Branco. Ainda segundo Ramos (1999), foram criados o Colégio Cenecista Monsenhor Basilício Raposo⁴² no ano de 1959, que segundo a autora funcionou nas dependências do Grupo Escolar Tobias Barreto (1959 – 1969), e o Grupo Escolar João Antônio Cesar, no ano de 1972. No ano de 1977, é criada a primeira escola da rede particular de ensino, o Educandário Nossa Senhora do Carmo que oferecia educação infantil e ensino primário. No que se refere ao ensino de primeiro grau completo (1ª a 8ª séries), somente no ano de 1981 a população em idade escolar tem acesso com a criação da Escola de 1º Grau Abelardo Barreto do Rosário. É possível observar que a atuação do governo municipal na sede da cidade de Tobias Barreto foi inaugurada com o atendimento à educação infantil.

⁴² Instituição vinculada à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

Tal análise consolida o Jardim de Infância Joana Ramos, instituição que atravessa mais de quatro décadas de funcionamento, contribuindo com a formação da população em idade pré-escolar do município. Ao trilhar por estes caminhos, me surpreendo mais uma vez ao me debruçar sobre as fontes e descobrir que o JIJR não só inaugura o atendimento educacional para crianças de 3 a 6 anos como também materializa a atuação educacional municipal na zona urbana da cidade.

O cenário educacional dos jardins de infância, especialmente do Jardim de Infância Joana Ramos, objeto de estudo deste trabalho, contribui de forma significativa com a historiografia sergipana, pois o presente trabalho elucida o processo de materialização e representatividade do referido jardim, uma vez que o seu surgimento ocorre em um período em que o País, e por conseguinte o Estado de Sergipe, vivia sob as rédeas do Regime Militar e o atendimento infantil era limitado, como informa Berger:

O atendimento infantil até meados de 1960 era muito deficiente. Parte das crianças na idade de 4 a 6 anos frequentava instituições pré-escolares, sendo que em um número reduzido as poucas creches existentes. Não havia programas de ampliação propostos pelo Estado, que respondia somente às demandas isoladas por meio de orientações e uniformização de atendimento (BERGER, 2012, p. 49).

Ao visualizar o JIJR como parte de um todo dentro de um sistema educativo, que envolve outras escolas, há que se considerar que sua identidade se faz mediante um modelo educacional de atendimento de crianças de 3 a 6 anos que não existia na cidade de Tobias Barreto. Esse modelo por sua vez seguia os mesmos moldes do Augusto Maynard que, por conseguinte, seguia o modelo de uma legislação nacional. No que concerne ao Jardim de Infância Augusto Maynard, observo que o mesmo foi criado no período de interventoria, enquanto o Joana Ramos foi criado no regime militar. Apesar de historicamente tais instituições não estarem linearmente interligadas, elas têm um ritmo próprio, no primeiro estiveram presentes os preceitos higienistas, eugênicos e no segundo os preceitos militares, como já trabalhado nas páginas anteriores.

Com relação ao Jardim de Infância Augusto Maynard, seus ideais e as suas práticas educativas foram referência para o Joana Ramos. Leal assim relata sobre sua influência:

A implantação do Jardim teve influência de um novo entendimento educacional, que implantou o surgimento e aprimoramento das instituições escolares. Trata-se das transformações ocorridas no período republicano, quando os princípios políticos, morais e sociais vigentes adequavam-se aos

moldes do ensino e, conseqüentemente, ao atendimento nas instituições de educação da infância brasileira. (LEAL, 2012, p. 84).

As professoras, cientes da sua função de preparar os alunos para o ingresso no ensino primário, utilizavam-se de estratégias tais como a utilização de método próprio para iniciar o processo de alfabetização e para despertar a consciência do aprender no aluno. Esta característica também estava presente no Jardim de Infância Augusto Maynard. A este respeito Leal (2012, p. 86) assegura: “A criação do Jardim de Infância em Sergipe representou solidamente a preparação da criança para a instrução primária, para o ingresso na 1ª série dos grupos escolares. Até então não havia instituições pré-escolares com esta finalidade”.

Por certo esse modelo preparatório para a escola primária foi respeitado nos ideais do JIJR, tal afirmativa pode ser percebida nas entrelinhas das memórias das professoras aqui entrevistadas, sendo possível intuir os movimentos de constituição do processo educacional dessa instituição e a sua forma de organização, o que me fez chegar a um maior entendimento da sua identidade educacional divulgada pelas práticas dos educadores que foram entrevistados, personagens importantes nesta construção. Assim, conforme Magalhães (2004), entendo que “[...] a história de uma instituição educativa traduz-se na construção de uma identidade cultural e educacional que resulta da articulação do itinerário histórico com o modelo educacional”. (MAGALHÃES, 2004, p. 147).

O Jardim de Infância Joana Ramos representou para os pais que a ele confiavam seus filhos a oportunidade de atendimento educacional onde o brincar e o educar estavam associados aos ideais educacionais. Por ser a única escola de educação infantil atraiu inicialmente a uma classe financeira privilegiada da população, em suas turmas estavam os filhos dos grandes comerciantes locais, dos políticos, dos fazendeiros e de professoras que representavam a elite da população tobiense naquele momento. Foi possível perceber pelos depoimentos mencionados neste trabalho que a criação do Jardim de Infância Joana Ramos modificou os hábitos da população infantil e das suas famílias, pois deixou-se, a partir do momento da sua criação, de iniciar a vida escolar somente ao ingressar na primeira série do ensino primário, passando a familiarizar-se com o universo escolar nos primeiros anos de vida.

Ao adentrar no universo da pesquisa e escolher o Jardim de Infância Joana Ramos como objeto para este trabalho, me deparei com o desejo de um político que queria homenagear sua mãe com um feito de destaque, seguindo a tendência do personalismo público e que, segundo Graça (2000), “[...] reflete tão-somente a admiração ou ligação

afetivo-existencial (relação de parentesco) do governante ou da autoridade com o homenageado”. (GRAÇA, 2000 p. 27). Um projeto que nascia com o desejo de ser e “fazer algo de inesperado, que ninguém havia feito antes”, como revelou o Sr. Antônio de Souza Ramos. Seu idealizador foi criterioso nos detalhes para a construção do seu Jardim, tomou, ele mesmo, conta da obra, sugeria, verificava, e não foi diferente depois da construção, fazia questão de participar de todos os eventos, e disponibilizava recursos materiais da prefeitura para o que fosse necessário. Seu cuidado com a instituição era tamanho que nos revela possuir, à época, uma chave da escola e que tinha acesso livre ao seu interior.

O caráter inovador do Jardim de Infância Joana Ramos residiu não somente no fato de ser um dos poucos do Estado, mas principalmente pelo que representou para a população local e como a sua existência criou um novo modelo pedagógico. A sua implantação e consolidação como instituição educativa dentro do cenário local atravessa décadas de funcionamento e por certo suas práticas serviram de inspiração para os que seguiram seus passos no atendimento infantil.

SEÇÃO 4 – ENTRE O SONHO E A REALIDADE SIMBÓLICA: A HERMENÊUTICA DO JARDIM DE INFÂNCIA JOANA RAMOS

A realidade histórica, como a realidade educativa, apresenta-se, no plano epistêmico e da ação, sob a modalidade de processo, a que correspondem um modo de produção, um produto (um resíduo) e um prolongamento. O modo de produção, reportando-se à materialidade em sentido amplo, está documentado nas tradições, nos registros escritos e nas ações, pelo que apresenta uma temporalidade e uma organicidade que o convertem em categoria historiável, enquanto o produto, residual e/ou prolongamento da relação didático-pedagógica, se transforma em objeto epistêmico, com recurso a um quadro interdisciplinar, incluindo, especialmente, a etologia, a etnografia e a arqueologia. A etnografia (bem como a etnologia) permite uma aproximação às formas de acesso, circulação e uso dos meios materiais, com base nos espólios museológicos, enquanto o recurso à arqueologia permite uma reconstrução das culturas material e simbólica, a partir dos artefatos didático-pedagógicos. (MAGALHÃES, 2004, p. 113).

A realidade histórica de uma instituição educativa é processo contínuo que reverbera em sua materialidade, produto e, conseqüentemente, no seu “prolongamento”. Documentadas nas suas tradições, as instituições educativas permitem, a nós pesquisadores, captar as fontes e transformar as memórias em produto historiável. Do ponto de vista das ideias e das práticas, a organicidade que converte o JIJR em categoria historiável está relacionada às culturas que se produziram e processaram no seu interior e na inter-relação dos vários sujeitos no cotidiano escolar desta instituição.

Neste sentido, procuro, nesta seção, compreender o JIJR enquanto instituição produtora de cultura e de práticas e qual sua representação para a sociedade tobiense, o que me levou à compreensão da sua individualidade, dentro do panorama local. Entender a sua materialidade pelo entrelaçamento das vozes e dos documentos constituídos, pelos processos que são materiais e de representação, a fim de erigir uma historiografia que explique melhor os fenômenos e a sua realidade educativa, premida de descrição e explicação dentro de um contexto, pois, como sugere Magalhães (2004):

Na relação entre análise institucional e história das instituições escolares e das práticas educativas podem verificar-se indefinições, cuja explicitação é um desafio ao aprofundamento da análise, pois, pela sua especificidade, a

instituição não corresponde a uma extensão ou a uma aplicação direta da matriz conceitual e metodológica da análise institucional. Deste modo, há na história das instituições escolares e das práticas educativas uma sensibilidade à divergência no âmbito da cultura escolar, apesar do reconhecimento da integração institucional de saberes e de saber-fazer, e da extensão à realidade sistêmica. No entanto, só uma hermenêutica complexa, crítica, aberta, quanto aos critérios, aos atributos e aos quadros temporais, permite integrar as apropriações subjetivas, construir identidades, valorizar os contextos, geográficos, sociais, culturais. (MAGALHÃES, 2004, p. 113).

Inspirada nos escritos de Magalhães (2004), passo a ensaiar a hermenêutica dos fatos que levaram o JIJR a constituir-se como uma instituição escolar dentro dos quadros temporais, geográficos, sociais e culturais que o delinearam na década de 1960. Esta busca me possibilitou enveredar pelo universo deste Jardim e compreendê-lo como portador de uma cultura escolar própria, embora atendesse aos parâmetros educativos aplicados ao tipo de instituição. No movimento de percepção em que procuro a divergência dos fatos, analisando-o envolto a uma realidade sistêmica e circundante, encontro os diferentes elementos que constituíram o seu cotidiano escolar, as práticas ligadas ao tempo e ao espaço ocupado por essa instituição de educação infantil e que possibilitaram a modelagem de comportamentos e valores, produzindo, assim, uma cultura própria entendida aqui à luz do que nos aponta Faria Filho (2007):

[...] a cultura escolar entendida como a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares. (FARIA FILHO, 2007, p. 193).

O sentido atribuído à cultura escolar, a partir do que apresenta Faria Filho (2007), me possibilita compreender os processos, os sujeitos e os lugares sociais ocupados por estes indivíduos, inserindo-os como parte integrante e determinante da cultura escolar e de uma cultura infantil promovida pelo JIJR. Julia (2001) também corrobora com esta ideia e a partir dos seus escritos compreendo que:

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos carregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores [...] Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (JULIA, 2001, p. 10-11).

Tal reflexão me ajuda a compreender o espaço escolar do JIJR a partir da sua singularidade e tal qual Alice mergulho no seu interior tentando abarcar as sinuosidades, os acontecimentos, o seu espaço e o seu funcionamento interno, a fim de compreender a sua cultura escolar. Para elucidar melhor o surgimento de uma escola de educação infantil no interior do Estado de Sergipe, numa cidade distante 127 km da capital Aracaju, busco entender o tempo e as intencionalidades, o panorama político e educacional na década de 1960, época em que o Brasil estava sob as regras e normas impostas pelo Regime Militar. Sergipe e em especial a cidade de Tobias Barreto não ficaram imunes aos reflexos de tal tutela, período de repressão no País. Horta (1994) me fez entender que no referido tempo a educação serviu como arma de práticas modeladoras de conduta, de comportamentos e de valores, servindo como instrumentos de controle social.

Ao recorrer aos escritos de Magalhães (2004), percebo que a educação se constitui como meio para legitimação de uma cultura, pois para o referido autor: “[...] A escola apresenta-se como lugar e instância legitimada para a instrução e a formação, definindo-se a cultura escolar como representação e base de uma intelecção da realidade e de uma preparação e mobilização nos planos produtivo, cognitivo, cívico e de humanidade.” (MAGALHÃES, 2004, p. 122). Passo a entender, assim, que a escolarização serviria como instrumento para internalização de valores, lugar de produção e reprodução de conhecimento, selecionados e validados. Há que se observar, no entanto, o jogo de relações, os planos produtivos entre os interesses e as normas a serem interpretadas. Nesta seara, entender a importância das instituições escolares, a partir dos escritos de Magalhães (2004), me fez adentrar nos meandros da história do município de Tobias Barreto nos anos de 1960, *lócus* em que o Jardim de Infância foi criado.

Apoiada no supracitado autor, entendo o município como “[...] entidade histórica formada por um território, uma população, uma economia, uma tradição, uma cultura”. (MAGALHÃES, 2014, p. 299). Sendo assim, com o desígnio de historiografar o que acontecia no município de Tobias Barreto, neste momento recorro mais uma vez à metodologia da História Oral tentando reavivar nos sujeitos que ali viveram as reminiscências das lembranças e memórias através das fotografias, das festas, dos relatos e das tantas outras formas de rememorar um tempo, um lugar e o passado de uma cidade e de seus moradores, uma vez que entender as especificidades e as singularidades locais, regionais e institucionais foi desafiante e tornou-se imprescindível para este trabalho. Ressalto que não há uma

historiografia desse período e que os relatos orais tornaram-se documentos que mediam a rememoração do passado, dos fatos, acontecimentos, tempos e lugares vividos por mim e por outros sujeitos que lá estiveram. Assim, foi juntando os fragmentos das lembranças que se tornou possível erigir pelo “ouvir contar” a história da educação deste município, para isso foi necessário entender, ancorada nos escritos de Julia (2001), que “[...] o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira” (JULIA, 2001, p. 17).

O município de Tobias Barreto vivia um processo de profundas mudanças, reflexo do que acontecia no País, eram tempos de movimentos musicais em que a discoteca e o tropicalismo tomavam as emissoras de rádio e os bailes, que segundo Nascimento (2002) aconteciam “[...] em um dos dois clubes existentes na cidade, o Clube Recreativo Sede e a Associação Atlética, porém o integrante de um partido não poderia frequentar o clube do seu adversário político.” (NASCIMENTO, 2002, p. 34). Segundo Antônio de Souza Ramos, “nem passar na porta”. As disputas políticas entre os dois partidos da cidade, a “Arena I”⁴³ e a “Arena II”⁴⁴, era temática que pairava nas rodas de conversas nas calçadas ou nos bancos da praça da matriz “[...] onde os grupos se reuniam para colocar o papo em dia e saborear os doces de Sinhá Preta, doceira conhecida na cidade por suas tão famosas histórias e guloseimas.” (NASCIMENTO, 2002, p. 34). As eleições do ano de 1967 foram pauta dessas conversas, principalmente por ser a primeira vez que se elegeria um candidato por voto popular. Até então os prefeitos eram empossados por nomeação, normalmente por indicação de líderes políticos e sem a participação popular.

Antônio de Souza Ramos, então candidato, pretendendo eleger-se prefeito, propôs ao grupo opositor, liderado por Chico Menezes⁴⁵, que o candidato do Partido Republicano, Braz Melo Costa, fosse seu vice-prefeito e que nesse momento o município lançasse uma chapa única nas eleições, sendo necessário atingir apenas 50% mais um dos votos válidos. E ao rememorar sobre tais fatos, esclarece: “Eu já tinha me aproximado de Chico Menezes que era inimigo político meu e de meu pai. O fim da Revolução de 1964 nos uniu, aí eu convidei Dr. Braz para compor a chapa e ele aceitou”. Fala referindo-se ao então opositor e ao golpe de Estado, ocorrido no Brasil, que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart. Ao analisar tal declaração encontro indícios de que Antônio de Souza Ramos encontrou terreno propício para ser candidato único, uma vez que o então candidato pelo Partido Republicano, Braz Melo Costa, teria se lançado na política para atender a um pedido

⁴³ União Democrática Nacional (UDN).

⁴⁴ Partido Republicano (PR).

⁴⁵ Francisco Sales de Menezes, chefe político do Partido Republicano, foi nomeado prefeito em 12 de março de 1945.

do seu compadre, o vereador José Bispo dos Santos, conhecido por todos na cidade como Alfeu da Farmácia. Dr. Braz, como era conhecido por ser o único engenheiro civil da cidade, não tinha pretensões políticas, uma vez que preferia dedicar-se ao cargo de chefe do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS) e aos seus estabelecimentos comerciais que lhe deram popularidade na cidade, uma vez que foi o primeiro comerciante a vender em regime de crediário.

Economicamente a cidade também vivia um momento promissor, a hoje conhecida Capital dos Bordados ganhava fama que movimentava o comércio local, os bordados e costuras de cama, mesa e banho tomavam espaço junto aos produtos de couro e atraíam a vinda de pessoas de diferentes localidades que visitavam o município em busca dos seus rechilieus⁴⁶ e de tantos outros bordados vendidos na feira livre e nos estabelecimentos comerciais que começavam a surgir. Era na loja de Dr. Braz que as costureiras locais adquiriam as máquinas de costura Elgin utilizadas nas confecções das peças vendidas na feira. É neste cenário que Antônio de Souza Ramos assume a prefeitura municipal em 30 de março de 1967, idealizando aquela que ele afirma ser a “melhor das suas obras”.

O município de Tobias Barreto, principal núcleo urbano da microrregião do Sertão do Rio Real⁴⁷, tinha nessa época, segundo os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴⁸, uma população estimada em 21.192 habitantes. No ano de 1970 a cidade alcançou o número de 24.923 habitantes, sendo que destes 6.725 estavam fixados na zona urbana e 18.171 na zona rural do município. No que tange aos aspectos socioculturais, as festas religiosas representavam as datas de maior destaque, dentre elas o dia 15 de agosto, festa alusiva à Nossa Senhora Imperatriz de Campos, padroeira da cidade, e a festa de Santos Reis, comemorada no dia 6 de janeiro, ambas de credos católicos, assim como a maioria da população do município à época. Tais aspectos são balizadores de uma memória local, uma vez que o lugar é revelador dos costumes e das tradições do seu povo, que me ajudam a entender o tempo e o espaço ocupado pelo JIJR e a historiografar a educação infantil no município.

⁴⁶ Bordado vasado, com desenhos de figuras, como flores e folhas, são contornados por meio de um ponto de casear.

⁴⁷ Fazem parte também da microrregião do Sertão do Rio Real as cidades de Cristinápolis, Poço Verde e Tomar do Geru.

⁴⁸ Pesquisa realizada no site do IBGE cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280740&search=sergipe|tobias-barreto>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

4.1 O tempo, o espaço e as práticas do Jardim de Infância Joana Ramos

Para entender o JIJR no seu tempo e espaço e identificar as práticas produzidas no seu espaço escolar recorri ao passado e às memórias daqueles que lá estiveram, tendo na escuta dos entrevistados uma das muitas versões da história aqui contada. As narrativas, entendidas ao longo deste trabalho como o ato de dar a ver e ler, seguem um movimento entre o passado e as escolhas do que ficou registrado nas lembranças de cada indivíduo a partir do presente. Assim, o que foi captado é o entrelaçamento de combinações fruto dos olhares particulares, distintos, das versões validadas por aqueles que passaram por seus bancos e guardam essas lembranças como elos do passado, memória do vivido que alimenta a história desta instituição de ensino e que me possibilitou estabelecer mediações ente o geral e particular. Assim, apoiada em Magalhães (2004), compreendo tal instituição como portadora de uma memória e de memórias, pois para este autor:

As instituições educativas, como as pessoas são portadoras de uma memória e de memórias. Essas memórias-representação, frequentemente assentes na transmissão oral, revelam-se fixistas, cíclicas, fruto de olhares particulares e consubstanciam-se em relatos dispersos, memórias factuais e justificativas de destinos de vida marcadas não raro por arbítrios e exageros de vária ordem. (MAGALHÃES, 2004, p. 127).

Nora (1993), como que preconizando Magalhães, assim afirma:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenómeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9).

Na procura pelas memórias e pelos olhares particulares, os elos vividos num eterno presente, volto ao JIJR inspirada em Alice, que ao chegar ao País das Maravilhas, apesar de

sentir-se surpreendida com tudo o que via aquele cenário era de alguma forma familiar. Foi assim que me senti ao visitar o JIJR, enquanto pesquisadora sabia o que fui buscar e o porquê de estar ali, porém fui tomada pela magia e pela nostalgia daquele cenário que me fez mergulhar no meu passado mais uma vez. Ao adentrar no espaço percebi poucas alterações no ambiente físico, algumas salas que tinham uma dimensão maior foram divididas ampliando o seu número, o piso continua o mesmo, um mosaico quadriculado em tons amarelo e grená agora desbotado pelo tempo.

Era nestes ambientes que se desenvolviam as atividades e o currículo escolar. Nas atividades não tínhamos disciplinas específicas, mas os conteúdos ligados à linguagem, matemática, ciências, história eram desenvolvidos, inclusive, utilizando as datas comemorativas – como Dia da Árvore, Dia da Bandeira, Dia do Soldado, Independência do Brasil, Dia do Folclore – como elementos para o desenvolvimento dos conteúdos previstos no roteiro a ser desenvolvido e conforme planejamento feito pelas docentes. Já evidenciados nas entrevistas, esses conteúdos e sua materialidade foram produtores de experiências sociais e culturais que alunos e professores compartilharam no cotidiano da sala de aula e dos espaços institucionais que configuraram e moldaram comportamentos, culturas, hábitos e rituais conservados e reproduzidos por essa instituição, a exemplo dos passeios, das práticas de higiene e dos preceitos religiosos propagados pela instituição e rememorados pelos alunos Afrânio Amado dos Reis e Antônio Nery do Nascimento Junior.

Ainda em relação ao que deveria ser ministrado às crianças, destaca-se que a educação pré-primária estava amparada pela LDB 4024/61 estruturada em escolas maternais e jardins de infância, destinados às crianças menores de sete anos, porém a referida Lei não mencionava um currículo, linhas norteadoras ou finalidades educativas. Não havia avaliações, elas não foram rememoradas nem por alunos, nem por professores. As atividades feitas em sala eram guardadas e ao final de cada semestre eram entregues como atestado de tudo o que era desenvolvido pela escola. Nas minhas memórias de aluna lembro em especial de um semestre em que recebemos essas atividades dentro de um bocapiu, uma bolsa feita de palha muito tradicional nas feiras de interior. Após a quadrilha junina fomos organizados por turma e cada professor responsável fez a entrega das sacolas. Eu mostrava essas atividades a todos que chegavam em minha casa e percebo, hoje, que aquelas atividades, produto das aulas, de alguma forma se materializam como em resíduos de um saber institucionalizado.

Estavam na bolsa como espólio museológico do JIJR as atividades de coordenação motora, na maioria linhas retas ou curvas pontilhadas que deveriam ser cobertas, as pinturas

feitas com giz de cera e que tinham na maioria das vezes a função de apresentar as formas geométricas como círculos, quadrados, retângulos, ou, ainda, as datas festivas em que pintávamos os personagens que estavam sendo homenageados, números e letras que eram preenchidos com bolinhas de papel crepom ou com pedaços de papel camurça. Algumas vezes fazíamos colagens com grãos, a exemplo de milho e feijão, as atividades de recorte e colagem também compunham o compilado de atividades que testemunham a prática pedagógica deste estabelecimento de ensino, revelando-se monumentos e experiências simbólicas constituídos no cotidiano dessa instituição.

Ao continuar o percurso pela escola percebo que o mobiliário já é outro, composto por carteiras individuais diferentes do início das atividades do Jardim, quando as mesinhas eram compartilhadas por até quatro crianças. O corredor que percorríamos até o pátio, onde aconteciam as atividades do recreio e das apresentações festivas, também estava lá. Era este o espaço utilizado nas comemorações e atividades sociais da escola, *lócus* que serviu para exposição dos comportamentos e condutas de docentes e alunos que davam crédito à escola. Ao lembrar sobre o espaço físico da escola, Afrânio Amado dos Reis, aluno no ano de 1970, expõe:

Lembro dos eventos que tinham no pátio. Existia até um palco com cortinas e tudo. Daí tinham as peças teatrais, principalmente no Dia das Mães, Pais e Natal. Participava sempre encenando ou recitando poesias. No grande dia todos os pais eram convidados como também a sociedade. Era uma festa para a cidade. Era o lugar que mais me agradava, onde realizavam as atividades recreativas e artísticas. (Afrânio Amado dos Reis, 2015).

A fala do ex-aluno evidencia as práticas da instituição e como as mesmas serviam de cartão postal para a escola. Tratava-se de uma forma de prestação de contas à sociedade e que por certo também enaltecia os feitos daqueles que lá estavam. Percorrer o interior da escola novamente trouxe a nostalgia de quem, por vezes, repetiu aquele mesmo trajeto, hoje com um sentimento diferente, não tão eufórico como o de anos atrás, mas sim com certa saudade de um Jardim de Infância que tem outras feições, por certo por eu não ser mais uma criança. No pátio já não existem mais os canteiros onde gostava de me equilibrar, o espaço que servia de palco para as apresentações artísticas hoje se transformou na sala da direção da escola, os vitrôs que me fascinavam com a sua luminosidade sofreram com a ação dos quase 46 anos de existência. Já não se encontra a Branca de Neve e os Sete Anões na área interna. No portão que dá acesso à escola senti a falta de Zé e da velha frase “chegou fia de Fonsinho!”.

Era no portão, esse ainda do mesmo modo, que ficávamos junto com as professoras à espera das nossas mães. Esse era o momento em que as brincadeiras corriam sem a formalidade da orientação das professoras. Ficávamos livres para cantar, escolher as brincadeiras, compartilhar os brinquedos trazidos de casa, brincar com o resto de massinha de modelar dado pela professora, ou ainda, simplesmente, observar os grupos de crianças que se formavam. Era o momento da espera pela volta para casa. Hoje percebo que as práticas incutidas pelas professoras também se revelavam nessa ocasião, pois repetíamos os comportamentos e condutas impostos em sala de aula e que de alguma forma também se materializavam como espólio, indícios e artefatos das práticas educativas dessa instituição que revelam não somente o poder disciplinador das professoras e do ambiente escolar, mas também como crianças que tinham a mesma educação escolar podiam se comportar de maneiras distintas. Isso pode significar, dentre outros aspectos, que a educação familiar e os supostos determinismos biológico e social são elementos que devem ser considerados em análise comportamental. Depois de certo tempo, quando o fluxo de crianças começava a diminuir, ficava com a expectativa e o medo de ser esquecida por minha mãe, achava que se isso acontecesse dormiria sozinha na escola, e olhe que isso um dia quase aconteceu. Quando Zé tomou a iniciativa de me conduzir até minha casa minha mãe apareceu no portão, um misto de alegria e alívio me levou às lágrimas.

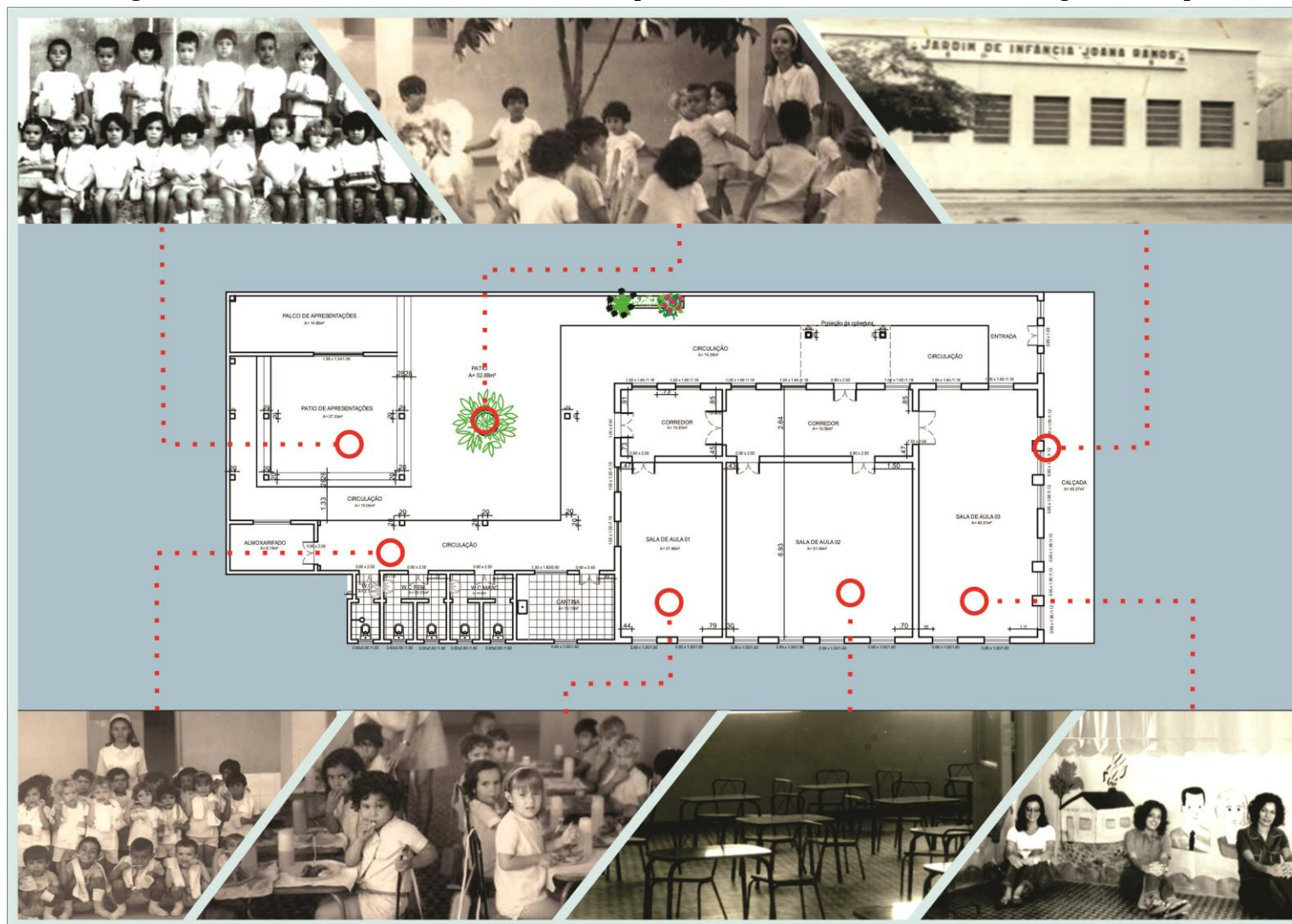
E assim, entre uma lembrança e outra como um prolongamento da educação recebida na instituição, vou compondo o País das Maravilhas, o que se nivela ora pelos processos de criação e manutenção ora pelo produto, mas ambos pela via dos registros fotográficos e com a contribuição da memória daqueles que lá estiveram. Assim, pude compor o projeto arquitetônico da escola, suas salas de aula, o corredor, o pátio, o palco na área externa, os vitrôs que me encantavam tanto e que circulavam todas as salas ajudando na iluminação e ventilação dos espaços. E assim, a partir das fontes, o dou a ver. Faço uso das imagens da planta da escola ilustrada a partir das fotografias e das memórias e assim apresento o JIJR como as lembranças me apresentam. Entendendo a partir das leituras de Magalhães (2004), que tal instituição foi integrada à paisagem física e humana da cidade de Tobias Barreto. À luz de Antonio Viñao Frago (2001), há que se compreender que:

O território e o lugar são, pois, duas realidades individuais e grupalmente construídas. São, tanto num quanto no outro caso, uma construção social. Resulta disso que o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam. O espaço

comunica; mostra, a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo. Um emprego que varia em cada cultura; que é um produto cultural específico, que diz respeito não só as relações interpessoais – distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder –, mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos – localização e posturas –, à sua hierarquia e relações. (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 64).

É necessário perceber a atividade humana do JIJR e sua dimensão espacial não apenas como uma simples configuração arquitetônica, mas como instituição que demarca um território, uma vez que sua posição estratégica, na avenida mais importante da cidade, traz consigo, por certo, uma intencionalidade. A partir dos escritos de Viñao Frago (2001), considero que a distribuição de professores, alunos e funcionários, dos objetos, do mobiliário, especialmente escolhido para atender às crianças em idade pré-escolar, e a organização dos ambientes não ocorreu de forma casual, pois havia uma intencionalidade: a pretensão de ter no JIJR um cartão-postal das ações do governo municipal. Isso posto, para entender o território e o lugar do JIJR há que se considerar a sua construção social que passa, necessariamente, por sua configuração arquitetônica, considerando que estava localizado na Avenida 7 de Junho.

Figura 14 – Planta Baixa do JIJR reconstruída a partir dos relatos orais e do uso de fotografias da época



Elaborado por Monielle Hipólito da Silva e Marcelo Almeida Santana

Atentar para a representação gráfica do JIJR, construída a partir da atual configuração e das memórias de quem um dia lá esteve, me apresenta um projeto educacional fruto do desejo do político que inaugura o atendimento educacional municipal na zona urbana da cidade de Tobias Barreto⁴⁹ e revela seus espaços, sua estrutura arquitetônica, conferindo à instituição um aspecto da sua identidade cultural e educacional. O casarão que se transforma na primeira escola de educação infantil reconfigura a paisagem da Avenida 7 de Junho e vai ao encontro do que fora destacado por Magalhães (2004), pois segundo ele:

Quanto aos espaços e estrutura arquitetônica dos edifícios, há instituições educativas que resultam de projetos arquitetônicos de origem e instituições escolares e educativas instaladas em prédios adaptados. Numa e noutra dessas circunstâncias, não podem deixar de ser considerados aspectos como localização, projeção e plano arquitetônico, processo de licenciamento, enquadramento paisagístico e urbanístico e tipo de construção, organização dos espaços, estado de conservação, adaptações arquitetônicas e espaciais. (MAGALHÃES, 2004, p. 142).

Entender a arquitetura escolar, sua estrutura arquitetônica dentro do enquadramento paisagístico da cidade de Tobias Barreto, me possibilitou compreender a identidade cultural dessa instituição e a sua “multidimensionalidade” analisando o modo como o público se apropria e se relaciona com o seu cotidiano escolar. Tais evidências foram ressaltadas nas narrativas de Antônio de Souza Ramos, ao se referir ao “Casarão de Tomé”, ou ainda na fala da diretora Valdomira Souza Santos, ao ressaltar a localização do Jardim na avenida mais importante do município. Foi assim que foi representado o JIJR. Como já sentenciado, a estrutura da “Casa Grande”, como também era conhecido, foi reformada e adaptada. . Quando questionado sobre como definiu os espaços, o Sr. Antônio de Souza Ramos sentencia: “Tudo da minha cabeça”. A revelação traz inquietação tendo em vista que seu vice, durante o mandato de prefeito, Braz Melo Costa era Engenheiro Civil, o único da cidade, e poderia ter contribuído com a reestruturação do espaço. Sobre este aspecto Antônio de Souza Ramos pouco esclarece. Teria havido alguma desavença político-partidária? A narrativa de Antônio de Souza Ramos evidencia todo o processo de adequação do espaço do antigo casarão e em tom imponente revela: “Fiscalizava tudo pessoalmente, conduzia a obra e supervisionava cada avanço” (Antônio de Souza Ramos, 2014).

Os edifícios escolares por certo mudam o cenário urbano, normalmente são erguidos em espaços centrais servindo de “postal” para os feitos políticos. Antônio de Souza Ramos de

⁴⁹ O processo de institucionalização do ensino na cidade de Tobias Barreto teve início com a criação do Grupo Escolar Tobias Barreto no ano de 1943.

fato gostava de vincular a imagem da sua gestão de prefeito com a do político empreendedor e por vezes faz questão de pontuar: “eu mudei a cara da cidade,” “transformei a cidade”, e por certo talvez fosse essa a maior motivação para que cuidasse de tudo pessoalmente. Paralelamente a tais indícios, Antônio de Souza Ramos tinha outras pretensões políticas, queria se firmar como líder local e alçar outros cargos políticos. No registro fotográfico encontra-se ao fundo da imagem Antônio de Souza Ramos percorrendo a área externa, que corrobora com a sua narrativa.

Figura 15 – Obras do Jardim de Infância Joana Ramos (1969)



Fonte: Acervo particular de Antônio de Souza Ramos.

No espaço físico das salas ficava disposto o alfabeto, as atividades feitas no decorrer do dia eram expostas em uma espécie de varal. Ao visitar as instalações escolares e aproveitar o momento para reavivar as lembranças, lá estavam, assim como antes, o alfabeto, as músicas cantadas e que ainda fazem parte do roteiro de atividades, a divisão do tempo entre as aulas e o recreio. Foi uma viagem ao meu passado, mergulhei novamente no cenário da minha infância, me vi naquelas crianças. Este conjunto de elementos e suas peculiaridades dão vida a uma cultura própria, a uma materialidade. Como sugere Magalhães: “[...] as instituições educativas, se transmitem uma cultura – a cultura escolar – não deixam de produzir culturas, cuja especificidade lhes confere uma identidade histórica” (MAGALHÃES, 2004, p. 125).

Figura 16 – Uma das apresentações da área onde ficava o palco (s/d)



Fonte: Acervo particular de Valdomira Souza Santos

À luz de Froebel observo o espaço físico do JIJR, pois este educador foi o precursor dos jardins de infância e a partir dos seus ideais sobre a educação para crianças pequenas percebo que a arquitetura da escola, sua fachada, a área interna, o espaço como um todo de alguma forma materializa e desvela as práticas culturais. Ainda apoiada em Froebel, e na sua ideologia sobre a educação para crianças em idade pré-escolar, encontro a valorização de atividade como o jogo, o canto, as pinturas, a contação de histórias, e, segundo Arce (2002), [...]” residia em guiar, orientar e cultivar nas crianças suas tendências divinas, sua essência humana através do jogo, das ocupações e das atividades livres, tal como Deus faz com as plantas da natureza” (ARCE, 2002, p. 67).

Nas entrevistas com a diretora da escola e com as professoras, realizadas durante o ano de 2014, foi possível evidenciar as práticas ao ar livre, os passeios. Ao rememorar sobre essas atividades a fala da aluna Tereza Juliana também revela: “[...] Lembro de uma atividade realizada na praça da matriz onde nós desenhávamos em cartolina, sentados no chão” (Tereza Juliana Santos Seabra, 2014). Tal narrativa me faz lembrar das minhas experiências enquanto aluna dessa instituição, lembro-me da ida até a Praça, saíamos todos em fila na companhia da professora e por vezes de “Zé”, ao chegar à praça, além das brincadeiras, recebíamos giz e

podíamos riscar o chão, fazendo desenhos, nos arriscando a escrever as letrinhas e números. A narrativa do aluno Afrânio Amado dos Reis também evidencia tais práticas, assim ele rememora:

Lembro que a escola fazia eventos de arte em praça pública, a da matriz. Utilizamos cartolinas tintas e pincéis. Lembro que sempre me destacava. Tinha um dom de combinações de cores. Isso creio que vem devido ao contato direto com uma tia bordadeira que eu passava a tarde inteira admirando-a. Era uma artista. Desenhava, aplicava e bordava, chamava-se Antonieta Siqueira, a tia Tuca. (Afrânio Amado dos Reis, 2015).

A vivacidade desses momentos tão prazerosos para mim e para aqueles que foram entrevistados me faz questionar se assim se fez para os demais, pois entendo, a partir de Bosi (1994), que na memória “fica o que significa” (BOSI, 1994, p. 66). Nas minhas lembranças não ficaram guardados castigos ou qualquer tipo de punição, afinal me esforçava para ser uma aluna exemplar, mesmo sem saber ao certo o que isso significava. Tal fato, porém, não afirma que os mesmos não existissem. A aluna Tereza Juliana assim relata ao relembrar: “[...] lembro de alguns colegas quando eram desobedientes ficavam sentados separados dos outros de frente para a parede” (Tereza Juliana Santos Seabra, 2014). Talvez para esses o outro lado do “País das Maravilhas” tenha se revelado.

As práticas de castigos, apesar de serem proibidas por uma legislação específica, a Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, de alguma forma eram validadas e aconteciam como forma de corrigir comportamentos inadequados, ou como um atributo de poder. Lembro de uma das minhas tias corrigindo um dos meus primos, que também era aluno da instituição, e o indagando: “vou falar com a sua professora”. Tal fala evidencia o processo disciplinar da escola e que de alguma forma era também aceito pelos pais, tendo em vista que, historicamente, a escola foi e ainda é entendida como um espaço de cuidar e educar.

Na fala do aluno Antônio Nery do Nascimento Júnior as práticas de castigo também foram reveladas, ele próprio diz não ter sofrido tais penalidades por ter “estratégias” e assim rememora:

Eu sabia a hora de parar! Geralmente o castigo vem pela desobediência, as pessoas querem ir além do que a professora acabou de pedir: Não faça isso mais não! [...] eu vi muitas vezes ficar em pé, todo mundo sentadinho e ele lá no canto, uma espécie de lugar do pensar. (Antônio Nery do Nascimento Júnior, 2015).

Em contrapartida, não houve nenhuma menção aos castigos nas falas tanto das professoras quanto da direção aqui entrevistadas. Quando questionada sobre tais práticas, Valdomira Souza Santos, diretora da escola à época, informa que os pais eram chamados e orientados sobre o comportamento das crianças e que estes assuntos eram sempre pauta das reuniões de pais. Passo a analisar a partir dos relatos aqui rememorados que tais práticas constituíam-se como um modo de educar que almejava prevenir atos e comportamentos considerados prejudiciais à disciplina imposta pela escola e conseqüentemente para a vida. Ao ponderar sobre tais aspectos, percebo que de fato estávamos rodeados por uma disciplina imposta por horários e padrões previamente estabelecidos. Tínhamos uma sequência de atividades que deveriam ser seguidas: o horário da oração que acontecia sempre para iniciar as aulas, as atividades de sala de aula, o horário do intervalo, seguido pela hora do lanche e das brincadeiras, momento que era encerrado com a fila para lavar as mãos, escovar os dentes e somente após este cerimonial, retornar às salas para as atividades finais. A professora Jocilene rememora tais práticas e assevera: “era importante ensinar os bons modos” (Jocilene Maria de Jesus, 2014).

Entender, através de lembranças e das narrativas das professoras e alunos, toda a subjetividade das práticas e os mecanismos que permearam o ambiente escolar do JIJR reverbera em uma cultura escolar que, segundo Magalhães (2004), representa uma internalidade complexa e identitária, pois para este autor:

A instituição da educação escolar como processo histórico desenvolve-se em várias fases, culminando no momento em que a realidade educativa deixa de ser pensada na ausência do marco escolar e em que a estrutura escolar apresenta uma internalidade complexa e identitária, associada a uma influência determinante na realidade. (MAGALHÃES, 2004. p. 39).

Assim aconteceu no JIJR, a necessidade de uma educação voltada para crianças de 3 a 6 anos, permeada por práticas que se revelam nas vozes daqueles que passaram pelos seus birôs e bancos escolares, faz a história dessa instituição de ensino que contribuiu com a formação das crianças em idade pré-escolar. Ao observar a cultura escolar passo a descrever e analisar os elementos que compõem os tempos, os espaços, os sujeitos e as práticas escolares que se revelaram no cotidiano dessa instituição. É assim que posso observar, através dos diferentes olhares sobre o JIJR, os processos internos dessa instituição, que viabilizam e materializam a historiografia a escola. A fala de Antônio Nery do Nascimento Júnior desvenda a importância desse tempo escolar na sua formação e socialização e assim afiança:

Minha primeira fase de socialização, de encontro com pessoas diversas que eu não conhecia [...] essa interação realmente foi um lado bastante importante da minha criação [...] aprender a viver com os outros. Ali você era só mais um [...] tinha gente que não teve essa oportunidade. Não foi fácil, minha mãe teve que ir pra fila lutando para conseguir uma vaga, pedir, teve gente que não teve essa oportunidade de socializar antes, já entrou direto no primeiro ano. A maioria das pessoas que queriam não conseguiram [sic]. (Antônio Nery do Nascimento Júnior, 2015).

As memórias aqui expostas pelo ex-aluno mostram que o acesso à educação sistematizada em espaços escolares era para poucos e talvez este fato tenha corroborado com o acesso das famílias mais abastadas nos prenúncios do atendimento educacional no JIJR, pois possivelmente usavam dos prestígios sociais para conseguir uma vaga. No desígnio de encontrar respostas para o que sinaliza a fala do ex-aluno, percebo que de fato o sistema educativo da cidade de Tobias Barreto era restrito a poucos espaços escolares. Ao localizar a Lei nº 288 de 3 de junho de 1983, sancionada pelo prefeito Luiz Alves de Oliveira Filho⁵⁰, que cria as escolas municipais, me deparo com a evidência de que apesar de inaugurado no dia 23 de outubro do ano de 1969 e de ter iniciado suas atividades em fevereiro do ano seguinte, somente no ano de 1983 o JIJR tem oficialmente seu funcionamento certificado. Quando questionado por tal fato, Antônio de Souza Ramos objeta: “naquela época era tudo mais fácil, não é como agora que tem lei pra tudo” (Antônio de Souza Ramos, 2014).

Tal configuração do cenário educacional do município me faz observar a materialização e a expansão do ensino primário nas escolas municipais, pois na lista de escolas apresentadas na referida Lei nº 288 de 3 de junho de 1983, além do JIJR somente outras duas instituições estavam localizadas na zona urbana do município, sendo elas a Escola Municipal Iraildes Padilha Carvalho e a Escola Municipal Telma de Souza Almeida, ambas com funcionamento iniciado no ano de 1976 para atender à educação primária. Outro fato relevante já evidenciado na seção anterior, e que a Lei nº 288 de 3 de junho de 1983 corrobora, é que entre os anos de 1969 e 1976 o JIJR foi a única escola municipal a prestar serviços educacionais à população do município. Nesse período as outras instituições de ensino existentes na cidade eram vinculadas à rede estadual e não atendiam a crianças em idade pré-escolar, o que possivelmente favorecia as filas e a grande procura evidenciada na fala do ex-aluno Antônio Nery do Nascimento Júnior, o que favoreceu a socialização e o desenvolvimento de práticas educativas para as crianças que passaram pelo JIJR. No que se

⁵⁰ Político da Aliança Renovada Nacional assumiu a prefeitura da cidade de Tobias Barreto pela primeira vez no ano de 1973.

refere aos costumes, as práticas religiosas e as lições de higiene, Antônio Nery do Nascimento Júnior também testemunha:

Padre Souza ia todos os meses na escola e no último ano nós nos deslocamos para a igreja para fazer a primeira comunhão. [...] eu lembro de uma época que tinha um médico chamado Dr. Dilson, ele era médico, ia na escola conversar com a criançada sobre verminoses, sobre práticas de higiene, lavar as mãos antes de comer, na época ele era o único médico de Tobias Barreto, [...] ele tinha o hábito de desenhar, usava a imaginação pra ensinar. O Jardim de Infância foi uma ideia maravilhosa, foi uma escola modelo para as crianças, não havia descuido. A presença de Dr. Dilson foi tão forte que quando me perguntavam o que eu ia ser quando crescer eu dizia: Dr. Dilson! Até o segundo ano antes do vestibular eu alimentei a ideia de fazer medicina por causa do Dr. Dilson. (Antônio Nery do Nascimento Júnior, 2015).

Atenta a como tais práticas desenvolvidas no cotidiano dessa intuição de ensino constituíram-se como mecanismos pedagógicos e disciplinares, entendo, através da fala de Antônio Nery do Nascimento Júnior, o projeto educativo do JIJR. Percebo os rastros a serem investigados e que, após análise, desnudam o cenário do que acontecia no interior da escola, revelando suas práticas e condutas. A partir dos relatos passo a reconhecer as práticas e representações que se perpetuaram no Jardim de Infância Joana Ramos e que permanecem até os dias atuais, como a logomarca do Topo Gigio, ratinho simpático que se popularizou no Brasil através de programas de auditório e que virou mascote da escola, estampado tanto no escudo da instituição quanto nos seus muros, trazendo uma identidade visual para esse Jardim, de modo que onde se via o Topo Gigio sabia-se que ali estava representado o JIJR.

Sobre o Topo Gigio, símbolo utilizado pela escola como elemento lúdico, como um mote atrativo para as crianças, não foi atualizado ao longo da existência da escola. A imagem do ratinho simpático utilizado no período de inauguração hoje não tem mais a mesma representatividade dos primeiros anos de funcionamento da instituição, visto que o Topo Gigio nesse período estava em um dos principais programas de auditório, como já mencionado na Seção 1. Se a imagem do Topo Gigio como emblema do Jardim representou à atualidade a sua expressa ligação com o que estava ocorrendo a nível nacional quando a instituição foi criada, a permanência dele poderia, em termos pedagógicos, representar sua obsolescência. Quando, na tentativa de compor sua história, percebo sua imagem e o que ela suscitou em mim e em outros ex-alunos, tive que compreender o quão sintomático e revelador uma imagem tem. No caso referido, o ratinho, mais do que um personagem infantil, representa uma instituição, uma geração, uma forma de agregar valor à educação pré-escolar, uma forma de compor um modo de entender o que é ser criança em um determinado

cronótopo e sua apropriação pelas gerações futuras. Em suma, é compreender o poder dos símbolos, dos emblemas e dos sinais, como sugere Guinsburg, e do que ele significa para a história, uma vez que faz parte de uma identidade forjada e dada a ler.

A farda, também utilizada como um elemento de ordem e de disciplina, de identidade da instituição, continua com o Topo Gigio estampado. Ao invés da camisa de manga no tecido de tergal são usadas camisas de malha, porém a cor vermelha continua. As meninas não usam mais as saias plissadas que foram substituídas por bermudas de malha, já não há mais tanta exigência com os sapatos padronizados e as meias bem esticadas, itens que eram observados criteriosamente, supervisionados por Zé na entrada das crianças. Porém, a identidade da escola permanece e o JIJR continua a ser a única escola de educação infantil da rede municipal de ensino da cidade de Tobias Barreto, o que lhe dá status de tradição no atendimento a crianças nesta modalidade de ensino. Este elemento ao longo dos anos passou por algumas mudanças, desde as duas primeiras décadas de funcionamento.

O primeiro fardamento do JIJR foi feito em tecido anarruga, de xadrez nas cores rosa e branco para as meninas e azul e branco para os meninos, escolhido pessoalmente pelo prefeito Antônio de Souza Ramos. Afrânio Amado dos Reis, ao lembrar sobre o uso do fardamento, assim expõe: “Na chegada à escola fazíamos fila separados por salas, todos uniformizados calçados com congá [...] camisa personalizada com o nome bordado [...] o modelo da camisa lembra um dolma que os chefs de cozinha usam”. (Afrânio Amado dos Reis, 2015).

Num período posterior, no qual os depoentes não souberam precisar exatamente, mas que segundo a professora Valdomira Souza Santos provavelmente tenha sido no segundo ano de funcionamento da escola, ou seja, no ano de 1972, o fardamento mudou para as cores vermelho e branco, meninos de bermuda e camisa, meninas com saia delicadamente plissada e sapatos “congá”, também vermelhos. Observo as semelhanças desta mudança aos uniformes utilizados pelos grupos escolares e aos padrões militares da época, que cumpriam os intentos de orquestrar e controlar os corpos. Entendo que tais transições no fardamento seguiram a adaptação ao clima da cidade de Tobias Barreto, como mencionado em depoimento pela diretora Valdomira Souza Santos, assim como às condições socioeconômicas dos alunos, pois o Jardim deixou de caracterizar-se pelo atendimento de alunos oriundos de famílias da elite, passando também a receber crianças das classes mais populares. Isso possivelmente em virtude do surgimento da primeira instituição de ensino particular da cidade, o Educandário Nossa Senhora do Carmo, escola de educação primária fundada no ano de 1977, que também ofertava turmas de educação infantil.

Tal escola propagava os preceitos religiosos da fé católica. Localizava-se na Praça da Bandeira, bem em frente ao local onde Antônio de Souza Ramos inaugurou o primeiro parque infantil da cidade equipado com roda gigante, gangorras e balanços em um edifício alugado, que pertencia à Igreja Católica. O Educandário teve como uma das suas fundadoras Valmira Cândido dos Santos, professora das primeiras turmas do JIJR que retorna do convento, desta feita, já pertencendo à Congregação das Irmãs de Santa Maria. Tais evidências podem ter influenciado na mudança do público atendido, uma vez que se amplia as oportunidades de atendimento para crianças em idade pré-escolar.

Ao me apropriar das memórias aqui expostas, tomando a singularidade de cada narrativa e a possibilidade de historiografar o JIJR a partir do que sobreviveu e se materializou pela escrita, busquei uma história que se fez não somente pelos documentos, mas principalmente pelos olhares dos diferentes sujeitos que me ajudaram a legitimar a história aqui dada a ler. Foi apoiada nas interpretações de Ecléa Bosi que percebi que:

Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 1995, p. 55).

Foi pelas lembranças e experiências do passado que pude compor os quadros social, político, e cultural aqui revelados. Por certo este “trabalho” poderia ter outros contornos, matizes, caminhos e personagens que conduziriam a outro “País das Maravilhas”, mas que aqui foi dado a ver, revelando um pouco de mim, quando estudante do pré-escolar, da minha geração, de alguns dos meus percussores, dos meus sucessores, em suma de uma época que representa a institucionalização da educação infantil na cidade de Tobias Barreto e do Centro-Sul do Estado de Sergipe. Rememorei, fiz com que rememorassem e, assim, compus esta página. Trabalho? Sim, mas muito prazeroso, afinal o que seria de Alice sem o seu “País das Maravilhas”?

POR FIM: Volto ao começo

“Eles dizem que se você sonhar com algo mais de uma vez, com certeza vai se tornar realidade.” (CARROLL, 2009).

Tive como ponto de partida para a construção deste trabalho as memórias que guardei da primeira instituição educacional que frequentei, o JIJR. Era o ano de 1978 e eu tinha três anos de idade. Por muitos anos me questionei sobre o porquê de guardar tantas lembranças dessa instituição de ensino, lembrar-se das festas, das músicas, das atividades desenvolvidas, da professora. Estes questionamentos rondavam meus pensamentos, porém sem a maturidade acadêmica e profissional não encontrava as respostas para o que hoje sou capaz de responder. Desvelar a implantação da educação infantil e os aspectos educacionais da primeira entidade pública no município de Tobias Barreto e do Centro-Sul do Estado de Sergipe, no período de 1969 a 1985, dando a ler a sua historiografia, tornou-se, para a agora pesquisadora, uma forma de revelar, legitimar e descortinar não somente a história da institucionalização da educação infantil na cidade de Tobias Barreto, como também contribuir com a história da educação em Sergipe.

Conduzida também pelas vozes daqueles que, assim como eu, passaram por essa instituição, fui compondo seu cotidiano, voltei a uma Tobias Barreto dentro de um tempo não vivido por mim, na década 1960, e até então não historiografado. É na condição de pesquisadora, e em alguns momentos de “personagem”, uma vez que sou ex-aluna da instituição, que dou a ler, já na primeira seção deste trabalho, o meu encontro com o objeto de pesquisa. Ouvir minha memória “gritar” a frase “Chegou fia de Fonsinho”, foi o *start* que me permitiu apresentar o Jardim que ficou em mim. Entre um coelho apressado, rainhas, Chapeleiro Maluco e um mundo mágico, passei a compreender os motivos de criação e a forma de organização e funcionamento do JIJR e o perfil profissional dos atores que deram vida a esta escola, e assim fui compondo o cenário da história aqui “contada” buscando nas referências os elementos teóricos para a concretização dos objetivos propostos.

O livro *As aventuras de Alice no País das Maravilhas*, do gênero literário nonsense, que tem como um dos principais representantes Lewis Carroll, foi tomado por mim como recurso metafórico que me fez vislumbrar a possibilidade da escrita lúdica sem, no entanto, relegar o rigor necessário a uma pesquisa científica. Foi dentro destes dois parâmetros, o lúdico e o rigor teórico e metodológico, que mergulhei no túnel que me conduziu ao meu “País das Maravilhas”. Foi assim, desprovida de todo e qualquer medo, que mergulhei fundo

no túnel e encontrei nas leituras de Magalhães (2004) o fio condutor que me fez entender as instituições educativas como organismos vivos, regados de histórias e de memórias.

A partir das leituras do referido autor percebo o quão valioso é compreender a identidade das instituições de ensino, seus históricos, e a relação que as mesmas estabelecem com o público e com a realidade envolvente. Conhecer os processos evolutivos da história da instituição educativa ligados ao seu cotidiano escolar, vinculados aos processos históricos sociais e locais, me possibilitou enveredar pela história da cidade de Tobias Barreto e, como sugere Magalhães, pela “multidimensionalidade” dos fatos que levaram o JIJR a sair do campo das ideias e se materializar como uma instituição escolar, a primeira da zona urbana da cidade. Tive como ponto de partida o entendimento de que cabe ao historiador assumir o papel de mediador. Procurei estabelecer um diálogo com as fontes, deixando o objeto falar por si, buscando, assim, fugir do equívoco de recorrer a elas tão somente para confirmá-las, mas sim para confrontá-las e, comungando ao que sugere Del Priori (2007), exumando-as nas suas menores marcas. Assim, encontrei através das lentes da metodologia da História Oral a possibilidade de alargar os caminhos percorridos por mim no túnel que me conduziu ao “País das Maravilhas”, pois foi pelas leituras de Verena Alberti (2005) que pude fazer uso das entrevistas e entender as vozes, o silêncio, as versões particulares dos indivíduos que foram “guardiões” de uma memória adormecida e que me ajudaram a escrever a história aqui “contada”.

Foi pelo “ouvir contar”, pelas narrativas de quem viveu em um dado momento, em um tempo e em um espaço, que foi possível ampliar os conhecimentos do passado e compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu. Pelas memórias dos alunos, professores e funcionários, pude compor o cotidiano do JIJR, suas práticas, preencher as lacunas que a documentação não pôde responder. Pelo exercício da rememoração em que as entrevistas concedidas tornaram-se documentos/monumentos, fontes imprescindíveis na trajetória de construção deste trabalho, uma vez que é importante mencionar que muitos dos registros fotográficos e documentais da escola foram queimados e que hoje o presente trabalho cumpriu com o desafio de histotografar e dar a ler os prenúncios da educação infantil na cidade de Tobias Barreto tornando-se, assim, acervo museológico da instituição.

O fato de não encontrar as fontes prontas, expostas, não foi tomado como um obstáculo, mas serviu de mola propulsora e me impulsionou a seguir pelo túnel que me levaria ao meu “País das Maravilhas”. Através das vozes dos entrevistados pude me transportar por entre corredores, salas de aula, recreios, desfiles e apresentações teatrais, foi assim que fui

compondo o cotidiano dessa instituição, historiografando o seu funcionamento, a sua organização. Seguindo por este túnel pude compor o primeiro quadro de funcionários, desta forma, conheci as docentes das primeiras turmas. Eram professoras normalistas, recém-formadas, característica que ia de encontro ao cenário educacional daquele momento, tendo em vista nesse período a existência de professores leigos nas instituições de ensino. Foram elas as protagonistas das práticas educativas que ajudaram a materializar uma cultura escolar própria desenvolvida pela instituição.

Foi ouvindo as professoras Valdomira Souza Santos, Benedita Souza Santos e Jocilene Maria de Jesus que alarguei os caminhos a serem percorridos no túnel. Pelas vozes das professoras pude entender a organização em séries da escola, mais especificamente em Jardim I, Jardim II e Jardim III. Para cada uma das séries havia um currículo específico, adequado às idades de cada turma. Esse, por sua vez, acontecia mediante o desenvolvimento de atividades, exercícios e conteúdos organizados e estruturados através de jogos, da celebração de datas comemorativas, apresentações e festividades, práticas que atrelavam o desenvolvimento de valores morais e intelectuais, além da preparação da escola primária, e que se constituíram como uma cultura material e simbólica do Jardim, um espólio museológico que foi investigado e norteou o trabalho aqui apresentado. Ao logo da construção desse trabalho alcanço a representatividade que constituíram esses eventos, que serviam por certo de resíduos, palco para apresentação dos feitos empreendidos por esses atores.

Ao seguir pelo túnel, e assim como Alice que não temia em seguir o coelho apressado, encontrei nos pressupostos da História Cultural e em especial na sua 4ª geração, que tem como um dos seus representantes Roger Chartier (1990), pelo qual passei a entender as práticas e representações desenvolvidas na instituição, aproximando-me da compreensão das infinitas e inesgotáveis possibilidades de se investigar um objeto. Desta forma, seguindo o meu percurso, encontro nas leituras de Dominique Julia (2001) e de Faria Filho e Vidal (2004) o conceito de cultura escolar apresentado pelos referidos autores, que me ajudou a adentrar no cotidiano dessa instituição de educação infantil. A partir de tais leituras apreendi a cultura escolar e as práticas que foram instauradas no interior do JIJR, transmitidas a alunos e professores. Este conjunto de práticas permitiu a transmissão de conhecimentos e a incorporação de comportamentos por aqueles que o frequentaram.

Dar a ler a história do JIJR não é somente contar a história da primeira instituição de educação infantil da cidade de Tobias Barreto, é lançar olhar, buscando entender o contexto educacional da educação infantil ao longo dos anos. Comungando com Nóvoa (1995),

entendo que as instituições educacionais constituem-se dentro de uma territorialidade espacial e cultural, feita pelos alunos, professores e demais funcionários, esses mobilizaram e construíram uma cultura própria do Jardim. Assim, em final da década de 1960 fundar um jardim de infância em uma cidade do interior, onde o ensino primário ainda não era acessível à boa parte da população e a educação infantil ainda não constituía uma obrigação do governo estadual, pode ser interpretado como um ato de ousadia, visão futurista de um governante que consciente ou inconscientemente tentava disponibilizar aos seus munícipes uma possibilidade de acesso a um ramo de ensino considerado na época ainda um luxo, haja vista que para o senso comum esta faixa de idade estava destinada às brincadeiras. Por certo, as ambições políticas também foram molas que impulsionaram o prefeito a inaugurar o atendimento infantil na cidade, atreladas a este aspecto a ao que ele próprio testemunhou: “fazer algo que ninguém nunca fez”. (Antônio de Souza Ramos, 2014).

Tal postura rompe com a visão que predominou até a década de 1970, quando este tipo de instituição estava vinculado a órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional e que pelos instrumentos legais a sua obrigatoriedade se dava de forma superficial. O caráter inovador do JIJR residiu no fato de ser a primeira escola municipal da zona urbana da cidade de Tobias Barreto e das demais cidades do território do Centro-Sul sergipano, composto pelas cidades de Simão Dias, Poço Verde, Lagarto, Riachão do Dantas e Tobias Barreto. Em todo o Centro-Sul não encontrei evidências da existência de outras instituições nos moldes do Joana Ramos, com atendimento exclusivo para crianças em idade pré-escolar, o que comprova a hipótese deste trabalho de que o JIJR foi a primeira instituição de educação infantil da região. Mesmo a capital possuía apenas duas instituições exclusivamente destinadas à educação infantil, o Jardim de Infância Augusto Maynard, vinculado à rede estadual de ensino, e o Jardim de Infância Garcez Vieira, esse vinculado à rede municipal.

Ao buscar os indícios que comprovassem a hipótese levantada localizei na cidade de Riachão do Dantas a existência de uma instituição denominada de Centro de Recuperação Nutricional Infantil. Tal instituição tinha como objetivo atender a crianças carentes e estava ligada à política assistencialista da década de 1970 através da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Na história da instituição, registrada no trabalho monográfico de autoria de Maria Matilde Macedo Silva, intitulado *A história da educação infantil no município de Riachão do Dantas*, não foi possível localizar a data precisa da fundação dessa instituição, há apenas o relato de que teria sido fundada no início da década de 1970. Ao procurar a Câmara de

Vereadores do Município também não localizei nenhum documento que registrasse sua data de fundação e nem mesmo a existência da mesma⁵¹. Na cidade de Poço Verde o registro da existência de escolas com atendimento à educação infantil estava vinculado à oferta do ensino primário, conforme registro da Lei de nº 33, de 10 de março de 1982, que aponta a criação das escolas existentes no município, porém nenhuma delas exclusivamente de educação infantil. No município de Simão Dias, mais um do Centro-Sul sergipano, foi localizada a existência de turmas de pré-escolar vinculadas a escolas reunidas no ano de 1976. Tais evidências mostram a singularidade do JIJR, tendo em vista que nenhuma dessas unidades apontou a existência de instituições nos moldes do Joana Ramos. Ressalto que nos referidos municípios se evidenciou a ausência de documentos oficiais e pelas buscas realizadas pude mais uma vez confirmar o quanto importante se faz historiografar as instituições escolares a fim de registrar a história de um determinado tempo e lugar. Como sinalizou Le Goff ao tratar do trabalho do historiador, a história deve ser feita, mesmo quando as documentos não existem, por isso a importância da metodologia da História Oral.

Na cidade de Tobias Barreto, o segundo jardim de infância público somente foi criado dezesseis anos depois numa iniciativa da rede estadual de ensino. Outro aspecto que merece ser destacado foi a preocupação em dotá-lo de adequadas condições de funcionamento, com estrutura física e material compatível ao atendimento de crianças na faixa etária de 3 a 6 anos. Percebe-se pelos depoimentos mencionados ao longo desse trabalho por pais, ex-alunos e funcionários, que a criação de uma instituição de educação para crianças, nestes moldes, modificou os hábitos da população infantil que deixou, a partir do momento da sua criação no de 1969, de iniciar sua vida escolar somente ao ingressar na primeira série do ensino primário, passando a familiarizar-se com o universo escolar nos primeiros anos de vida.

Ao me aproximar do fim do túnel percebo que o presente trabalho cumpre com o contributo de registrar em escrita e dar a ler a história do JIJR e, por certo, também da cidade de Tobias Barreto, ampliando o campo de pesquisa na História da Educação, especialmente da História da Educação em Sergipe. Por ele voltei aos fatos do passado para deixar historiografado o que por vezes estava arquivado por aqueles a quem considero “guardiões da memória”. Foi nos acervos fotográficos, documentais e memorialísticos dessa instituição que constituí a escrita ora apresentada. Acredito na importância dos estudos sobre instituições educativas não somente para “contar” a história, mas sim para fazer erigir uma história que

⁵¹ Foi possível perceber ao longo do trabalho a fragilidade dos arquivos documentais nas Câmaras de Vereadores das cidades pesquisadas, no que se refere a documentos e legislações municipais que evidenciem o surgimento das instituições educacionais.

está atrelada a uma comunidade, integrando-a numa realidade mais ampla que é o seu sistema educativo.

Neste sentido, o presente trabalho apresentou as vozes da memória de uma instituição de educação infantil o que se justifica pela relevância de conhecer o processo educacional de uma população através da instrução e da institucionalização dos espaços. Apreender o IIJR enquanto instituição educativa e entender sua representatividade dentro da sociedade tobiense, pois essa lhe confere um sentido histórico, alarga a consciência das particularidades infantis à luz das mudanças ocorridas num determinado tempo e lugar. Tomara que este siga o mesmo caminho do livro *As aventuras de Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, que ao escrevê-lo, há mais de um século, sentiu-se receoso, pois esta sua história poderia ser, assim como tantas outras, mal compreendida, entretanto, não foi o caso. O autor não imaginava conquistar um lugar privilegiado no imaginário de tantas gerações. A história de Alice, ao completar um século e meio de idade, continua como referência, objeto de estudos, adaptações literárias e versões para o cinema. Espero que o presente trabalho também sirva como referência para outros estudos acerca da infância e de tantos outros “Países das Maravilhas”, assim como foi para mim o IIJR.

Foi um encontro prazeroso com o meu passado e com o passado da cidade em que nasci e residi durante 34 anos. Construir esse trabalho significou, antes de tudo, a realização de um sonho que se tornou um objetivo de vida. Através deste, deixo materializado em letras um trecho da história educacional da cidade de Tobias Barreto, corporificado nesta pesquisa. Para além disso, registro a necessidade de adentrar em novos caminhos, seguir por outros túneis e acenar para a necessidade de se constituir novos guardiões que, assim como eu, têm em suas mentes registros de uma história guardada nas memórias, ainda silenciada. Este estudo, além da expectativa de continuidade através de novas pesquisas sobre a história da infância e mais particularmente sobre instituições escolares, teve a pretensão de se constituir como peça do acervo museológico do IIJR, além de instigar novos guardiões a revelar memórias e identidades de tantas outras instituições escolares. Fica aqui o convite a tantos quantos possam interessar.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins de infância**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2012.

AZEVEDO, Fernando de. “O sentido da educação colonial”. “As origens das instituições escolares”. In: **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4 ed. São Paulo/SP: Edições Melhoramentos, 1964. p. 501-606.

BRASIL. Decreto nº 1331-A de 17 de 02 de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 16 maio 2014.

BRASIL. Decreto nº 7247 – De 19 de Abril de 1879”.. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 20 maio 2014

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9394/96), de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> >. Acesso em: 13 de maio de 2014

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm>. Acesso em: 16 maio 2014.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20/12/1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-4024.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de agosto. 1971. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1971/5692.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. In: **Obras completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. X, t, I, 1947a.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino secundário e superior. In: **Obras completas**. Vol. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942a.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino secundário e superior. In: **Obras completas**. Vol. IX, tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942b.

BARROS, Lúcia Violeta Prata de Oliveira. **O Instituto de Educação “Rui Barbosa” nas décadas de 1970 e 1980: representações das práticas escolares**. UNIT, 2013.

BENCOSTTA, M. L. A. Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: **III Congresso de História da Educação**. A educação escolar em perspectiva histórica. Curitiba: PUC/PR, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARROLL, Lewis. **As aventuras de Alice no País das Maravilhas**. [S.l.]: Relógio d'Água, 2009.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à corte entre 1827 e 1889**. 1. ed. Francisco Beltrão-PR/Campinas/: Unioeste/Navegando Publicações, 2013. v. 1. 345 p.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertand Brasil, 1990.

COMENIUS. **Didática magna**. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: **500 anos de educação no Brasil**. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). (Coleção Historial, 6). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio PAULILO, André Luiz; VIDAL, Diana Gonçalves. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FREITAS, Anamaria G. B. de. A cultura escolar e a produção das dissertações de mestrado do núcleo de pós-graduação em educação. In: BERGER, Miguel A. (Org.). **A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade**. Maceió: UFAL, 2010.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão, SE: UFS, 2003.

FROEBEL, F. **A Educação do Homem**. Tradução de Maria H. C. Bastos. Passo Fundo, RS: UPF, 2001.

GRACA, T. C. C, SOUZA, J. E. **Catálogo das escolas municipais de Aracaju**. Aracaju/SE: SEMED/PMA/SERCORE, 2000.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Ed. Autores Associados, n. 01, p. 09-43, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Avanços e retrocessos na formação dos profissionais de educação infantil. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.) **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 107-115.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo: (1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1988.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Educação infantil integrando pré-escolas e creches na busca da socialização da criança. In: **Brasil 500 anos; Tópicos em História da Educação** VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo. (Org.). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JR., Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C. de (Ed.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN JR., Moysés. História da educação infantil brasileira. In: **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Coleção Historial, 2000.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 2 ed. Porto Alegre. Mediação, 2001.

LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro jardim de infância de Sergipe: contribuição ao estudo da educação infantil (1932-1942)**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão/SE, Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS, 2004.

LEAL, Rita de Cássia Dias. O primeiro Jardim de Infância de Sergipe: contribuição ao Estudo da Educação Infantil (1932 – 1942). In: BERGER, Miguel André (Org.). **Infância e Instituições Educativas em Sergipe**. Fortaleza, UFC, 2012.

LE GOFF, Jacques. **Enciclopédia Einaudi**, v. 1, Memória – História. Edição portuguesa. Porto, PT. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

LIMA, Solyane Silveira. **“Uma maneira de proteger e educar”**: A Casa Maternal Amélia Leite (1947-1970). Dissertação (Mestrado em Educação). São Cristóvão/SE, Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS. 2009.

LIMA, Solyane Silveira. **“Recrutá-los Jovens”**: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868 – 1905). (Tese de Doutorado). Belo Horizonte/MG, Programa de Pós-Graduação em Educação.: Conhecimento e Inclusão, 2013.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Contributo para a história das instituições educativas** – entre a memória e o arquivo. Braga-Portugal, Universidade de Minho, 1996.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório preliminar de desenvolvimento integrado do município de Tobias Barreto/Sergipe (1972)**.

NASCIMENTO, M. R. S. **Jardim de Infância Joana Ramos**: prenúncios da educação infantil na cidade de Tobias Barreto (1969 – 1985).

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. Inventário para a Produção de uma investigação e a História da Educação no Brasil. In: BERGER, Miguel André (Org.). **A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade**. Maceió, EDUFAL, 2010.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Os embates teóricos e a produção historiográfica educacional nos 15 anos do NPGED. In: BERGER, Miguel André (Org.). **A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade**. Maceió, EDUFAL, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dezembro de 1993.

NÓVOA, António. 1995. Para uma análise das instituições escolares. In: António Nóvoa (Coord.). **As organizações escolares em análise**. 2 ed., Lisboa: Publicações D. Quixote, p. 13 – 43.

NUNES, Maria Thetis. História da Educação em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

NUNES, José Ricardo Freitas. **Tobias Barreto e o projeto de lei nº 129/1879**: uma proposta acerca da educação feminina. Dissertação (Mestrado em Educação) – Aracaju: Universidade Tiradentes, 2012.

ROTTERDAM, Desidério Erasmo de. **De pueris**: (dos meninos). São Paulo: Escala, 1996, 158 p. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal).

ROUSSEAU. Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, Maira I. **O Jardim de Infância da Escola Americana, São Paulo: continuidades e rupturas em sua trajetória histórica (1870 – 1942).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, 2014.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Os postos de puericultura alicerce para a educação das mães brasileira.** In: VI Colóquio Internacional de Educação Contemporânea, 2012, São Cristóvão/SE. UFS, 2012.

SIQUEIRA, Luís. De La Salle a Lancaster: **os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825 – 1875).** São Cristóvão, 2006.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto) biografia, identidade e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. In: **Revista Fórum Identidades**, Ano 2, Volume 4 – p. 37-50 – julho dez de 2008.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **O liberalismo demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** Tradução Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das Instituições Escolares: de que se fala?. In.: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. (Coleção Memória da Educação) p. 13-35.

FONTES ORAIS

JESUS, Jocilene Maria de. Entrevista concedida à autora em 24 de junho de 2014, Aracaju/SE.

NASCIMENTO JR, Antônio Nery do. Entrevista concedida à autora em 10 de março de 2015, Aracaju/SE

RAMOS, Antônio de Souza. Entrevista concedida à autora em 15 de junho de 2014, Aracaju/SE.

REIS, Afrânio Amado dos. Entrevista concedida à autora em 11 março 2015, Aracaju/SE.

SANTOS, José Paulo dos. Entrevista concedida à autora em 16 de agosto de 2014, Tobias Barreto/SE.

SANTOS, Valdomira Souza. Entrevista concedida à autora em 02 de julho de 2014, Aracaju/SE.

SEABRA, Tereza Juliana Santos. Entrevista concedida à autora em 05 de março de 2015, Tobias Barreto/SE

SILVA, Benedita Santos. Entrevista concedida à autora em 06 de julho de 2014, Aracaju/SE.

SILVA, Raimundo de Oliveira. Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2014, Tobias Barreto/SE.

SILVA, Vânia Oliveira. Entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 2014, Tobias Barreto/SE.

JORNAIS

JORNAL DE CAMPOS, Ano IV, 2.^a fase, n.º 85.

DIÁRIO DE ARACAJU, Ano IV n.º 1077, 1969.

ANEXOS

ANEXO A – Os alunos Michelline Roberta Simões do Nascimento e Marcos Moisés Nascimento Andrade no desfile de carroças (1979)



Fonte: Acervo particular de Michelline Roberta Simões do Nascimento

ANEXO B – Os alunos Michelline Roberta Simões do Nascimento e Marcos Moisés Nascimento Andrade após a apresentação da quadrilha junina (1978)



Fonte: Acervo particular de Michelline Roberta Simões do Nascimento

ANEXO C – A aluna Michelline Roberta Simões do Nascimento no Desfile Cívico (1979)



Fonte: Acervo particular de Michelline Roberta Simões do Nascimento

ANEXO D – Fotos salvas no incêndio, numa iniciativa do Sr. José Paulo dos Santos, porteiro do Jardim de Infância Joana Ramos



Fonte: Acervo particular de Michelline Roberta Simões do Nascimento

ANEXO E – Interior do JIJR, ao fundo o pátio coberto onde aconteciam as apresentações



Fonte: Acervo particular de Antônio de Souza Ramos